

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Vinicius Gomes da Silva

**Eleições municipais no Brasil: uma análise na evolução do perfil social e ideológico dos
candidatos e dos prefeitos eleitos em 20 anos (1996 – 2016)**

Campos dos Goytacazes – RJ
2020

Vinicius Gomes da Silva

Eleições municipais no Brasil: uma análise na evolução do perfil social e ideológico dos candidatos e dos prefeitos eleitos em 20 anos (1996 – 2016)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – PPGSP/UENF – como requisito final para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo André Avelar da Nóbrega

Campos dos Goytacazes – RJ
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor:

5586

Silva, Vinicius Gomes da.

Eleições municipais no Brasil : uma análise na evolução do perfil social e ideológico dos candidatos e dos prefeitos eleitos em 20 anos (1996 - 2016) / Vinicius Gomes da Silva. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2020.

120 f. : il.

Bibliografia: 106 - 116.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2020.

Orientador: Ricardo André Avelar da Nóbrega.

1. Elite política. 2. Eleições municipais. 3. Prefeitos. 4. Brasil. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

Vinicius Gomes da Silva

Eleições municipais no Brasil: uma análise na evolução do perfil social e ideológico dos candidatos e dos prefeitos eleitos em 20 anos (1996 – 2016)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – PPGSP/UENF – como requisito final para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Aprovada em 30 de junho de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo André Avelar da Nóbrega (Orientador)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGSP/UENF)

Prof.^a Dr.^a Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (PPGCH/UFVJM)

Prof. Dr. Juan Vicente Bachiller Cabria
Universidade Federal Fluminense (IEAR/UFF)

Prof. Dr. Fabrício Barbosa Maciel
Universidade Federal Fluminense (ESR/UFF - PPGSP/UENF)

AGRADECIMENTOS

Mais um objetivo alcançado e tenho que ser grato a todas e todos que estiveram ao meu lado nesses últimos dois anos de mestrado, período de grandes alegrias, muito estresse, cansaço, mas que valeu a pena cada dia!

Agradeço infinitamente a Deus, por até aqui ter me sustentado! Ele que é meu amigo fiel em todos os momentos! Meu guia, meu protetor e socorro bem presente nas horas das tribulações!

Ao meu pai, à minha mãe e às minhas irmãs, por estarem sempre ao meu lado me ajudando, me incentivando e me apoiando em todos os meus “terríveis” e grandiosos sonhos!

Aos meus colegas de turma: Ana Beatriz Santos, Carolina Prado, Esther Alferino, Gabby Maturana, Hugo Leonardo de Abreu, Isabela Bichara, Jéssica Matheus, José Felipe Quintanilha e Roberto Uchôa. Foi muito bom conhecê-los!

Ao professor e orientador Ricardo André Avelar da Nóbrega! Obrigado pela ajuda e pela orientação!

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política e à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro pela formação e capacitação!

A todos o meu carinho e respeito!

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a evolução do perfil social e ideológico de homens e mulheres nas últimas seis eleições majoritárias municipais realizadas no Brasil. Para tal estudo, serão levantados os dados biográficos dos candidatos, candidatas, dos eleitos e eleitas nas disputas eleitorais ocorridas em todos os municípios brasileiros nos anos de 1996, 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016, analisando as mudanças, estabilidades e diferenças em suas principais características, como: sexo, idade, escolaridade, profissão/ocupação e suas ideologias. Em primeiro lugar, se analisará o perfil de todos os candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos de um modo geral, em um segundo momento se mostrará o perfil mais regionalizado e distribuído por tamanho dos municípios, devido ao seu número de habitantes. A principal fonte para a coleta dos dados deste trabalho são informações disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral. As análises estatísticas descritivas e os cruzamentos dos dados coletados foram processados pelo *software* de análise de estatística *SPSS*. Os resultados mostram que nos últimos 20 anos ocorreram diversas mudanças no perfil dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e nos prefeitos, principalmente, após a chegada do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal, em 2003.

Palavras-chave: Elite política. Eleições municipais. Prefeitos. Brasil.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the evolution of the social and ideological profile of men and women in the last six municipal majority elections held in Brazil. Therefore, it'll be collected the biographical data of the candidates and elected persons in the electoral disputes that occurred in all Brazilian municipalities in the years 1996, 2000, 2004, 2008, 2012 and 2016 , analyzing the changes, stabilities and differences in their main characteristics, such as: sex, age, education, profession /occupation and their ideologies. Firstly, it will be analyzed be the profile of all candidates in the majority municipal elections and of the mayors, in a general way; in a second moment the profile will be more regionalized and distributed by size of the municipalities, about the number of their inhabitants. The main source for data collection of this search are information available by Superior Electoral Court. The descriptive statistical analyzes and the crossings of data collected were processed by statistical analysis software SPSS. The results show that in the last 20 years occurred several changes in the profile of the candidates in the majority municipal elections and in the mayors, mainly, after the arrival of the Workers Party in the Federal Government, in 2003.

Keywords: Political elite. Municipal elections. Mayors. Brazil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Evolução no número de prefeitos eleitos pelo PSDB (1988 – 2016).....	42
Tabela 2. Evolução no número de governadores eleitos pelo PSDB (1990 – 2014).....	42
Tabela 3. Evolução no número de parlamentares eleitos pelo PSDB para o Congresso Nacional (1990 – 2014).....	43
Tabela 4. Evolução no número de prefeitos eleitos pelo PT (1982 – 2016).....	45
Tabela 5. Evolução no número de governadores eleitos pelo PT (1982 – 2014).....	45
Tabela 6. Evolução no número de parlamentares eleitos pelo PT para o Congresso Nacional (1982 – 2014).....	46
Tabela 7. Evolução no número de prefeitos eleitos pelo PMDB (1982 – 2016).....	47
Tabela 8. Evolução no número de governadores eleitos pelo PMDB (1982 – 2014).....	47
Tabela 9. Evolução no número de parlamentares eleitos pelo PMDB para o Congresso Nacional (1982 – 2014).....	48
Tabela 10. Evolução no sexo dos candidatos nas eleições majoritárias municipais (em %) ...	53
Tabela 11. Evolução no sexo dos prefeitos (em %).....	53
Tabela 12. Média de idade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos (1996 – 2016).....	55
Tabela 13. Evolução na média de idade das mulheres nas eleições majoritárias municipais ..	56
Tabela 14. Evolução na média de idade dos homens nas eleições majoritárias municipais	56
Tabela 15. Evolução no nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais (em %)	59
Tabela 16. Evolução no nível de escolaridade dos prefeitos (em %)	59
Tabela 17. Evolução no nível de escolaridade das candidatas nas eleições majoritárias municipais (em %)	60

Tabela 18. Evolução no nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais (em %)	61
Tabela 19. Evolução no nível de escolaridade das prefeitas (em %).....	61
Tabela 20. Evolução no nível de escolaridade dos prefeitos (em %)	61
Tabela 21. Profissões dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e	63
Tabela 22. Evolução nas profissões dos candidatos nas eleições majoritárias municipais (em %).	65
Tabela 23. Evolução nas profissões dos prefeitos (em %)	65
Tabela 24. Evolução dos candidatos nas eleições majoritárias municipais que ocupavam cargos eletivos (em %).....	67
Tabela 25. Evolução dos prefeitos que ocupavam cargos eletivos (em %)	67
Tabela 26. Evolução na profissão das candidatas nas eleições majoritárias municipais (em %)	69
Tabela 27. Evolução na profissão das prefeitas (em %)	69
Tabela 28. Evolução na profissão dos candidatos nas eleições majoritárias municipais (em %)	70
Tabela 29. Evolução na profissão dos prefeitos (em %).....	71
Tabela 30. Evolução no espectro ideológico dos governadores estaduais (em %)	72
Tabela 31. Sexo dos candidatos nas eleições majoritárias municipais por região entre 1996 – 2016 (em %)	80
Tabela 32. Sexo dos prefeitos por região entre 1996 – 2016 (em %).....	80
Tabela 33. Evolução no sexo dos candidatos nas eleições majoritárias municipais por região (em %).....	82
Tabela 34. Evolução no sexo dos prefeitos por região (em %)	82

Tabela 35. Sexo dos candidatos nas eleições majoritárias municipais por tamanho dos municípios entre 1996 – 2016 (em %).....	83
Tabela 36. Sexo dos prefeitos por tamanho dos municípios entre 1996 – 2016 (em %).....	83
Tabela 37. Evolução no sexo dos candidatos nas eleições majoritárias municipais por tamanho dos municípios (em %)......	84
Tabela 38. Evolução no sexo dos prefeitos por tamanho dos municípios (em %)	84
Tabela 39. Evolução na taxa de sucesso dos candidatos nas eleições majoritárias municipais por região (em %)	85
Tabela 40. Evolução na taxa de sucesso dos candidatos nas eleições majoritárias municipais por tamanho dos municípios (em %)	85
Tabela 41. Média de idade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos por região (1996–2016).....	86
Tabela 42. Média de idade de mulheres e homens em eleições majoritárias municipais por região (1996–2016).....	86
Tabela 43. Média de idade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos por tamanho dos municípios (1996 – 2016).....	87
Tabela 44. Média de idade de mulheres e homens nas eleições majoritárias municipais por tamanho dos municípios (1996 – 2016).....	87
Tabela 45. Nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais, por região, entre 1996 – 2016 (em %)......	88
Tabela 46. Nível de escolaridade dos prefeitos, por região, entre 1996 – 2016 (em %)	89
Tabela 47. Evolução no nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos do Centro-Oeste entre 1996 – 2016 (em %)......	89
Tabela 48. Evolução no nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos do Nordeste entre 1996 – 2016 (em %)	90
Tabela 49. Evolução no nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos do Norte entre 1996 – 2016 (em %)	90

Tabela 50. Evolução no nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos do Sudeste entre 1996 – 2016 (em %)	90
Tabela 51. Evolução no nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos do Sul entre 1996 – 2016 (em %).....	91
Tabela 52. Nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais por tamanho dos municípios entre 1996 – 2016 (em %)	91
Tabela 53. Nível de escolaridade dos prefeitos por tamanho dos municípios entre 1996 – 2016 (em %).....	92
Tabela 54. Evolução no nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos de municípios com população inferior a 50 mil habitantes (em %)	92
Tabela 55. Evolução no nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos de municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes (em %).....	93
Tabela 56. Evolução no nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos de municípios com população superior a 100 mil habitantes (em %)	93
Tabela 57. Profissão dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos, por região, entre 1996 – 2016 (em %).....	94
Tabela 58. Profissões dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos, por tamanho dos municípios, entre 1996 – 2016 (em %).....	95
Tabela 59. Espectro ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais, por região entre 1996 – 2016 (em %)	97
Tabela 60. Espectro ideológico dos prefeitos, por região entre 1996 – 2016 (em %).....	97
Tabela 61. Espectro ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais, por região entre 1996 – 2016 (em %)	98
Tabela 62. Espectro ideológico dos prefeitos, por região, entre 1996 – 2016 (em %).....	98

Tabela 63. Espectro ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais, por tamanho dos municípios, entre 1996 – 2016 (em %)	99
Tabela 64. Espectro ideológico dos prefeitos, por tamanho dos municípios, entre 1996 – 2016 (em %)	99
Tabela 65. Espectro ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais, por tamanho de municípios, entre 1996 – 2016 (em %)	100
Tabela 66. Espectro ideológico dos prefeitos, por tamanho de municípios, entre 1996 – 2016 (em %)	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução no número de eleitores aptos a votar no Brasil (1996 – 2016).....	40
Gráfico 2. Evolução no número de partidos políticos aptos a lançarem candidatos nas eleições (1996 – 2016).....	40
Gráfico 3. Sexo dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos (1996 – 2016)	52
Gráfico 4. Índice de sucesso de mulheres e homens nas eleições majoritárias municipais (em %).....	55
Gráfico 5. Nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos (1996 – 2016)	58
Gráfico 7. Espectro ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos (1996 – 2016).....	72
Gráfico 8. Evolução no espectro ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais	73
Gráfico 9. Evolução no espectro ideológico dos prefeitos brasileiros.....	74
Gráfico 10. Evolução no perfil ideológico das candidatas nas eleições majoritárias municipais e das prefeitas	75
Gráfico 11. Evolução no perfil ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos municipais	76
Gráfico 12. Distribuição de candidatos nas eleições majoritárias municipais e prefeitos por região (1996 – 2016).....	78
Gráfico 13. Distribuição dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e prefeitos por tamanho dos municípios (1996 – 2016).....	79

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Estrutura da carreira política no Brasil.....	30
Figura 2. Escada de acesso do (a) eleitor (a) ao cargo eletivo	36
Figura 3. Modelo do processo de seleção de candidatos	37
Figura 4. Campanha “Mais Mulher na Política”: ação conjunta do Congresso Nacional	117
Figura 5. Campanha “Nenhuma mudança vem do silêncio” do TSE, de junho de 2014	118
Figura 6. Campanha “Mais mulheres na política, a reforma que o Brasil precisa”,.....	118
Figura 7. “Igualdade na Política”, Campanha do TSE, abril de 2016	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PARTIDOS POLÍTICOS

DEM/PFL – Democratas/Partido da Frente Liberal

NOVO – Partido Novo

PAN – Partido dos Aposentados da Nação

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCO – Partido da Causa Operária

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEN – Partido Ecológico Nacional

PGT – Partido Geral dos Trabalhadores

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PR/PL – Partido da República/Partido Liberal (atualmente fundido com o PRONA)

PMB – Partido da Mulher Brasileira

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PP/PPB – Partido Progressista/ Partido Progressista Brasileiro

PPL – Partido Pátria Livre

PPS – Partido Popular Socialista

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PRP – Partido Republicano Progressista

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PST – Partido Social Trabalhista
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PV – Partido Verde
REDE – Rede Sustentabilidade
SD – Solidariedade

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS, SINDICAIS, ACADÊMICAS E OUTROS

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DHBB – Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro
S. D. – Desvio padrão
FGV – Fundação Getúlio Vargas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
SPSS – *Statistical Package for Social Sciences*
TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	16
<i>METODOLOGIA</i>	18
<i>CAPÍTULO 1: Os principais conceitos sobre elites políticas, carreiras políticas, recrutamento partidário e um breve contexto eleitoral e político do Brasil nos últimos 20 anos (1996 – 2016)</i>	22
1.1. <i>A elite política: uma minoria que governa</i>	23
1.2. <i>Carreiras políticas</i>	26
1.3. <i>O recrutamento político</i>	34
1.4. <i>Contexto eleitoral e político do Brasil nos últimos 20 anos</i>	38
1.5. <i>Síntese do capítulo</i>	48
<i>CAPÍTULO 2: Perfil social e ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos nos últimos 20 anos (1996 – 2016)</i>	50
2.1. <i>Sexo, idade, escolaridade, profissão e espectro ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos brasileiros (1996 – 2016)</i>	50
2.2. <i>Síntese do capítulo</i>	76
<i>CAPÍTULO 3: Um perfil regionalizado e por tamanho dos municípios dos candidatos e dos prefeitos brasileiros nos últimos 20 anos (1996 – 2016)</i>	78
3.1. <i>Perfil regional dos candidatos e dos prefeitos: sexo, idade, escolaridade, profissão e suas ideologias</i>	79
3.2. <i>Síntese do capítulo</i>	100
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	104
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	106
<i>ANEXO A: Ilustrações de campanhas para incentivar a participação de mulheres nos processos eleitorais</i>	117

INTRODUÇÃO

O estudo das elites políticas vem adquirindo grande relevância na sociedade, pois nas democracias modernas são os representantes desse grupo que controlam o processo decisório, impactando ou não as sociedades de uma forma em geral. Esses estudos buscam pesquisar para conhecer, de uma forma mais aprimorada, a composição social e política daqueles que são recrutados pelos partidos políticos, analisando, principalmente, o perfil sócio-ocupacional, o processo de formação desses representantes, as suas carreiras, experiências, trajetórias políticas, os partidos aos quais foram filiados e eleitos, o tempo de dedicação à vida política, dentre outras variáveis. Contudo, a maior parte dos trabalhos sobre esse tema dão maior ênfase aos cargos de deputados federais¹ e senadores². No Brasil, ainda, se observa que há uma tendência a concentrar as análises apenas naqueles que “chegaram lá”, isto é, nos ocupantes dos postos mais importantes do sistema político brasileiro, deixando de fora, muitas vezes, aqueles que estão tentando “chegar lá” (PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2009, p. 144).

Diante dessa perspectiva, esta dissertação tem o objetivo de identificar as principais mudanças ou estabilidades nas características do perfil social e ideológico de um dos coletivos que tem sido pouco estudado³: os candidatos nas eleições majoritárias municipais e os prefeitos dos municípios brasileiros nos últimos 20 anos. Para tanto, foram levantados os dados biográficos de todos os candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos eleitos nas disputas eleitorais ocorridas em todos os municípios brasileiros, nos anos de 1996, 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016, analisando as mudanças, estabilidades e diferenças em suas principais características, como: sexo, idade, escolaridade, profissão/ocupação e, ainda, suas ideologias partidárias. A escolha dessas variáveis permite, também, a comparação com estudos de outros cargos eletivos e que utilizam a mesma base de dados do TSE.

Estudar o perfil da classe política recrutada pelo sistema partidário é importante para se compreender quem são os indivíduos que estão à disposição para o eleitorado (SILVA; SILVA, 2015, p. 341). Mas conhecer o perfil dos chefes dos executivos municipais torna-se interessante, na medida em que com a promulgação da Constituição Federal de 1988 os

¹ Braga, Veiga e Miríade (2009), Perissinotto e Bolognesi (2010), Perissinotto e Miríade (2009), Rodrigues (2002), (2006), Santos (2010), Silva Júnior e Figueiredo Filho (2012).

² Araújo (2011), Costa (2010), Costa e Codato (2013), Lemos e Ranincheski (2003), Neiva e Izumi (2012), Silva (2010).

³ Alcántara (2016), Codato, Cervi e Perissinotto (2013).

municípios ganharam importante papel na gestão local brasileira, trazendo para esses entes federativos autonomias e muitos incrementos nas competências municipais. Todo esse protagonismo cria vários desafios para o chefe da administração municipal, que passa a encontrar novos ambientes com os quais precisa lidar e entregar respostas minimamente adequadas à sociedade.

A primeira disputa eleitoral selecionada desta pesquisa corresponde à eleição municipal de 1996. Tal recorte se justifica pela possibilidade de uma reeleição nos pleitos municipais subsequentes⁴ a essa eleição. A comparação com os candidatos e prefeitos de eleições recentes, permitirá analisar a evolução no perfil dos mesmos ao longo de 20 anos, nos quais houve alternâncias políticas no governo e mudanças sociais e econômicas muito relevantes no Brasil.

Para melhor compreensão, este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo trará uma revisão da literatura com as principais contribuições sobre “elites políticas”, “carreiras políticas”, “recrutamento político” e um breve contexto eleitoral e político do Brasil nos últimos 20 anos. No segundo capítulo serão apresentados os perfis dos candidatos e dos prefeitos eleitos nos últimos 20 anos, como: sexo, idade, escolaridade, profissão/ocupação e suas ideologias. O terceiro capítulo analisará os perfis regionais desses candidatos e dos prefeitos, também, sendo mostrados os perfis por tamanho dos municípios, segundo o seu número de habitantes. Por fim, serão apresentadas as considerações finais desta dissertação.

⁴ Após a Emenda Constitucional Nº 16, de 04 de junho de 1997.

METODOLOGIA

A principal fonte deste trabalho é uma base de dados elaborada com informações disponíveis com todos os candidatos e entre os efetivamente eleitos nos pleitos majoritários municipais de outubro de 1996, 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016, editadas no ato de registro das candidaturas, sendo elas autodeclaradas, ou seja, os dados se baseiam em informações que os próprios candidatos forneceram aos tribunais regionais eleitorais, nos estados, e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Essas informações identificam a situação do candidato no momento de cada eleição e estão disponíveis nos *sites* dos tribunais regionais eleitorais nos estados e no Repositório de Dados Eleitorais do TSE. Como fontes complementares foram utilizadas as informações das biografias dos pesquisados disponíveis em páginas pessoais, institucionais e dos respectivos partidos políticos, assim como informações disponíveis na base de dados “Políticos do Brasil”, do *site* Poder 360, sob a direção de redação de Fernando Rodrigues, e do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), elaborado pelo Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A base de dados, que foi elaborada para esta dissertação, é composta por quase 96 mil candidatos de seis eleições majoritárias municipais, com uma média de, aproximadamente, 16 mil candidatos por eleição. A maior parte desses dados é uma compilação de informações sobre os candidatos nas eleições mencionadas, disponibilizada pelo Repositório de Dados Eleitorais do TSE. A análise demandou dois recortes, uma espacial e outra temporal. A espacial abrange todos os municípios brasileiros; enquanto que a circunscrição temporal se estende por duas décadas de competição eleitoral municipal, de 1996 a 2016.

A unidade de análise neste trabalho serão todos os candidatos, independente se tiveram o registro deferido ou não, e os prefeitos eleitos, mas só serão considerados aqueles efetivamente eleitos para o cargo, independentemente de ter continuado ou não no mandato por todo o período para o qual foram eleitos. Não serão considerados nessa análise aqueles que em algum momento ocupou temporariamente o cargo ou que assumiu o mandato devido à perda, afastamento, cassação ou morte do titular do mandato. Os resultados eleitorais foram retirados do *site* do TSE.

Serão utilizadas cinco variáveis para se investigar o perfil dos candidatos e dos prefeitos: sexo, idade, escolaridade, profissão/ocupação e a ideologia dos partidos pelo qual

estes concorreram à eleição e se elegeram. As análises estatísticas descritivas e os cruzamentos dos dados coletados foram processados pelo *software* de análise de estatística SPSS. Vale destacar que na eleição de 1996 alguns dados estão incompletos para alguns estados, pois nessa eleição o sistema eleitoral não era eletrônico. A falta dessas informações se reflete nos resultados, mas não inviabiliza a análise.

Para melhor compreensão, no nível de escolaridade a variável “até ensino fundamental” agregou-se todos aqueles que declararam “ler e escrever”, aqueles com “ensino fundamental incompleto”, com “ensino fundamental completo” e com “ensino médio incompleto”. A variável “ensino médio” contém aqueles que declaram possuir “ensino médio completo” e “ensino superior incompleto”.

Devido ao fato de terem sido encontradas 242 profissões diferentes entre os candidatos, houve a necessidade de se agregar essas profissões em algumas categorias principais, a critério do autor. Na categoria “pequenos empresários” encontram-se todos os pequenos empresários ou comerciantes, já os “empresários” são os médios e grandes empresários, os industriais, mais os empresários rurais (pecuaristas, fazendeiros, produtores agropecuários e etc.).

Denominou-se “políticos” aqueles que portavam mandatos de vereadores, prefeitos, deputados estaduais, deputados federais e senadores. Na categoria “professores” encontram-se os docentes que lecionam em todos os níveis (ensino fundamental, médio e superior). Foram classificados como “servidores públicos” os profissionais que se autodeclararam servidores ou funcionários públicos, de todos os níveis administrativos (municipal, estadual e federal), inclui-se, ainda, nesta categoria todos aqueles que possuíam as seguintes ocupações: delegados, juízes, promotores de justiça e serventuários de justiça. São considerados militares os membros e oficiais das forças armadas, policiais civis, policiais militares e bombeiros militares. Os comunicadores são aqueles que se declararam jornalistas, locutores, radialistas e repórteres.

Em “trabalhadores manuais” foram catalogados as seguintes profissões: administradores de fazenda, alfaiates, artesãos, barbeiros, cabeleireiros, carpinteiros, carvoeiros, ceramistas, chapeleiros, chaveiros, costureiros, coveiros, cozinheiros, eletricitas, embaladores, empacotadores, empregados domésticos, encanadores, feirantes, ferramenteiros, ferroviários, frentistas, funileiros, garçons, garimpeiros, garis, inseminadores, jardineiros, joalheiros, lanterneiros, instaladores, lavadores de veículos, lavradores, lixeiros, manicures,

maquinistas, marceneiros, massagistas, metalúrgicos, montadores de máquinas, motoboys, motoristas, operadores, operários, padeiros, pedreiros, pescadores, pintores, porteiros, relojoeiros, salineiros, sapateiros, seringueiros, serralheiros, serventes, soldados, tapeceiros, taxistas, tecelões, tintureiros, torneiros mecânicos, trabalhadores rurais, vaqueiros, vendedores, vigilantes, dentre outros trabalhadores com baixo nível de escolaridade.

Em “outras profissões” encontram-se aqueles que se declararam agentes administrativos, agentes de saúde e sanitaristas, agentes de viagens, agentes postal, agentes publicitários, agrônomos, almoxarifes, analistas de sistemas, antropólogos, aposentados, arqueólogos, arquitetos, artistas plásticos, ascensoristas, assistentes sociais, astrônomos, atletas, atores, auxiliares de contabilidade, auxiliares de enfermagem, auxiliares de escritórios, auxiliares de farmácia, auxiliares de laboratórios, avaliadores, bailarinos, bibliotecários, biomédicos, bioquímicos, cantores, chefes intermediários, cientistas políticos, comandantes de embarcações, compositores, comunicólogos, contadores, coreógrafos, corretores, datilógrafos, decoradores, desenhistas, despachantes, digitadores, enfermeiros, escritores, escritvãs, escultores, estatísticos, esteticistas, estofadores, estudantes, farmacêuticos, fiscais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, fotógrafos, geógrafos, geólogos, gerentes, historiadores, leituristas, marinheiros, meteorologistas, modelos, músicos, nutricionistas, ocupantes de cargos em comissão, odontólogos, operadores de computadores, outros operadores, padres, pastores, pensionistas, pilotos, produtores de espetáculos, programadores, protéticos, psicólogos, publicitários, recepcionistas, relações públicas, representantes comerciais, securitários, sociólogos, tabeliões, tecnólogos, telefonistas, telegrafistas, terapeutas, topógrafos, tradutores, veterinários e zootecnistas.

Por fim, a classificação ideológica dos partidos seguiu a distribuição usual na literatura⁵, sendo classificados como de “esquerda” os partidos que, no plano econômico, são mais favoráveis a uma maior interferência e controle estatal na sociedade, na economia e na vida cultural; no polo oposto, os partidos de “direita” tendem para uma economia de mercado, para a propriedade privada, para a liberdade de iniciativa empresarial, ou seja, um maior liberalismo econômico. Já os partidos considerados de “centro” encontram-se nas posições intermediárias dessas classificações. Levitsky e Roberts (2011 *apud* RODRIGUES, 2014, p. 48), ao pesquisar governos de esquerda da América Latina, chamam atenção, ainda, para um ponto diferencial que a esquerda se apoderou nos últimos anos, que é a representação e defesa

⁵ Marengo e Serna (2007), Rodrigues (2014).

de grupos marginalizados na sociedade e subrepresentados, como mulheres, negros, homossexuais, índios e etc. Então, para esta pesquisa, foram considerados partidos de “esquerda” o PCB, PC do B, PCO, PDT, PGT, PPL, PPS, PSB, PSOL, PROS, PST, PSTU, PT, PV e REDE; de “centro”, ficaram PMB, PMDB, PSD e PSDB; e, de “direita”, DEM (ex-PFL), NOVO, PAN, PEN, PMN, PHS, PP (x-PPB), PR (ex-PL), PRB, PRONA, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PT do B, PTB, PTC, PTN e SD.

CAPÍTULO 1: Os principais conceitos sobre elites políticas, carreiras políticas, recrutamento partidário e um breve contexto eleitoral e político do Brasil nos últimos 20 anos (1996 – 2016)

Na origem de todo o político, existem algumas considerações que devem ser feitas, como: quem são os atores que controlam o poder nas sociedades? Quais são os aspectos que formam esses atores políticos? Em que medida as pessoas que entram na política são diferentes uma das outras? De que forma mulheres e homens entram na política? Quais os arranjos institucionais que lhes dão acesso à política? Qual o modo que ocorre o recrutamento dos políticos? Qual o contexto político e social que se produz a entrada desses atores em cargos públicos?

O objetivo deste Capítulo é tentar responder estes questionamentos, apresentando uma resenha com as principais contribuições sobre elites políticas, carreiras políticas e o recrutamento dos candidatos que é feito pelos partidos para disputar eleições. Cabe destacar que grande parte destas reflexões, tanto em nível nacional como em âmbito internacional, foram baseadas na carreira parlamentar, mas que podem ser ampliadas para toda a classe política, incluindo os prefeitos municipais.

O conceito de “elite política” surgiu no final do século XIX. Dentre os principais teóricos elitistas estão Mosca, Pareto e Michels, que introduziram o conceito de elites políticas e procurava demonstrar, com base científica, a relação de poder e dominação desses com as respectivas sociedades em um período de grande expansão da participação política dos estratos mais baixos da população. Vários cientistas sociais, após a Segunda Guerra Mundial, também, dedicaram-se a esses estudos, autores como Charles Wright Mills, Robert Dahl, Raymond Aron, Robert Putnam, dentre outros, produziram estudos acrescentando ainda mais às contribuições clássicas para conhecer como se formam as minorias que dominam e governam as sociedades.

Da mesma forma, pesquisas relevantes têm se ocupado em estudar as carreiras políticas e compreender como decorre o processo de recrutamento realizado pelos partidos políticos brasileiros, cabe citar os trabalhos de Miguel (2003), Miguel, Marques e Machado (2015), Lemos e Ranincheski (2003), Marengo dos Santos (2006), Rodrigues (2002), Braga, Veiga e Miríade (2009); Braga e Bolognesi (2013), mas esse texto está baseado,

principalmente, nas definições e contribuições de Mosca (1957), Alcántara (2016), Miguel (2003) e Norris (2013).

Por fim, este Capítulo, ainda, trará um breve apanhado do contexto eleitoral e político que o Brasil vivenciou nos últimos 20 anos, de 1996 a 2016, trazendo as principais mudanças na legislação eleitoral para os pleitos e as alternâncias partidárias no Governo Federal.

1.1. A elite política: uma minoria que governa

Num sentido mais simples, a Teoria das Elites pode ser definida como uma ideia de que sempre haverá nas sociedades um grupo mais apto e seletivo a deter o poder, ou seja, uma minoria que governará uma maioria. Um de seus principais teóricos, Mosca (1984), no início de sua obra “A Classe Política”, constata, uma lei histórica e universal, que existe em todas as sociedades duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados. A classe que governa, chamada por Mosca de “classe política” ou “classe dirigente”, é sempre composta por uma minoria, desempenha todas as funções políticas, monopoliza os recursos de poder (econômicos, religiosos, escolares e etc.) e utiliza-os em benefício próprio. Já a classe dos governados é a mais numerosa, porém, por ser desunida e dispersa é dirigida e regulada pela primeira classe de maneira mais ou menos legal ou de um modo mais ou menos arbitrário e violento.

A condição de “minoria” seria um requisito necessário para um grupo se transformar em classe dirigente, já que uma maioria não conseguiria se organizar e exercer o domínio político, mas isso não é suficiente, pois é indispensável que a classe governante seja organizada (PERISSINOTTO, 2009, p. 13-14). Essa tese pode ser resumida da seguinte maneira: as minorias exercem o poder porque são organizadas, já as majorias são dominadas por serem desorganizadas. Diz Mosca, que

[...] es fatal el predominio de una minoría organizada, que obedece a un único impulso, sobre la mayoría desorganizada. La fuerza de cualquier minoría es irresistible frente a cada individuo de la mayoría, que se encuentra solo ante la totalidad de la minoría organizada⁶ (MOSCA, 1984, p. 110).

⁶ O trecho correspondente na tradução é: “[...] é fatal o domínio de uma minoria organizada, que obedece a um único impulso, sobre a maioria desorganizada. A força de qualquer minoria é irresistível frente a cada indivíduo da maioria, que se encontra só ante a totalidade da minoria organizada”.

Perissinotto (2009, p. 12-13) sustenta que a minoria é levada à organização, à ação coesa e coordenada porque seus membros compartilham de interesses comuns. Ele também afirma que uma classe política sempre agirá no sentido de manter o monopólio sobre os recursos socialmente valorizados, lhes possibilitando o domínio político sobre o resto da sociedade. Portanto, o objetivo da minoria para se manter organizada é a proteção do monopólio desses recursos e garantir o seu predomínio, que significa o predomínio de certos interesses sobre o resto da sociedade.

Pareto (1984), ao defender que há nas diversas áreas das atuações humanas, indivíduos que se destacam dos demais por seus dons e por possuírem qualidades superiores que compõem uma minoria seleta do restante da sociedade, também, sugere que o poder político e as tomadas de decisões estejam restritos a esse seletivo grupo de indivíduos. Pareto, então, chama de elite essa pequena parcela da sociedade que integrava os graus mais elevados em níveis de riqueza e de poder, estes indivíduos deveriam possuir os mais elevados índices nas suas respectivas atividades. Já fora da elite e/ou abaixo dela, Pareto (1935, III, § 2034) estabelece que existe a não-elite, isto é, a massa inferior daqueles que são governados. Para este autor o poder político seria a principal distinção entre a elite que governa aqueles que são comandados.

De acordo com Mills, essas elites podem ser consideradas como membros de uma classe social elevada e como um conjunto de membros que se conhecem e se veem socialmente, ao tomarem decisões, levam-se mutuamente em consideração. A noção desse estrato dominante implica assim que a maioria de seus membros tem origens semelhantes, dessa forma, nesse conceito a elite

[...] se considera, e é considerada pelos outros, como o círculo íntimo das “classes superiores”. Forma uma entidade social e psicológica mais ou menos compacta; seus componentes tornaram-se membros conscientes de uma classe social. As pessoas são ou não aceitas nessa classe, havendo uma divisão qualitativa, e não simplesmente uma escala numérica, separando os que são a elite dos que não são. Tem certa consciência de si como classe social e se comportam, uns para com os outros, de modo diverso daquele que adotam para com os membros de outras classes. Aceitam-se, compreendem-se, [...], e procuram trabalhar e pensar, se não juntos, pelo menos de forma semelhante (MILLS, 1975, p. 20).

Em sua investigação sobre os partidos políticos na moderna democracia, Michels (1982) observou que somente uma minoria tomava parte nas principais e mais importantes decisões dos partidos nas sólidas democracias, onde por seleção, esses grupos se destacariam da massa. Concluiu que até mesmo num grupo limitado o poder se concentra nas mãos de

uma minoria. A grande maioria, segundo ele, só poderia decidir sobre as questões mais básicas ou mais gerais, limitando a participação destes nas atividades organizacionais. Na verdade, para Michels, as massas não só não estão preparadas para exercer um papel de comando como, também, não desejam exercê-lo.

Michels (1982 *apud* PERISSINOTTO, 2009, p. 43-44) identifica o que ele qualifica de a necessidade de chefe entre as massas, pois, segundo ele, apesar de gozar de direitos políticos, a multidão não se interessa por assuntos sérios, praticando uma renúncia voluntária em relação à política e adotando uma postura essencialmente apática. Os membros das massas têm um profundo desapego por assuntos rotineiros, por discussões teóricas e partidárias, por essa razão, as massas desejam ser dirigidas, preferindo que alguns poucos indivíduos se ocupem dessas questões. Na verdade, não se trata apenas de um desejo, mas de uma necessidade psicológica.

Para Mosca as minorias que governam são constituídas de uma forma onde os indivíduos que as compõem se distinguem da massa dos governados por certas qualidades que lhes outorgam certa superioridade material, intelectual e até moral ou são os herdeiros dos que possuem essas qualidades. Já Mills defende que aqueles que pertencem à elite são considerados em termos daquilo que seus membros possuem, esses membros precisam ter uma parte maior que a dos outros nas coisas e experiências mais altamente valorizadas, ou seja, a elite é simplesmente o grupo que tem o máximo que se pode ter, inclusive, de modo geral, além de dinheiro, poder e prestígio. O controle sobre esses recursos sociais mais valorizados por determinados indivíduos produz o que Mills chama de o “tipo de pessoa” característico daqueles que dominam uma sociedade determinada, sendo que essa noção é especialmente útil, pois o tipo de pessoa de “elite” que uma organização social produz, traz inscrito nela aquilo que essa comunidade mais valoriza (CODATO, 2015, p. 21).

Mosca reconhece que as elites políticas tendem a lutar por sua manutenção no controle sobre o monopólio do poder político, mas elas podem cair em declínio quando elas já não podem mais exercer as qualidades mediante as quais chegaram ao poder, ou quando não podem mais prestar o serviço social que prestavam, ou quando suas qualidades e os serviços que prestavam perdem importância no ambiente social onde vivem, sendo naturais os períodos de renovação ou surgimento de uma nova classe política, onde as energias de alguns com destaque na sociedade, pertencentes aos estratos sociais inferiores que, por suas

qualidades, abrem caminho em direção ao poder. No entanto, a nova classe governante a ocupar o poder continuará sendo uma minoria. O autor afirma que

[...] la renovación de las clases dirigentes, opera de modo constante, con mayor o menor intensidad, en todas las sociedades humanas. Muy a menudo, quizás normalmente, la renovación tiene lugar de un modo rápido y violento porque de manera lenta se han infiltrado en las clases elevadas algunos elementos provenientes de los estratos más humildes⁷ (MOSCA, 1984, p. 325).

Enfim, o que se infere da Teoria das Elites é que seja qual for o sistema político os governos e instituições são dirigidos por uma minoria que compõem a sociedade, mas a democracia se diferencia dos outros sistemas, por incentivar a livre concorrência ao voto e por oferecer maiores oportunidades para se entrar na vida política. Apesar de deter o poder político, essa minoria não seria sempre a portadora do poder, devido às possibilidades de mudanças na composição dessas elites governantes (MOSCA, 1984; PARETO, 1985; MICHELS, 1982).

1.2. Carreiras políticas

A classe política é composta por indivíduos que vivem da política e na teoria weberiana, a conquista de cargos políticos torna-se importante para garantir os recursos necessários à sobrevivência na carreira, seja qual for o objetivo da movimentação feita, como, por exemplo, uma reeleição ou a transferência de um mandato para outros níveis ou esferas de poder (ARAÚJO, 2012, p. 6). Mas a entrada de mulheres e homens na política está condicionada por dois fatores principais: a vontade de participar da política institucional e o acesso aos recursos necessários, tanto materiais quanto simbólicos, existindo uma circularidade significativa entre esses dois fatores, uma vez que, dada a tendência de que os indivíduos adequem seus desejos às suas possibilidades, a impossibilidade de acesso aos recursos tende a reduzir a vontade de participar e, inversamente, a existência dos meios necessários, contribui para a emergência desta vontade (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015, p. 721).

⁷ O trecho correspondente na tradução é: “[...] a renovação das classes dirigentes, opera de modo constante, com maior ou menor intensidade, em todas as sociedades humanas. Frequentemente, a renovação tem lugar de um modo rápido e violento, porque de maneira lenta se infiltram nas classes elevadas alguns elementos provenientes dos estratos mais humildes”.

No entanto, o indivíduo que deseja entrar para a vida política deve possuir ao menos um capital que pode proceder de cinco fontes, que não são excludentes. Esses ativos individuais são conjugados no início de toda a carreira. A primeira é estritamente política e derivada do processo de investidura que é fruto da vinculação com uma formação política concreta cujo interesse fundamental consiste em recrutar pessoal para seus fins; a segunda possui sua origem no nível de formação adquirida e complementada com alguma experiência profissional em contexto trabalhista que termina dotando-o de uma perícia técnica que lhe abre as portas do mundo da política por sua funcionalidade, como, por exemplo, as formações em engenharia, medicina, finanças, administração ou mesmo em direito e suas respectivas profissões; a terceira é derivada da posse de grande popularidade proveniente da prática de uma atividade que tem grande exposição social, que é o caso dos artistas, esportistas ou comunicadores sociais, cuja imagem é um chamariz de ampla eficácia para a captação de votos. Como exemplo desse capital, cabe citar o caso do artista e/ou humorista Tiririca, personalidade da mídia brasileira e que foi eleito deputado federal pelo estado de São Paulo por três mandatos consecutivos (2011-2015, 2015-2019 e 2019-2023), sendo que nas eleições de outubro de 2010 e 2014 figurou entre os candidatos mais votados no país. A quarta provém do legado familiar como consequência do pertencimento a uma família com antecedentes e experiência na vida política que fornecem ao candidato símbolos, contatos e redes; e a última é derivada da posse de renda econômica suficiente que lhe permite enfrentar os custos de ingresso, principalmente os da campanha eleitoral. Os indivíduos, então, que possuem algum desses capitais terminam entrando na política através da socialização na vida partidária que os leva a continuar na carreira mais ou menos projetada pelo partido, passando por diferentes degraus; ou então são cooptados, quer pelo partido quer por um líder com trajetória própria, para ocupar determinados cargos, pulando, nesse caso, algumas etapas (ALCÁNTARA, 2016, p. 146-147).

Ainda, para aqueles que querem iniciar uma trajetória e ascender na vida política existem algumas variáveis que devem ser consideradas (NORRIS, 1996, p. 210). As variáveis institucionais podem impulsionar ou frear qualquer carreira política e centram-se, sobretudo, nas regras do jogo na qual se entra na política, neste caso, são considerados aspectos que incidem sobre o processo de recrutamento, como a idade mínima, a existência ou não de antecedentes penais ou de cláusulas administrativas inibidoras da participação política e cujas consequências são notórias para o início de qualquer carreira política. Outro padrão institucional que interfere no processo de entrada na política, segundo Alcántara (2016, p.

122), está no sistema partidário, onde na maioria dos sistemas políticos, os partidos são os primeiros agentes a realizar o recrutamento entre os diferentes níveis de seus membros. Além disso, o início de boa parte das carreiras políticas começa nos partidos. Já a natureza da competição partidária, referida tanto no número de partidos quanto ao grau de polarização, gera um determinado cenário de maior ou menor competitividade e forma um quadro decisivo ao moldar as possibilidades de uns ou de outros candidatos.

Se forem considerados os fatores individuais que influem no início de uma carreira política, o primeiro a ser levado em conta será o gênero. Para Fox e Lawless, (2005 *apud* MARTÍNEZ, 2009, p. 129) o pertencimento a um grupo minoritário como o gênero pode desestimular tanto o início na carreira política quanto sua continuidade. Os homens continuam a ter uma clara vantagem sobre as mulheres no começo da carreira política, pois essas enfrentam um conflito, com respeito ao equilíbrio de sua vida público-privada, que os afeta muito menos, como a maternidade, em uma idade que coincide com o momento de entrada na atividade política e é um dos fatores que mais pesa na marginalização das mulheres na atividade política, mas depois também o é o fato de que as mulheres assumem mais responsabilidades como cuidadora das pessoas dependentes dentro das famílias (ALCÁNTARA, 2016, p. 131-132; PÉRES, 2011, p. 99).

A socialização familiar, também, desempenha um papel importante no sentido de incentivar ou não o indivíduo a entrar na política. O contexto familiar, principalmente, nas sociedades com forte vínculo patrimonial, continua pesando enormemente e podem constituir um recurso pessoal para os candidatos. Em países latino-americanos a porcentagem de deputados que têm familiares na política é relativamente alta, com metade dos deputados possuindo familiares na política, e há países centro-americanos nos quais essa porcentagem chega a mais de 60%. No entanto, esse padrão de dependência familiar não se registre ao caso de políticos com um perfil mais tecnocrata⁸, que se desviam dos esquemas tradicionais de recrutamento de elites com base em relações de família ou de clientelismo político, possuindo critérios de recrutamento mais universais (ALCÁNTARA, 2016, p. 132-133; MAIHOLD, 2007, 172-173).

Porém, para aqueles que almejam disputar cargos eletivos, não se pode deixar de lado aspectos de caráter sócioestrutural que se relacionam com as condições do ambiente social no

⁸ Dávila (2011, p. 36) define os tecnocratas como “aqueles *decision makers* nos níveis superiores da administração de um governo com alto nível de educação formal e sem experiência política”.

qual a pessoa se move e que se referem ao nível social, a situação histórica do(s) grupo(s) a que pertence, elementos que constituem a identidade e dotam a comunidade de profundos traços distintos e de valores coletivos (ALCÁNTARA, 2016, p. 120). Outro elemento que é considerado pelos partidos ao selecionar os seus candidatos é o nível de formação em função de suas qualidades específicas na hora de apresentar-se a uma determinada confrontação eleitoral com outros candidatos e devido a certos conhecimentos que alguns cargos eletivos exigem (ALCÁNTARA, 2016, p. 124).

Outra variável que deve ser observada entre aqueles que almejam entrar em uma carreira política é a disponibilidade de recursos, que podem ser coletivos ou pessoais. Os recursos sendo coletivos, advindos dos partidos, os membros devem seguir as regras e diretrizes da organização partidária (SANTOS, 2000, p. 38). Já aqueles que contam com recursos pessoais possuem como base para o desenvolvimento de suas carreiras certos atributos que os indivíduos constroem ao longo da sua vida. Os recursos pessoais, ainda, ajudam a enfrentar a incerteza que todo o candidato a político tem sobre o seu futuro e que, muitas vezes, transforma-se em um obstáculo para o começo de uma carreira política. Contar com recursos pessoais refere-se não só ao patrimônio econômico ou ao fato de ter um trabalho seguro, seja no setor público, seja no setor privado, que garanta certa tranquilidade para o momento de saída da política, mas trata-se também de possuir atributos menos tangíveis baseados no domínio de certas habilidades que outorgam prestígio e fama para o candidato⁹ ou maior exposição ao grande público (ALCÁNTARA, 2016, p. 132).

A política é uma carreira feita em degraus¹⁰. No caso do Brasil, Miguel (2003, p. 116) apresenta a estrutura da carreira política com seus principais cargos e indica que seu início se dá no cargo de vereador, que ocupa a base da estrutura, sendo a posição eletiva de menor prestígio político. O vereador que deseja ascender na carreira tentará disputar a eleição para deputado estadual ou então prefeito municipal, e assim por diante, até a Presidência da República, que está indiscutivelmente no topo da carreira política brasileira (Figura 1).

Essa estrutura proposta por Miguel não se trata de uma carreira rígida, já que existem muitos fatores em jogo e de acordo com as circunstâncias, o político pode preferir disputar um cargo menos importante, em que espera obter uma vitória consagradora, mas o que, geralmente, acontece é que quem está na base da estrutura possui o desejo de “subir” na

⁹ Keller (1983).

¹⁰ Black (1972), Jacobson (2000), Kazee (1994), Schlesinger (1966), Fox e Lawless (2012).

carreira, no entanto, quanto maior o nível, em direção ao topo, nessa estrutura, menor é a quantidade de vagas disponíveis, mas como há ofertas em vários níveis nas disputas eleitorais no arranjo institucional brasileiro, as oportunidades para o desenvolvimento de carreiras políticas são diversas e podem proporcionar mudanças de trajetórias por parte dos políticos.

Figura 1. Estrutura da carreira política no Brasil



Fonte: Miguel (2003).

Nota do autor: as caixas em cinza indicam cargos escolhidos pelo voto popular.

Miguel, ainda, defende que uma carreira “ideal” deve combinar experiências nos poderes executivo e legislativo, sendo que os cargos no poder Executivo confere maior notoriedade, já que cada cargo é “único” e chefiar

[...] um Poder Executivo significa disputar e ganhar uma eleição de alta visibilidade, seguida de um mandato também com grande publicidade potencial. O Poder Legislativo, por outro lado, é o espaço por excelência da socialização da elite política, em seus diferentes níveis (local, estadual, nacional). Na medida em que o progresso na carreira depende tanto da popularidade (no sentido de capacidade de cativar o público externo ao campo político, o cidadão-eleitor comum) quanto do reconhecimento dos pares, que garante o apoio às candidaturas e as nomeações para os postos não eletivos, a combinação de experiências gera as carreiras melhor equilibradas (Miguel, 2003, p. 118).

Após iniciar a carreira política, segundo Alcántara (2016, p. 147-148), os indivíduos que desejam prolongar sua trajetória na vida pública utilizam-se de estratégias de capitalização de suas posições que podem admitir três possibilidades: i) manter-se fiel ao partido de entrada, na esperança de queimar certas etapas, obtendo experiências e conquistando parcelas de poder; ii) mudar para outro partido que ofereça melhores condições

e oportunidades de progresso, no qual se sintam mais confortáveis e, em geral, mais alinhados a postulados ideológico-programáticos comuns; e, iii) manter-se independentes de toda a oferta partidária. Já os mecanismos utilizados para a continuidade no desenvolvimento das carreiras políticas são também três: i) a participação em processos eleitorais, aonde as carreiras vão se consolidando, com o decorrer do tempo, no terreno representativo; ii) nomeação para cargos de confiança; e iii) uma combinação dos dois mecanismos anteriores, o que implica a alternância em cargos no poder Legislativo e outros no Executivo.

O prolongamento nas trajetórias da vida pública dos indivíduos transformou a atividade política em uma profissão, já uma maior democratização das sociedades contribuiu por criar uma profissionalização dos políticos. Essa profissionalização não foi uma decisão dos políticos, mas resultado de uma esfera pública que foi crescendo cada vez mais, pois a democratização criou demandas dirigidas ao Estado, de maneira que seus funcionários tinham que cada vez mais prestar contas para garantir o bem-estar público. A democratização, ainda, criou exigências de tempo e, por conseguinte, a dedicação exclusiva à atividade política gerou a necessidade de contar com rendimentos derivados da política (ALCÁNTARA, 2016, p. 168). Então, Weber (1982) passou a definir os políticos profissionais como aqueles que vivem da política, dedicam-se em tempo integral e põem sua vida a serviço da política. Sartori (1992) segue o mesmo caminho de Weber e se refere aos políticos profissionais como aqueles que nunca tiveram outra profissão ou aqueles que já não tem a possibilidade de voltar para sua profissão civil.

Uma vez transformados em políticos profissionais, Pegurier (2009, p. 13) destaca que os indivíduos com vocação para a política e oportunidade de exercê-la passam a estabelecer suas estratégias e regem suas atividades de acordo com suas ambições e em função da estrutura de oportunidades, mas seguindo as regras constitucionais do seu país. Este autor, também, enfatiza que com o tempo, os políticos começam a se reconhecer como classe e, a partir desse momento, passam a usar seus poderes para legislar em benefício da própria classe, visando não só obter maiores rendimentos ou privilégios, mas expandindo sua estrutura de oportunidades políticas, reduzindo os riscos de serem alijados da profissão que escolheram, e impedindo a ascensão de *outsiders* em cargos que ocupam.

A classe dos políticos profissionais é um agrupamento formalmente aberto, sendo sujeito

[...] à entrada (e saída) de pessoas provenientes de diferentes meios ocupacionais. Há sempre alguma rotatividade nos cargos e funções que decorre de derrotas eleitorais, de nomeações para outros cargos e atividades no estado ou, em menor escala, de abandono da política. Mas a taxa de rotatividade é baixa no interior da classe política como um todo. O número dos que nela desejam entrar é sempre muito maior do que os lugares disponíveis. As vantagens que a atividade política vitoriosa oferece são muitas. Os que nela conseguem entrar procuram nela permanecer por toda vida útil. Nem sempre conseguem, mas quando sofrem uma derrota a solidariedade de classe logo atua para amparar o desempregado com oferta de algum cargo, no setor público geralmente (Rodrigues, 2014, p. 41).

Na vida pública, há carreiras mais ou menos estáveis e, como já visto, são vários os aspectos que influenciam na continuação ou não destas. Em geral, pode-se considerar que carreiras políticas são mais estáveis quando o político mantém-se no poder, obedecendo sua trajetória hierárquica, ou quando o político permanece no poder, porém exercendo o mesmo cargo eletivo (PRATTI, 2013, p. 48-49). As carreiras políticas estáveis tornam os políticos mais experientes e durante o seu desenvolvimento eles vão acumulando alguns elementos, fortalecendo e aumentando o seu capital. Trata-se da visibilidade pública, que os tornam personagens socialmente mais conhecidos e midiaticamente valiosos. Em segundo lugar, encontra-se a aprendizagem de certas habilidades como a negociação e o debate, a gestão de crises ou de situações de conflito, a comunicação e o trato com a opinião pública, a gestão de recursos humanos e a posse de uma visão estratégica, o que os projeta a cargos em direção de grandes empresas, em geral, multinacionais. E, por último, a posse de uma agenda de contatos que permite suas entradas em redes sociais e econômicas, tanto nacionais quanto internacionais, às quais, no início de sua carreira política, na maioria das vezes, não tinha acesso. Um caso que personifica bem essa acumulação de capital é o ex-prefeito Eduardo Paes, que após 8 anos à frente da administração do município do Rio de Janeiro (2009-2012 e 2013-2016) virou uma espécie de consultor do Banco Mundial; além disso, foi contratado pela empresa chinesa BYD, que fabrica veículos elétricos, para atuação em toda a América Latina. No entanto, esse capital político acumulado não é igual em todos os casos, pois se desenvolve conforme o tempo de duração da carreira política, os vínculos e os cargos acumulados durante esta. Parece evidente que o nível destes está mais relacionado com o grau de incremento do capital do que com a simples passagem do tempo em um determinado cargo (ALCÁNTARA, 2016, p. 140-141).

Já diferente dessas carreiras consolidadas, existem as carreiras consideradas menos consolidadas, onde os políticos entram sem possuir experiências prévias em cargos eletivos

ou administrativos e, apesar de eleitos, não conseguem manter-se e/ou permanecer nos cargos por muito tempo.

A ideia de uma carreira política consolidada está ligada à dimensão temporal, havendo uma continuidade cronológica definida pelo tempo de atividade na política que, por sua vez, está correlacionada de forma positiva com uma maior socialização do político, que, finalmente, contribui para uma maior profissionalização. Então, a atividade na política pode ser intermitente, contínua ou durar toda a vida, diferenciando, dessa forma, aqueles cuja presença na política ocorre por meio de entradas e saídas em diferentes ocasiões, daqueles que são constantes ao longo de um determinado período e dos que dedicam toda a sua vida à atividade política (ALCÁNTARA, 2016, p. 183).

Uma desvantagem que o político possui em sua permanência na vida pública é que ele tem pouco controle sobre o planejamento de sua carreira, embora possa, às vezes, intervir em seu próprio benefício sobre certos mecanismos institucionais, como as regras eleitorais e os regulamentos internos do partido, sem que, por isso, o resultado deixe de ser incerto (ALCÁNTARA, 2016, p. 187). Mas o final de toda a carreira política possibilita a integração do capital possuído, rentabilizado ou não. No balanço final da carreira política, e sem importar se a saída foi ou não planejada, há muitas questões diferentes que contam e que podem ser classificadas por um critério muito simples consistente em se o político rentabilizou ou não sua passagem pela política para melhorar sua situação profissional e, portanto, econômica, com respeito ao início da carreira. Os políticos que se aposentam completamente ou que voltam para o mesmo posto de trabalho que ocupavam inicialmente, não rentabilizaram sua carreira em termos econômicos, embora possam ter acumulado uma enorme dose de satisfação espiritual e moral. Além disso, a aposentadoria política implica rendimentos mais elevados do que os da média dos cidadãos. Ao contrário destes, tem aqueles que mudam de trabalho para outro muito diferente ao que exerciam antes de entrar na política e cujas condições salariais e sociais são melhores; também há aqueles que passam a desenvolver uma atividade profissional cujo desempenho está de alguma forma relacionado com a política; e finalmente aqueles que transferem esse capital a terceiros, como cônjuges ou descendentes. No entanto, é o mundo da empresa privada que tem acolhido a maior parte daqueles que deixam a política, parecendo evidente que a passagem de políticos para a empresa privada, capitalizando sua experiência, o conhecimento adquirido e as redes de contato estabelecidas, é uma tendência muito sólida nos dias atuais (ALCÁNTARA, 2016, p. 148-149).

1.3. O recrutamento político

A literatura vem apresentando o recrutamento político como uma “corrida com barreiras”, aqueles que conseguem transpor os estágios, passam para as etapas seguintes, podendo concorrer em eleições e vim a ser eleitos, mas, de uma forma mais simples, o recrutamento nada mais é do que o modo como os candidatos são selecionados para competir por um cargo eletivo, submetendo-se a certos padrões de processos definidos pelos partidos, às regras da organização de acordo com a demanda dos selecionadores e à avaliação de seus recursos pessoais, com o intuito de conseguir a homologação de seu nome para concorrer na disputa eleitoral (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015, p. 734; PRATTI, 2013, p. 37).

De certo modo, o recrutamento político é uma etapa que serve para filtrar os diferentes *backgrounds* individuais, familiares, políticos e sociais dos aspirantes a algum cargo eletivo, sendo realizado no interior dos partidos políticos, pelas lideranças e membros dos partidos. Essas lideranças tendem a controlar todo o processo de seleção de modo a recrutar indivíduos com características sociais semelhantes às suas, existindo uma estreita relação entre as características dos selecionadores e as características ou atributos dos indivíduos que são selecionados; assim, no recrutamento há um favorecimento dos quadros que possuem um perfil semelhante à de seus selecionadores e que, também, estejam em consonância com as bases sociais dos partidos, determinando uma lógica social no processo de recrutamento político (GAXIE, 2012, p. 167; PRATTI, 2013, p. 39). Essa “lógica do recrutamento político” mostra-se como uma ordem invertida da estrutura social, com pequenas representações das classes inferiores ou populares e uma sobre-representação das camadas mais altas; ou seja, aqueles que possuem maiores condições culturais, econômicas e/ou políticas tem maior número de representantes nas esferas do poder, já, no caso contrário, aqueles que possuem menos condições tem uma sub-representação, ao possuir um número menor de representantes. Segundo Gaxie (2012, p. 166) as características sociais dos representantes no corpo político, ainda, tornam-se mais

[...] “aristocráticas” à medida que se galga a hierarquia de poder e de prestígio dos cargos em competição. Assim, a porcentagem dos agentes que pertencem às classes superiores aumenta quando se avança nas hierarquias partidárias ou quando se vai dos prefeitos e gestores departamentais aos candidatos a deputados, dos candidatos aos eleitos ou dos deputados aos ministros.

O recrutamento de candidatos para disputar eleições sofre influências de diversos fatores individuais, com funções específicas nos processos e que podem ser agrupados nos

níveis de “oferta” e de “demanda” dos candidatos¹¹. A oferta se explica pelo desejo dos aspirantes em se lançarem na carreira política, oferecendo seus nomes para concorrerem; fatores motivacionais (como à ambição, disposição e interesse), econômicos (recursos materiais e socioeconômicos) e políticos (como a experiência e conexões políticas) estimulam as/os aspirantes para competir e ocupar um cargo político. A demanda ou procura se relaciona com o grau em que os indivíduos ou grupos são “procurados” ou “requeridos” no mercado político, tanto por quem seleciona as candidaturas nos partidos políticos (*gatekeeper*) como pelos financiadores de campanha e até pelo próprio eleitorado no momento de avaliar um determinado candidato. Na prática, esses dois níveis operam de forma combinada, mediante interações complexas e sofrendo influências de variáveis culturais, socioeconômicas e institucionais (ÁLVARES, 2008, p. 899-900; PÉREZ, 2011, p. 18).

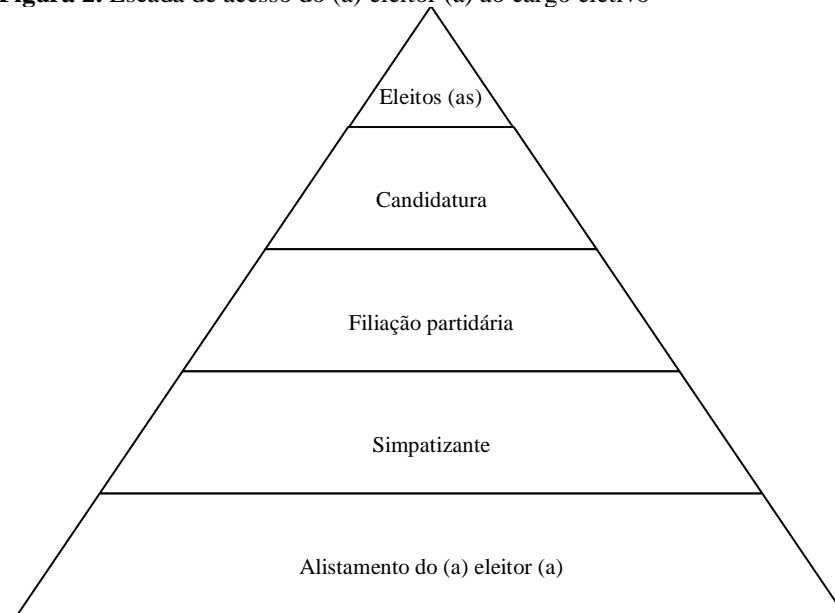
O primeiro passo do recrutamento político é o processo de seleção daqueles que aspiram ocupar cargos eletivos. Dado o conjunto de aspirantes, o segundo passo é a seleção das candidaturas. Estas são funções primordiais dos partidos políticos, que, através de seus representantes legais, selecionarão nos seus quadros de filiados os seus possíveis candidatos. Cabe considerar que o alistamento garante apenas a participação da cidadã ou do cidadão em uma eleição como eleitora ou eleitor. Para disputar um cargo eletivo, o alistável, que esteja no gozo de seus direitos políticos, deverá estar filiado a um partido político, mas, também, superar várias outras etapas. A Figura 2 representa um esboço, elaborado por Álvares (2008, p. 904), com os cinco principais degraus que uma eleitora ou um eleitor precisa galgar quando aspira disputar um cargo eletivo, que são: estar alistado como eleitor (a), ser simpatizante às ideias de algum partido político, estar filiado a um partido, conseguir o registro de candidatura e, por fim, ser eleito (a) ou não.

Em seus estudos, Norris (2013, p. 12) sugere que três estágios sucessivos operam no processo de seleção dos candidatos (Figura 3): a *certificação*, que envolve o Direito Eleitoral, as regras partidárias e normas sociais informais, define os critérios para a candidatura dos elegíveis; a *indicação ou nomeação* envolve a oferta dos possíveis elegíveis que buscam postos políticos e a demanda dos selecionadores ao decidirem quem será nomeado; e a *eleição* que é o processo final onde se determina quem será eleito. Cada um desses estágios determinam barreiras, além de custos e benefícios, para quem aspira candidatar-se e podem

¹¹ Norris e Lovenduski (1995), Norris (2004).

ser vistos como um jogo progressivo de “dança das cadeiras”: muitos são elegíveis, poucos são indicados e, ainda, um número menor é eleito.

Figura 2. Escada de acesso do (a) eleitor (a) ao cargo eletivo



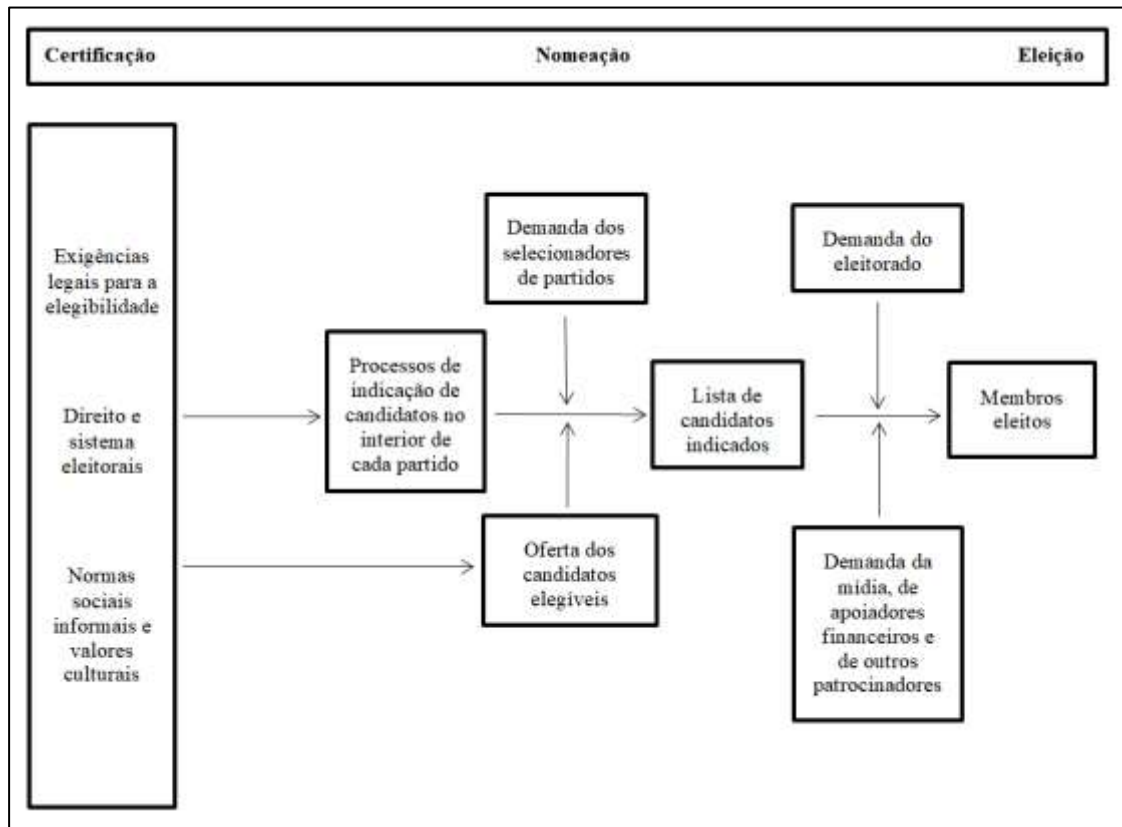
Fonte: Álvares (2008).

No modelo de seleção de Norris, o processo de certificação define quem é passível de indicação para se candidatar em cargos eletivos, esse processo é moldado, principalmente, pelo sistema eleitoral e partidário. Esses dois sistemas são determinantes no início de toda a carreira política, contribuindo para indicar quais as características e exigências os selecionados terão que ter e/ou cumprir. As principais exigências legais incluem aquelas relacionadas com idades mínimas para determinados cargos, a cidadania, a residência e incompatibilidades. Outras exigências na certificação, também, podem ser impostas pelos partidos políticos por meio de seus estatutos, normas internas e programas, sendo comum que esses documentos estipulem a filiação em um partido por um dado período de tempo prévio à candidatura, a fim de assegurar lealdade e familiaridade com as propostas do partido.

A etapa de certificação, também, é influenciada de modo mais geral pelos valores culturais e pelas normas sociais informais das sociedades, moldando a percepção dos candidatos apropriados, bem como quais tipos de experiência e conhecimentos são mais adequados para as carreiras políticas. Por exemplo, é mais provável que os advogados e professores considerem concorrer ao parlamento por possuírem conhecimentos jurídicos e experiências em institutos dedicados a políticas públicas, já os engenheiros e os economistas

são os que mais se aproximam dos cargos para o Executivo. Embora as percepções informais de elegibilidade sejam muito difíceis de estabelecer com qualquer evidência sistemática, elas provavelmente selecionam quem segue adiante e quem é preterido na busca de uma carreira política (ALCÁNTARA, 2016, p. 130; NORRIS, 2013, p. 13).

Figura 3. Modelo do processo de seleção de candidatos



Fonte: Norris (2013), adaptado para o caso brasileiro.

O processo de quem será lançado candidato pode variar muito entre os partidos, podendo ser dos mais abertos aos mais fechados, podendo ter realização de primárias ou por indicação pela direção do partido e etc., mas, de acordo com Matland (2005), uma regra geral seguida pelos partidos é que eles sempre buscarão candidatos que maximizarão os votos, em um cálculo de utilidade simples. Pessoas consideradas menos atraentes eleitoralmente não serão selecionadas pelos partidos, sendo sempre alijados logo no processo de seleção (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015, p. 735).

A indicação dos candidatos, com certa frequência, envolve uma complexa sequência de passos que vão desde a decisão inicial de concorrer às eleições, passando pelo processo de

peneiramento, crivado de pontos de veto que operam em múltiplos níveis – nacional, regional, local ou de facção –, até a nomeação formal como candidato nas convenções dos partidos para a homologação das candidaturas. Mesmo com as mesmas exigências formais, alguns contextos oferecem aos selecionadores uma ampla gama de escolhas entre muitos concorrentes que aparecem, enquanto em outros contextos, como quando um candidato é automaticamente selecionado por estar tentando a reeleição, não existem muitas opções (NORRIS, 2013, p. 15-16).

Por fim, uma vez indicado, o papel do sistema eleitoral torna-se crítico para determinar o estágio final de entrada no cargo eletivo, pois o sucesso eleitoral dos candidatos também é estruturado por selecionadores não-partidários, incluindo o tipo de cobertura da mídia, a publicidade e os apoios à campanha (NORRIS, 2013, p. 13-14). Ainda, deve ser considerado o sistema de financiamento da campanha, que se refere ao nível de gasto requerido e à forma de cobri-lo em função da existência de fundos públicos e, conforme o caso, da proporção que deve sair do bolso do candidato ou de sua capacidade de captar recursos. Em sistemas nos quais é permitido o financiamento privado do gasto eleitoral, a capacidade do candidato para conseguir fundos suficientes para financiar sua campanha torna-se o primeiro obstáculo para a entrada de qualquer indivíduo na política (ALCÁNTARA, 2016, p. 126).

1.4. Contexto eleitoral e político do Brasil nos últimos 20 anos

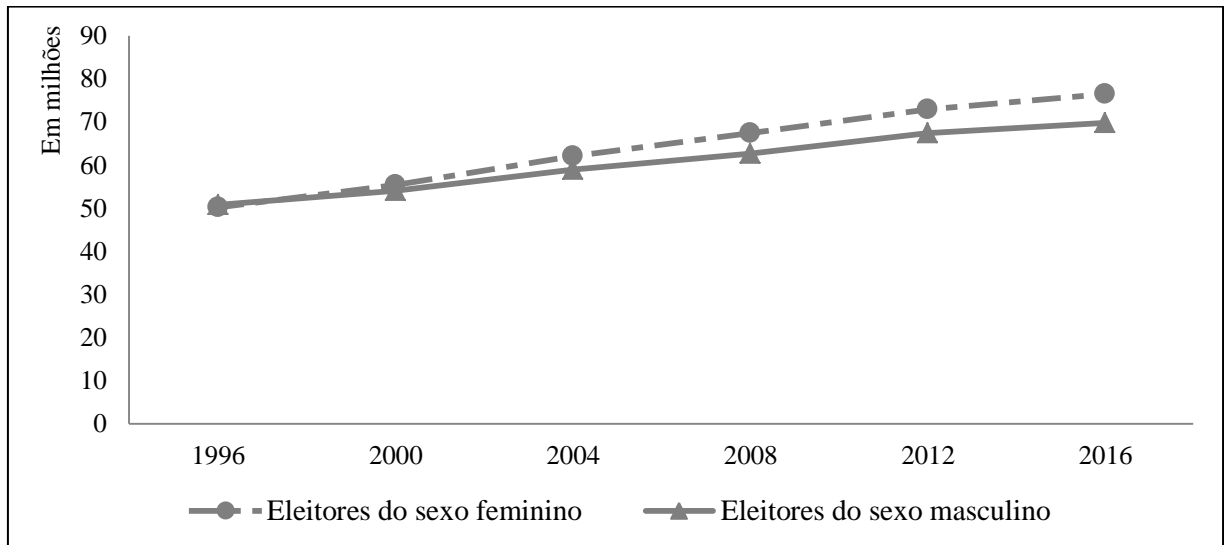
O Brasil é um país de democracia representativa e a sua Constituição Federal, no Art. 14, assegura o sufrágio universal, pelo voto direto e secreto, com igual valor para todos. Atualmente, são realizadas eleições a cada dois anos, em anos pares, e elas são divididas em eleições nacionais (para os cargos de presidente da república, senador e deputado federal), eleições estaduais (para os cargos de governador, deputado estadual e distrital) e eleições municipais (para os cargos de prefeito e vereador), com mandatos de 8 anos para os senadores e 4 anos para os demais cargos eletivos. A partir da Emenda Constitucional nº 16, de 04 de junho de 1997, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos ganharam a oportunidade para disputarem a reeleição para um único período subsequente.

O Tribunal Superior Eleitoral é a instituição máxima da justiça eleitoral brasileira e atua em ação conjunta e coordenada com os tribunais regionais eleitorais, sendo estes os responsáveis pela administração de todo o processo eleitoral nos estados e municípios. As regras das disputas eleitorais brasileiras possui sua fonte principal na Constituição Federal de 1988 e ainda são disciplinadas pelo Código Eleitoral, pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos, pela Lei das Inelegibilidades e pela Lei das Eleições (ALMEIDA, 2019, p. 45-46).

A maior parte da legislação eleitoral brasileira foi elaborada antes das eleições de 1996, como o Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15/07/1965), a Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar nº 64, de 18/05/1990) e a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096, de 19/09/1995). Em 1997 foi promulgada a Lei das Eleições (Lei nº 9.504) para estabelecer regras gerais para as eleições brasileiras, tais como normas para a formação de coligações, ao registro de candidaturas, à arrecadação e à aplicação de recursos nas campanhas eleitorais, à propaganda eleitoral em geral, ao sistema eletrônico de votação, à fiscalização das eleições, assim como às condutas que são vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais, dentre outras (ALMEIDA, 2019, p. 46).

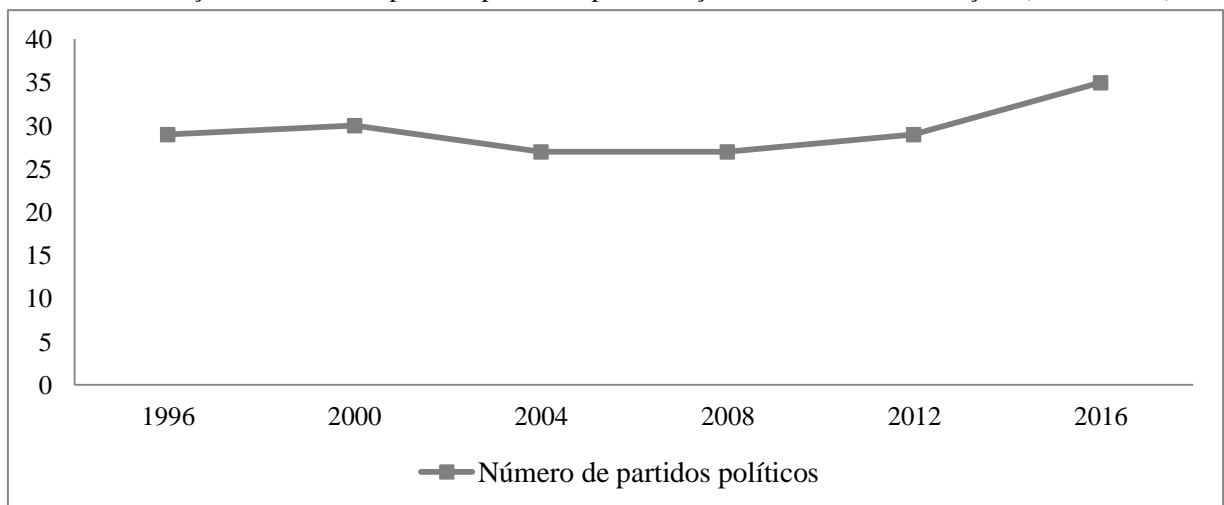
Ao longo dos últimos anos, houve diversas mudanças nas regras eleitorais. Houve, ainda, mudanças e alternâncias políticas, econômicas e sociais no país. As reformas mais substanciais na legislação eleitoral só aconteceram recentemente, após as manifestações populares de junho de 2013. A Lei nº 12.891/2013 teve como principal objetivo a diminuição dos gastos das campanhas eleitorais, a redução do impacto do poder econômico nas disputas, a limitação de publicidade em bens particulares, a proibição de propaganda eleitoral antecipada em meios de comunicação e a criminalização de ofensas aos adversários. Já a Lei nº 13.165/2015 proibiu o financiamento de pessoas jurídicas a campanhas eleitorais, também instituiu a redução do tempo de campanha, fixando em apenas 45 dias, e alterou os prazos para a filiação partidária, obrigando os candidatos a estar com a filiação deferida pelo partido no mínimo seis meses antes da data da eleição.

Nos últimos 20 anos, também, houve algumas mudanças no perfil do eleitorado brasileiro e ao se analisar a evolução no número de eleitores brasileiros aptos a votar nas últimas seis eleições (Gráfico 1), percebe-se uma mudança no sexo do eleitorado, pois a eleição de 1996 é a única onde os homens foram maioria entre os eleitores, a partir do pleito de 2000 as mulheres assumem a maioria entre os alistados aptos para votar.

Gráfico 1. Evolução no número de eleitores aptos a votar no Brasil (1996 – 2016)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Cabe, ainda, ressaltar o número sempre expressivo de partidos políticos registrados junto ao TSE nos últimos 20 anos e que estavam aptos a lançarem candidaturas nas eleições (Gráfico 2). Em 1996 eram 29 partidos constituídos, esse número subiu para 30 em 2000. Nas eleições de 2004 e 2008 passaram para 27 partidos políticos, aumentando para 29 em 2012 e para 35 em 2016, mas, durante todo esse período, foram o PSDB, o PT e o PMDB os principais partidos que comandaram o cenário político brasileiro nos níveis nacional, estadual e municipal.

Gráfico 2. Evolução no número de partidos políticos aptos a lançarem candidatos nas eleições (1996 – 2016)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Um dos principais partidos políticos do Brasil é o PSDB, fundado em 25 de junho de 1988, sob a articulação de Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, José Richa, Franco Montoro, José Serra e mais um grupo de parlamentares dissidentes do PMDB, PDT, PFL e PTB. Com seis anos de sua fundação, este partido saiu vitorioso nas eleições gerais de 1994 com seu candidato Fernando Henrique Cardoso (FHC) na disputa para presidente da república, em primeiro turno, com Marco Maciel, do PFL, seu candidato a vice, e com uma base de aliança firmada entre o PSDB, PFL e PTB. O êxito de FHC nessa eleição foi, sobretudo, devido ao sucesso da política de estabilização financeira do país (Plano Real), lançado no final do governo de Itamar Franco, quando FHC era Ministro da Fazenda. Na eleição geral seguinte, em outubro de 1998, os tucanos conquistaram a reeleição de Fernando Henrique para presidente da república, apoiado por uma coligação de aliança centro-direita, composta por PSDB, PFL, PPB, PTB e PSD. Nos oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil se ampliou em média 2,29% ao ano, em média¹². Após essas duas conquistas o PSDB não mais conseguiu obter vitória para o posto mais alto do Executivo Federal brasileiro.

Os tucanos souberam aproveitar o período em que estiveram à frente do Governo Federal para ampliar seu crescimento no Congresso Nacional, nos estados e nos municípios. Em suas primeiras 8 campanhas municipais disputadas o PSDB conseguiu eleger 5.376 prefeitos pelo país. Como mostra a Tabela 1, nas eleições de 2000 o partido conseguiu eleger 987 prefeitos, administrando mais de 17% das prefeituras brasileiras. Entre as capitais do país, o PSDB controla há 27 anos a cidade de Teresina (PI), os candidatos do PSDB ganharam as últimas sete eleições disputadas nesta cidade (1992, 1996, 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016). Já no Centro-Oeste, a capital do Mato Grosso, Cuiabá, já elegeu por quatro vezes consecutivas prefeitos tucanos (1996, 2000, 2004 e 2008) e os peessedebistas controlam pela segunda vez a cidade de São Paulo, o partido obteve a primeira vitória na capital paulista com José Serra em 2004 e em 2016 elegeu o tucano João Dória Júnior.

Após sua primeira eleição geral, em 1990, até 2016, o PSDB já conquistou 39 vitórias para administrar governos estaduais (Vide Tabela 2). Somente o estado de São Paulo os tucanos governam há 25 anos, ou seja, o partido já elegeu por sete vezes consecutivas o governador do estado mais rico e mais populoso do país. Outro estado que os peessedebistas

¹² Fonte: IBGE.

possuem uma grande hegemonia é o Pará, onde o PSDB já elegeu por cinco vezes seus gestores (1994, 1998, 2002, 2010 e 2014).

Tabela 1. Evolução no número de prefeitos eleitos pelo PSDB (1988 – 2016)

Eleições	1982	1985	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Prefeitos	-	-	18	293	910	987	870	794	701	803
%	-	-	0.4	6.2	16.9	17.8	15.6	14.3	12.6	14.4

Fonte: Silva (2016).

Tabela 2. Evolução no número de governadores eleitos pelo PSDB (1990 – 2014)

Eleições	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Governadores	-	-	1	6	7	7	6	7	5
%	-	-	3.7	22.2	25.6	25.6	22.2	25.6	18.5

Fonte: Silva (2016).

Entre o período de 1990 a 2016 o PSDB conseguiu manter uma grande representação no Congresso Nacional. Pode-se observar utilizando a Tabela 3, que no pleito de 1994 o PSDB conseguiu eleger 9 senadores da república, na eleição seguinte, em outubro de 1998, os tucanos conquistaram 99 cadeiras na Câmara Federal, ou seja, os peessedebistas eram 19.3% dos deputados federais para 51ª Legislatura Federal, mas desde a eleição de 2002 esse partido vem perdendo espaço nessas duas Casas Legislativas.

Após seguidas derrotas para a cargo de presidente da república, o Partido da Social Democracia Brasileira, desde 2003, se manteve como um dos principais partidos de oposição aos governos petistas e após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff o PSDB integrou a base de apoio ao governo de Michel Temer, do PMDB, a partir de maio de 2016 até dezembro

de 2018. Atualmente são mais de 1,4 milhões de peessedebistas registrados¹³, sendo o terceiro maior partido brasileiro em quantidade de filiados.

Tabela 3. Evolução no número de parlamentares eleitos pelo PSDB para o Congresso Nacional (1990 – 2014)

Eleições	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Senadores	-	-	1	9	4	8	5	6	4
% ¹⁴	-	-	3.2	16.7	14.8	14.8	18.5	11.1	14.8
Deputados Federais	-	-	38	62	99	70	66	53	54
%	-	-	7.6	12.1	19.3	13.6	12.9	10.3	10.5

Fonte: Silva (2016).

Outro grande partido político brasileiro é o Partido dos Trabalhadores, fundado em 10 de fevereiro de 1980, ainda sob a ditadura militar, mas oficializado pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral em 11 de fevereiro de 1982. Para Meneguelo (1989) e Aarão Reis (2007) o PT se formou através de vários grupos e organizações que haviam participado na luta contra o Regime Militar, entre eles vários militantes da Igreja Católica progressista, vários setores da classe média, intelectuais brasileiros, políticos advindos do MDB e importantes líderes de grandes sindicatos do país, como Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Henos Amorina, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, José Cicote, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas, Olívio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, dentre outros.

O Partido dos Trabalhadores surgiu com uma estreita ligação entre os movimentos organizados e na luta por direitos e demandas de setores até então marginalizados pela sociedade (mulheres, negros, índios, homossexuais, etc.). Junto aos movimentos sociais, este partido participou da fundação de grandes e importantes organizações de trabalhadores, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

¹³ Fonte: TSE.

¹⁴ O percentual se refere ao número de vagas disputadas na eleição.

Em seus 36 anos, após três tentativas fracassadas, o PT conseguiu conquistar o cargo de Presidente da República por quatro vezes seguidas, governando o Brasil por 13 anos e 4 meses. A presidenta Dilma Rousseff não terminou o seu segundo mandato (2015 – 2018), pois sofreu um processo de *impeachment* e foi afastada do cargo em maio de 2016.

A primeira vitória do PT para a presidência da república aconteceu na disputa eleitoral de 2002, elegendo, no segundo turno, o torneiro mecânico e sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, em uma composição de alianças entre o PT, PL, PC do B, PMN e PCB. Apesar de um mandato com muitos escândalos políticos e de corrupção, como os casos do “Mensalão”, os escândalos de corrupção nos Correios e os superfaturamentos nas compras de ambulâncias, conhecido como o escândalo dos “Sanguessugas”, o PT se mostrou surpreendente nas eleições gerais de 2006 conseguindo a reeleição de Lula, numa coligação do PT com o PRB e PC do B.

Com uma economia crescendo a 7,5%¹⁵, uma taxa de desemprego girando em torno de 6,7%¹⁶, tendo em sua composição um grande arco de alianças composta por 10 partidos (PT, PMDB, PDT, PC do B, PSB, PR, PRB, PSC, PTC e PTN) e altos índices de popularidade e aprovação do Governo Lula, o PT na eleição de 2010 conquistou pela terceira vez o cargo de presidente da república, agora elegendo Dilma Rousseff, primeira mulher a conquistar o cargo de presidente da república no Brasil.

Após o enfrentamento de grandes manifestações populares, que começou em junho de 2013, e um disputa acirradíssima¹⁷, Dilma Rousseff é reeleita presidente da república pelo Partido dos Trabalhadores na disputa eleitoral de outubro de 2014, tendo na sua coligação o PT, PMDB, PDT, PC do B, PP, PR, PSD, PROS e PRB, com essa vitória o PT obtém seu quarto mandato consecutivo a frente do Poder Executivo brasileiro.

Em eleições municipais os petistas, desde sua primeira eleição, já conseguiram obter êxito elegendo 2.254 prefeitos (Vide Tabela 4), chegando a conquistar por quatro vezes consecutivas a prefeitura da cidade de Porto Alegre - RS, nos anos de 1988, 1992, 1996 e 2000, e elegendo por três vezes o prefeito da cidade de São Paulo, maior cidade do país, nos pleitos de 1988, 2000 e 2012. Segundo estudos da Fundação Perseu Abramo (2013) o maior

¹⁵ Fonte: IBGE.

¹⁶ Fonte: IBGE.

¹⁷ A candidata Dilma Rousseff ganhou, no segundo turno, do seu adversário Aécio Neves (PSDB) por uma diferença de menos de 3,5 milhões de votos.

percentual de prefeituras comandadas pelo PT, nos últimos anos, se encontram nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul do Brasil.

Para os governos estaduais os petistas já conseguiram eleger 23 governadores até as eleições de 2014, sendo seus primeiros governadores eleitos no ano de 1994. Como pode-se observar na Tabela 5, somente no ano de 2010 o PT conseguiu eleger 6 governadores, ou seja, além do controle do Governo Federal, os petista controlaram 22% dos estados brasileiros entre o período de 2011-2014.

Tabela 4. Evolução no número de prefeitos eleitos pelo PT (1982 – 2016)

Eleições	1982	1985 ¹⁸	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Prefeitos	2	1	38	54	116	187	409	558	635	254
%	0.05	0.5	0.9	1.1	2.2	3.4	7.4	10.0	11.4	4.6

Fonte: Silva (2016).

Tabela 5. Evolução no número de governadores eleitos pelo PT (1982 – 2014)

Eleições	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Governadores	0	0	0	2	3	3	5	6	4
%	0	0	0	7.4	11.1	11.1	18.5	22.2	14.8

Fonte: Silva (2016).

Para o Congresso Nacional o Partido dos Trabalhadores, principalmente, a partir das eleições de 2002, sempre conseguiu eleger um número significativo de parlamentares para a representação de seus ideais (Vide Tabela 6). Na Câmara dos Deputados, nas 52^a e 55^a Legislaturas, o partido conquistou por duas vezes a maior bancada dessa Casa de Leis. Já no Senado Federal, após a vitória de Lula para presidente em 2002, os petistas conseguiram conquistar um generoso espaço nessa Casa, chegando no ano de 2010 eleger 11 senadores da república, conquistando 20% das vagas disputadas para a Câmara Alta neste pleito.

¹⁸ Em 1985 ocorreram eleições em apenas 201 municípios brasileiros.

Tabela 6. Evolução no número de parlamentares eleitos pelo PT para o Congresso Nacional (1982 – 2014)

Eleições	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Senadores	0	0	1	4	3	10	2	11	3
% ¹⁹	0.0	0.0	0.3	7.4	11.1	18.5	7.4	20.4	11.1
Deputados Federais	8	16	35	50	59	91	83	86	68
%	1.7	3.3	7.0	9.7	11.5	17.7	16.2	16.8	13.3

Fonte: Silva (2016).

Nos dias atuais o PT transformou-se em um dos maiores partidos latino-americanos, contando com mais de 1,5 milhões²⁰ filiados espalhados por todo o país e mantém relações de proximidade com vários outros partidos de esquerda da América Latina. Mas após várias denúncias de corrupção e grandes operações da Polícia Federal, conhecida como operação “Lava Jato”, vários de seus principais nomes foram condenados pela Justiça brasileira, passando o PT por um de seus momentos mais críticos desde a sua fundação.

Já o PMDB, outro grande partido político brasileiro que possui sua origem em um partido registrado na Justiça Eleitoral em 24 de março de 1966, após o mandato de José Sarney (1985 a 1990) não conseguiu mais ter êxito em suas campanhas para presidente da república. Para Delgado (2006, p. 31-32) esse fato pode ser explicado nas lideranças que aderiram ao partido nas décadas de 80 e 90, onde ao ganhar muita força e, em nome da liberdade para fazer as alianças regionais que desejassem, sustentaram a “posição surrealista” de não lançar candidato a presidente. Entre as eleições de 1998 a 2016 o PMDB não disputou a vaga majoritária para presidência da república, indicando apenas a vaga de vice nas eleições de 2002, 2010 e 2014, saindo vitoriosos em 2010 e 2014 para esse cargo, com o candidato Michel Temer.

O PMDB tem por característica ser um partido regionalmente forte, possuindo uma hegemonia muito grande nos municípios e nos estados brasileiros. Braga (2010, p. 64) caracteriza o partido como uma grande confederação de grupos políticos estaduais, o que o torna bastante descentralizado e incapaz de compor um grupo político que se organize em caráter e âmbito nacional. A grande força regional dessa sigla partidária é demonstrada nas

¹⁹ O percentual se refere ao número de vagas disputadas na eleição.

²⁰ Fonte: TSE.

urnas. Entre 1982, primeira eleição como PMDB²¹, e 2016 os peemedebistas conseguiram eleger 11.585 prefeitos e 78 governadores estaduais. No ano de 1986 o partido conseguiu eleger 22 dos 23 governadores estaduais e dois anos depois, nas eleições municipais de 1988, saem vitoriosos em mais de 1.606 prefeituras, ou seja, no final da década de 80 os peemedebistas governavam 95% dos estados e cerca de 37.5% dos municípios brasileiros (vide Tabelas 7 e 8).

Tabela 7. Evolução no número de prefeitos eleitos pelo PMDB (1982 – 2016)

Eleições	1982	1985 ²²	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Prefeitos	1377	127	1606	1605	1288	1260	1060	1202	1022	1038
%	34.9	63.2	37.5	33.7	29.9	22.7	19.1	21.6	18.4	18.6

Fonte: Silva (2016).

Nas esferas legislativas o PMDB é também uma das maiores forças políticas no Brasil, tornando-se necessário para a manutenção da governabilidade em todas as esferas de governos, muito devido ao grande número de parlamentares que possui no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas estaduais. Durante as últimas legislaturas os peemedebistas foram aqueles que mais conseguiram eleger representantes para o Congresso Nacional, sendo maioria na Câmara dos Deputados em cinco legislaturas (48°, 49°, 50°, 53° e 55°) e no Senado Federal em oito períodos (47°, 48°, 49°, 50°, 51°, 52°, 53° e 55°), a Tabela 9 apresenta o número de deputados federais e de senadores eleitos pelo PMDB entre 1982 a 2014.

Tabela 8. Evolução no número de governadores eleitos pelo PMDB (1982 – 2014)

Eleições	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Governadores	9	22	7	8	6	5	7	7	7
%	40.9	95.7	25.9	29.6	22.2	18.5	25.9	25.9	25.9

Fonte: Silva (2016).

²¹ Após o restabelecimento do pluripartidarismo com a Reforma Política de 1979.

²² Em 1985 ocorreram eleições em apenas 201 municípios brasileiros.

Tabela 9. Evolução no número de parlamentares eleitos pelo PMDB para o Congresso Nacional (1982 – 2014)

Eleições	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Senadores	9	38	8	14	12	10	4	14	5
% ²³	36.0	77.6	25.8	25.9	44.4	18.5	14.8	25.9	18.5
Deputados Federais	200	260	108	107	83	75	89	78	65
%	41.8	53.4	21.5	20.9	16.2	14.6	17.3	15.2	12.7

Fonte: Silva (2016).

O PMDB, nos últimos anos, foi um dos principais partidos políticos no cenário brasileiro, com representação em todos os estados e municípios, contando com mais de 2,3 milhões filiados²⁴. Apesar de sua grandeza, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro é uma sigla que não mantém unidade, possuindo suas raízes regionais fragmentadas. Devido à sua expressão, tanto no Congresso Nacional, como nos estados, este partido conquistou condições privilegiadas para negociar seu apoio e se manter no poder em todos os governos após o restabelecimento da democracia no país. Em maio de 2016, após o Senado Federal aceitar o pedido de *impeachment* e afastar a presidenta Dilma Rousseff, o PMDB ocupou o cargo de presidente da república com seu representante Michel Temer por, aproximadamente, 2 anos e 8 meses.

1.5. Síntese do capítulo

Este capítulo tratou sobre algumas expressões ligadas à ciência política que orientam e são as bases deste trabalho, como a “elite política” que seria formada por um grupo seletivo e organizado. É composta por aqueles que vivem da política e que com o passar do tempo fazem dela seu principal meio de vida. O fortalecimento desta classe e o surgimento dos políticos profissionais decorreram da constituição das democracias representativas de massas, pois foi esse tipo de regime que abriu espaço à ascensão política destas lideranças; também, foram resultados de uma esfera pública que foi crescendo cada vez mais, pois a democratização criou demandas dirigidas ao Estado, de maneira que seus funcionários tinham que cada vez mais prestar contas para garantir o bem-estar público.

²³ O percentual se refere ao número de vagas disputadas na eleição.

²⁴ Fonte TSE.

O indivíduo que deseja entrar na classe política e iniciar uma trajetória na vida política deve ter algum capital que pode proceder da investidura em algum cargo público, do nível de formação ou profissão, da posse de grande popularidade, do legado familiar, mas, também, para esses indivíduos existem algumas variáveis que devem ser consideradas, como as variáveis institucionais, o sistema partidário, a disponibilidade de recursos e etc. Essas variáveis são de extrema importância e devem ser analisadas pelos aspirantes a cargos eletivos, pois elas podem impulsionar ou frear qualquer carreira política.

No processo de recrutamento aqueles que desejam ser selecionados, submetem-se a certos padrões de processos definidos pelos partidos, às regras da organização de acordo com a demanda dos selecionadores e à avaliação de seus recursos pessoais, com o intuito de conseguir a homologação de seu nome para concorrer na disputa eleitoral; esta etapa serve para filtrar os diferentes *backgrounds* individuais, familiares, políticos e sociais dos aspirantes a algum cargo eletivo, sendo realizado no interior dos partidos políticos, pelas lideranças e membros dos partidos.

Por fim, ao longo dos últimos 20 anos, no Brasil houve diversas mudanças das regras eleitorais. Houve, ainda, mudanças e alternâncias políticas, econômicas e sociais no país. As reformas mais substanciais na legislação eleitoral só aconteceram recentemente, após as manifestações populares de junho de 2013 e durante todo esse período, foram o PSDB, o PT e o PMDB os principais partidos que comandaram o cenário político brasileiro nos níveis nacional, estadual e municipal.

CAPÍTULO 2: Perfil social e ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos nos últimos 20 anos (1996 – 2016)

Anteriormente foram abordados os conceitos sobre “elite política”, “carreira política”, “recrutamento partidário” e, ainda, trouxe um breve contexto eleitoral e político do Brasil nos últimos 20 anos. Neste capítulo será traçado o perfil social e ideológico dos candidatos e dos prefeitos brasileiros das últimas duas décadas, ou seja, será analisado o perfil daqueles que foram recrutados pelos partidos políticos para disputar o cargo majoritário municipal e aqueles que conseguiram ser eleitos de 1996 a 2016, determinando alguns padrões sociais que facilitariam o acesso na seleção dos candidatos para se obter um maior êxito eleitoral e, ainda, mostrando as diferenças desta classe com relação ao conjunto da população.

Para tal análise foram selecionados os atributos que tradicionalmente são encontrados na literatura sobre o tema e que Norris e Lovenduski (1995) apontam como as principais variáveis que compõe o *background* social, que são: sexo, idade, escolaridade, profissão e, ainda, as ideologias partidárias dos candidatos e dos prefeitos. A escolha dessas variáveis permite, também, a comparação com estudos de outros cargos eletivos e que utilizam da mesma base de dados do repositório do TSE. Além de uma análise mais geral sobre o perfil dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos ao longo do período indicado, será feito, ainda, uma comparação da evolução no tempo em cada variável utilizada.

Vale destacar que para o desenvolvimento deste capítulo, assim como em boa parte desta dissertação, as análises terão caráter mais descritivo, possuindo como base o banco de dados já mencionado na metodologia deste trabalho.

2.1. Sexo, idade, escolaridade, profissão e espectro ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos brasileiros (1996 – 2016)

A primeira variável a ser analisada diz respeito ao sexo dos candidatos e dos prefeitos. É perceptível que em, praticamente, todas as sociedades as atividades políticas vêm sendo desempenhadas, essencialmente, por homens, existindo uma baixa representação das mulheres tanto nas casas legislativas quanto nas cadeiras executivas.

Uma das explicações para este fato é que os homens são socializados para ver a política como uma área de atuação legítima, ao contrário das mulheres, o que os leva a

desenvolver um maior interesse pela área da política do que elas, e, conseqüentemente, a ter mais ambição política do que elas (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015, p. 735). Às mulheres, então, caberiam transpassar o preconceito que é disseminado nessas sociedades, fazendo com que as mulheres sejam vistas como estando deslocada no campo político, fora de seu meio “natural”, e, portanto, tenham menos chances de ser votada (MIGUEL; QUEIROZ, 2006, p. 365). Porém, Alves (1998) aponta que pesquisas de opinião, do Instituto Vox Populi, revelaram que o eleitorado não discrimina o sexo feminino, pelo contrário, considera as mulheres mais competentes, sensíveis e honestas ao ocuparem cargos de responsabilidade pública. Dessa forma, as desigualdades de gênero na política não seriam explicadas pela rejeição dos eleitores.

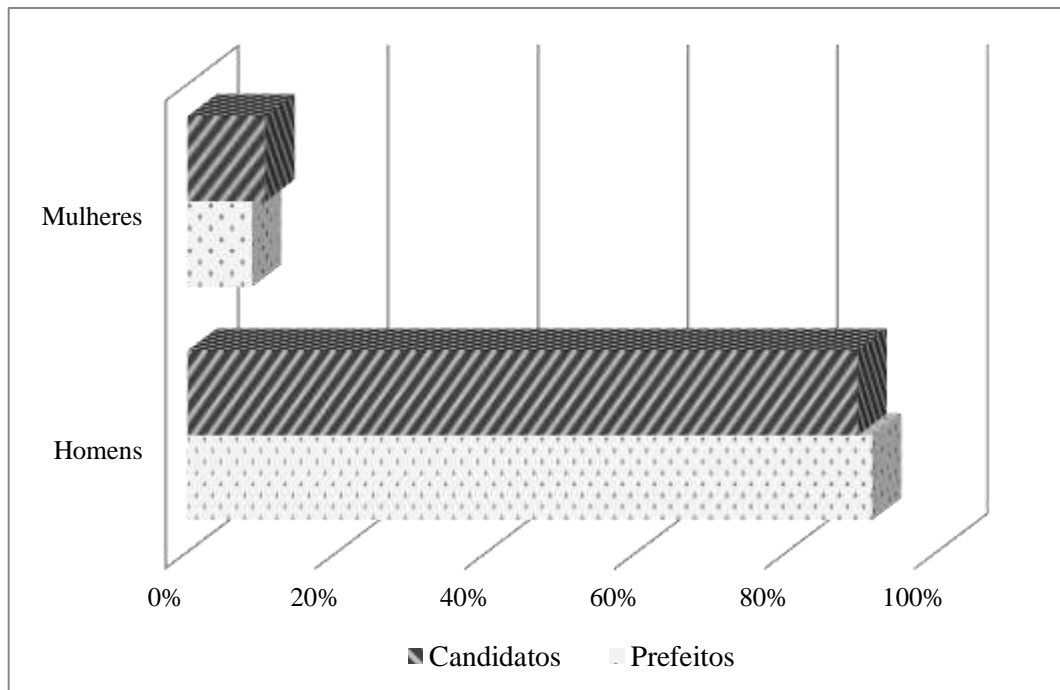
O pequeno espaço ocupado pelas mulheres nas disputas eleitorais, também, pode ser explicado pela falta de paridade dentro das estruturas dos partidos políticos e um menor número delas na lista de filiados (FRASER; HONNETH, 2003 *apud* PINTO; SILVEIRA, 2018, p. 179-180). Os homens, também, seriam privilegiados logo no processo de seleção dos aspirantes a ocupar cargos eletivos. Nessa primeira etapa do recrutamento político, há, sempre, mais homens que mulheres, pois o ambiente partidário e de recrutamento, normalmente, é mais favorável para eles, ou seja, a desigualdade na participação já se vê presente no primeiro passo do recrutamento dos possíveis políticos. Os homens, ainda, seriam privilegiados na mobilização dos recursos partidários, neste caso, a legislação seria omissa quanto à distribuição dos recursos de campanha, que permanecem, em grande medida, monopolizados pelos candidatos homens, que são maioria na composição das direções partidárias (MIGUEL; QUEIROZ, 2006, p. 366; MATLAND, 2005 *apud* MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015, p.735). Apenas recentemente, com a Resolução nº 23.553/2017, de 15 de março de 2018, o TSE definiu que os partidos devem obrigatoriamente repassar 30% dos recursos públicos de campanhas para as mulheres. Para elas devem ser destinadas, ainda, o limite de 30% do tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão.

Outros pesquisadores apontam que o baixo número de candidatas e de eleitas se origina do número extremamente baixo de mulheres que ocupam posições de alto nível nas profissões que servem como condutor para carreiras na política (CLARK, 1994; DARCY; WELCH; CLARK, 1994; CONWAY; STEURNAGLE; AHERN, 1997; DUERST-LAHTI, 1998; FOX; LAWLESS, 2012; THOMAS, 1998). À medida que a presença das mulheres nos campos do direito e dos negócios se tornar mais comparável a dos homens, o mesmo

acontecerá com seu *status* econômico e sua probabilidade de concorrer a cargos eletivos (CLARK, 1994; DARCY; WELCH; CLARK, 1994; FOX; LAWLESS, 2012).

Mesmo as mulheres sendo maioria entre os eleitores brasileiros desde a eleição de 2000, conforme mostra o Gráfico 1, na página 40, este poder majoritário de voto não chegou a transformar a representação por gênero nas instâncias de poder, pois diversos estudos, em âmbito nacional e internacional, apresentam a baixa participação e representação de mulheres em todos os cargos eletivos. Na análise das eleições para o cargo executivo municipal não foi diferente, pois observa-se, utilizando o Gráfico 3, a grande diferença entre mulheres e homens participando de eleições majoritárias municipais e um número bem menor delas sendo eleitas para ocupar o cargo de prefeita nos últimos 20 anos.

Gráfico 3. Sexo dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos (1996 – 2016)



Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Na evolução do tempo, o percentual de homens que são selecionados para disputar um cargo majoritário municipal teve uma queda, já as mulheres, apesar dos números, ainda, serem baixos, o percentual de candidatas aumentou, aproximadamente, 78 p.p. (Tabela 10). Na análise do sexo dos prefeitos (Tabela 11), os resultados, também, mostram que ocorre uma

redução no percentual de homens e um crescimento de 127,4 p.p. de mulheres ocupando o cargo de prefeita (saindo de 5,1% em 1996 para 11,6% em 2016).

Esses resultados apontam que não há grandes diferenças entre os percentuais de mulheres que são eleitas para o executivo municipal em comparação com outros estudos sobre mulheres em eleições majoritárias²⁵ e proporcionais²⁶. O único cargo eletivo que diverge com índices superiores aos encontrados nesta pesquisa são de mulheres brasileiras na disputa para o legislativo municipal, conforme encontrado em Alves, Cavenaghi e Alcântara (2007) e em Bohn (2009).

Tabela 10. Evolução no sexo dos candidatos nas eleições majoritárias municipais (em %)

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Mulheres	7,3	7,6	9,5	11,1	13,3	13
Homens	92,2	92,4	90,5	88,9	86,7	87
Sem dados	0,5	0	0	0	0	0
N	100 (15359)	100 (15155)	100 (16127)	100 (16139)	100 (16196)	100 (16874)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 11. Evolução no sexo dos prefeitos (em %)

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Mulheres	5,1	5,8	7,4	9,4	11,9	11,6
Homens	94,6	94,2	92,6	90,6	88,1	88,4
Sem dados	0,3	0	0	0	0	0
N	100 (5408)	100 (5584)	100 (5521)	100 (5694)	100 (5671)	100 (5615)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Os dados permitem inferir que com o aumento no número de candidatas nas disputas, há um aumento no número de mulheres eleitas. Na comparação entre os pleitos, 2012 é o

²⁵ Ver Massia (2013).

²⁶ Ver Costa (2010) e Pratti (2013).

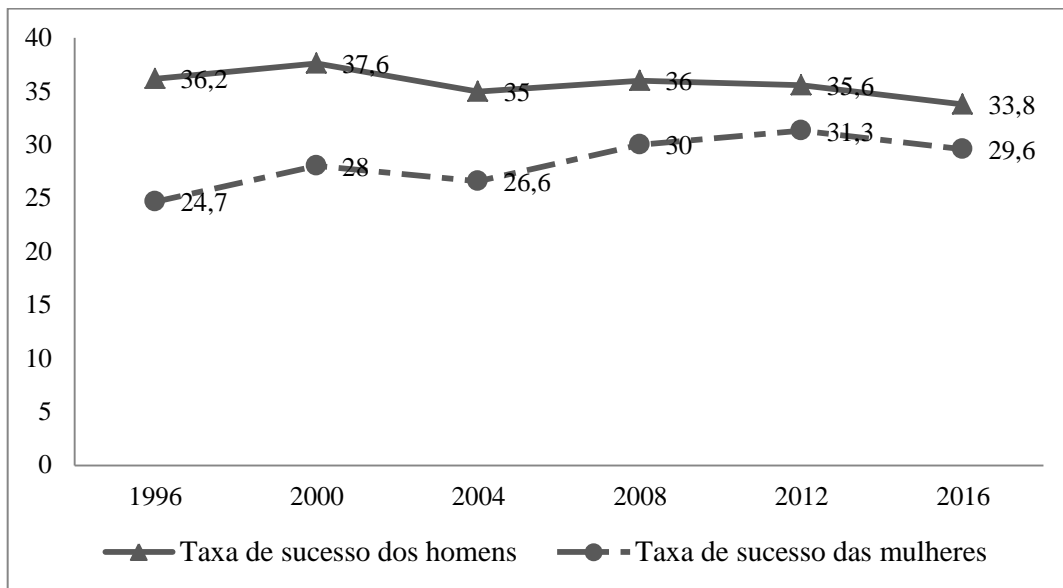
período com maior crescimento de mulheres disputando o cargo majoritário municipal e ocupando o cargo de prefeita, tendo como possível explicação a eleição da presidenta Dilma Rousseff – PT , na eleição presidencial de 2010, mas existe um leve declínio no número de candidatas e de prefeitas na eleição municipal de 2016, período em que o Brasil passava por uma forte crise política e econômica, causando o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, possivelmente, afetando o número de candidaturas e a eleição de mulheres.

Vale ressaltar, que em disputas eleitorais para cargos executivos não há a utilização da legislação de cotas (Lei nº 9.504/1997, Lei 12.034/2009, Lei nº 13.165/2015), ao partido político e/ou à coligação só é permitido lançar um único candidato para disputar o cargo de prefeito. Então, o aumento no número de mulheres disputando o cargo executivo municipal (Tabela 10) não tem ligação com a legislação de cotas, mas pode ser uma consequência desse sistema de reserva de vagas, pois uma vez a mulher tendo mais espaço para disputar e vencer eleições para cargos nos legislativos, pode-se aumentar a ambição política nas mulheres e/ou cacifá-las para disputar cargos majoritários (prefeitos, governadores, senadores e etc.). Alves, Cavenaghi e Alcântara (2007, pág. 201), ao analisar a percentagem de mulheres eleitas vereadoras e prefeitas no período de 1992 a 2004, observam que

[...] o percentual de vereadoras eleitas nos municípios é sempre maior que o percentual de prefeitas eleitas, mas ambos crescem mais ou menos no mesmo ritmo. Isto sugere que a elevação da participação da mulher nas Câmaras de Vereadores tem um efeito de elevar a participação das mulheres também nas prefeituras.

Cabe registrar que nos últimos anos o Tribunal Superior Eleitoral e várias outras instituições vêm, constantemente, promovendo, incentivando e desenvolvendo várias campanhas e programas para a inserção e participação das mulheres na vida política e nas disputas eleitorais (Figuras 4, 5, 6 e 7 no Anexo A).

A taxa de sucesso das mulheres nas disputas pelos governos municipais vem aumentando e a força eleitoral dos homens, que se mostra superior às mulheres, vem caindo gradualmente (Gráfico 4), a diferença que já foi de 11,5 p. em 1996, diminui para 4,2 p. em 2016. Essa superioridade da taxa de sucesso dos homens sobre as mulheres é encontrada no estudo sobre o poder executivo estadual brasileiro, onde Massia (2013, p. 88) encontrou um aproveitamento de 11,6% para os candidatos que se elegeram governadores entre 1994 e 2010 e 10,6% para as candidatas.

Gráfico 4. Índice de sucesso de mulheres e homens nas eleições majoritárias municipais (em %)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

A segunda variável a ser analisada é a idade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos. Apesar da idade mínima estabelecida na Constituição Federal de 1988 para ocupar o cargo de prefeito municipal ser de 21 anos, a média de idade das candidatas, dos candidatos, das prefeitas e dos prefeitos é bem superior a esse patamar mínimo, conforme pode ser visto nas Tabelas 12, 13 e 14. A idade das mulheres fica em torno de 46 anos para as candidatas e prefeitas, abaixo da idade dos homens, que é de 48 anos para os candidatos e 47 anos para os prefeitos. Nesta análise esperava-se que as mulheres tivessem uma idade superior aos dos homens, devido aos fatores que retardam a entrada delas na atividade política, hipótese essa que não aconteceu.

Tabela 12. Média de idade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos (1996 – 2016)

	Candidatos		Prefeitos	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Média	46,5	48,3	46,6	47,9
S. D.	9,7	10,4	9,5	10,0

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Na evolução do tempo, nota-se uma tendência no aumento na média das idades, tanto das mulheres como nos homens, apontando para um “envelhecimento” dos administradores que comandam os executivos municipais. Enquanto na eleição de 1996 foram eleitos candidatos com a menor média de idades, 2016 é o pleito onde se elegeu prefeitas e prefeitos com uma maior média de idade no período, a idade média das prefeitas aumentou em 2 anos (passando de 45 anos para 47 anos) entre os homens o aumento foi de 4 anos (saindo de 45 anos em 1996 para 49 anos em 2016). Essa tendência no envelhecimento dos políticos brasileiros se encontra em outros estudos²⁷ e pode ser o efeito do fim das restrições às atividades políticas, já que antes da década de 1990 as disputas eleitorais eram restritas a poucos competidores ou pode ser explicada por uma, possível, preferência do eleitorado por uma classe política com mais experiência ou com mais maturidade.

Tabela 13. Evolução na média de idade das mulheres nas eleições majoritárias municipais

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Candidatas	42,7	45,7	46,0	46,8	47,0	47,9
S. D.	9,9	9,3	9,0	9,1	9,8	10,3
Prefeitas	45,4	46,5	45,7	46,5	46,6	47,6
S. D.	9,6	8,7	9,0	9,0	9,7	10,3

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 14. Evolução na média de idade dos homens nas eleições majoritárias municipais

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Candidatos	46,0	48,0	48,1	48,8	48,8	49,5
S. D.	10,1	10,0	10,1	10,3	10,5	10,9
Prefeitos	45,9	47,8	47,6	48,1	48,2	49,2
S. D.	9,7	9,5	9,7	9,6	10,2	10,7

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Os dados, ainda, mostram que, apesar do aumento progressivo nas idades das candidatas e dos candidatos, na eleição de 2004, primeira eleição municipal após a vitória do

²⁷ Ver Massia (2013) para governadores; Pratti (2013) para deputados estaduais e Silva (2016) para deputados federais do PT, PMDB e PSDB.

Partido dos Trabalhadores para a presidência da república em 2002, há uma redução relativa na média de idades das prefeitas e nos prefeitos eleitos, podendo ser associada a uma renovação na classe política dos executivos municipais, junto com a renovação da classe política no Governo Federal e no Congresso²⁸.

A próxima característica a ser analisada dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos será o nível de escolaridade, pois às competências dos prefeitos, inseridas na Constituição Federal de 1988 e nas leis orgânicas dos municípios, requerem desses administradores um mínimo de capacitação, conhecimentos ou especialização técnica. A legislação brasileira²⁹ veta apenas os analfabetos o exercício da capacidade eleitoral passiva, tornando-os inelegíveis, ou seja, apesar de poder exercer o direito de voto, os analfabetos não podem ser votados (ALMEIDA, 2019, p. 102). Dessa forma, a alfabetização é um dos pré-requisitos para se entrar em disputas eleitorais no Brasil.

A educação é uma das variáveis apontadas pela literatura como essenciais para o desenvolvimento da ambição política³⁰. Cada vez mais se verifica que quanto maior o volume de capital escolar possuído, maior é a probabilidade de ascensão na carreira política e aqueles que não chegam ao nível superior de escolaridade, têm raras chances de êxito no mercado eleitoral (FREIRE, 1998, p. 122; PINTO; SILVEIRA, 2018, p. 190). O diploma universitário, além de conferir grande autoridade moral e prestígio social, pode servir como carta de apresentação para um cargo ao maquiagem um currículo que pode ser insuficiente para as exigências da nova tarefa (ALCÁNTARA, 2016, p. 197). Deve-se, ainda, considerar que o espaço universitário tem sido local de iniciação para muitas carreiras políticas (SIGAL, 2002 *apud* LODOLA, 2017, p. 97).

A formação universitária da classe política, pelo menos no âmbito legislativo, registrou um enorme desenvolvimento nas últimas décadas. Atualmente, quase a metade dos países latino-americanos tem mais de 80% dos seus deputados com uma formação universitária (ALCÁNTARA, 2016, p. 194). Para o caso brasileiro, Massia (2013, p. 102) mostra que 88% dos governadores eleitos entre 1994 a 2010 possuíam ensino superior. Neiva e Izumi (2012, p. 180) observam o alto nível educacional dos senadores no Brasil no período de 1987 a 2007; apenas 11,3% dos senadores eleitos durante esse intervalo de tempo não possuíam curso superior completo. Já Santana (2008, p. 137) destaca que é considerável a

²⁸ Rodrigues (2006).

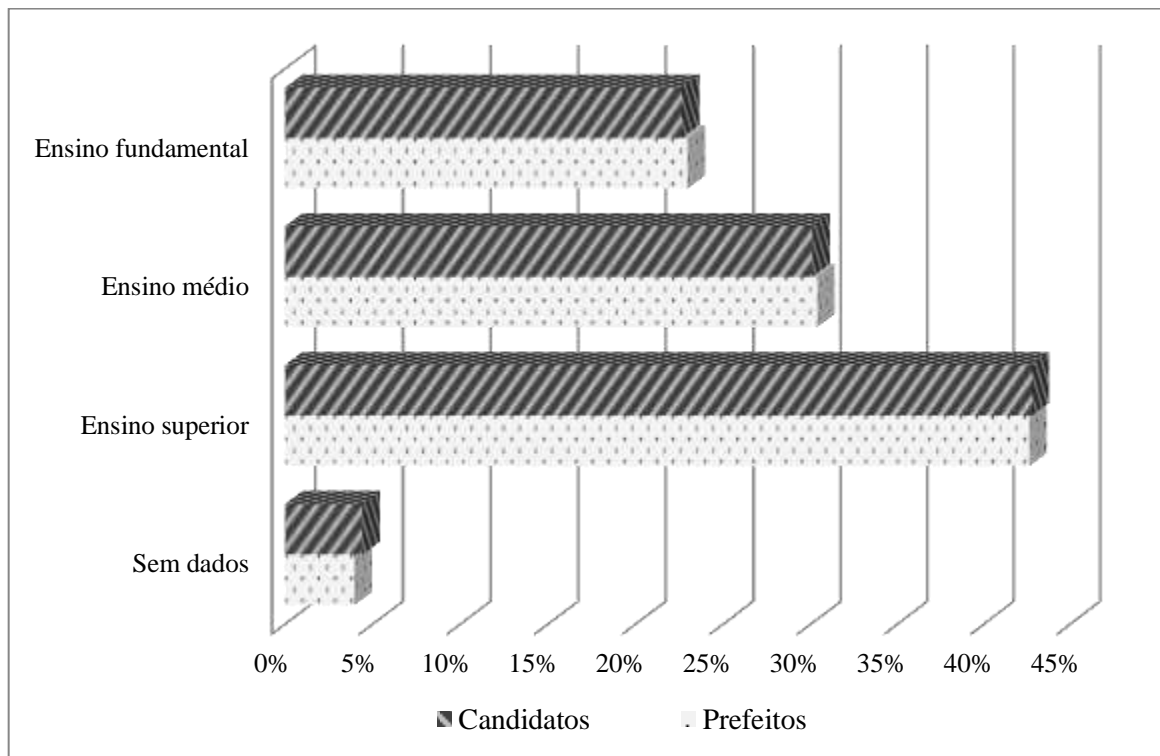
²⁹ Constituição Federal de 1988, art. 14, § 4º e Lei Complementar nº 64/90, art. 1º, inc. I, “a”.

³⁰ Soule (1969).

taxa dos parlamentares brasileiros que possuíam curso superior com uma pós-graduação³¹, chegando a uma percentagem de 14%.

Já o nível de escolaridade dos candidatos em eleições majoritárias municipais e dos prefeitos entre 1996 e 2016 é alto (Gráfico 5), com mais de 42,5% dos candidatos e dos prefeitos possuindo o ensino superior como grau de instrução. Na evolução do tempo há, ainda, um aumento desse tipo de escolaridade, chegando na eleição de 2016 a se ter mais de 52% dos candidatos e dos prefeitos eleitos com uma graduação (Tabelas 15 e 16). Na comparação com estudos sobre outros cargos eletivos³², as taxas para os candidatos e prefeitos com nível superior são mais baixas, mas são mais altas que o percentual de 19,4% para os candidatos a vereadores em 2016 encontrado por Peixoto e Silva (2017), mostrando, que, quanto mais se avança na hierarquia da classe política, maior é o nível de escolaridade que possuem os políticos, possivelmente por pertencerem às classes mais altas e/ou superiores da sociedade.

Gráfico 5. Nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos (1996 – 2016)



Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

³¹ Especialização, mestrado ou doutorado.

³² Costa (2010), Massia (2013), Pratti (2013) e Silva (2016).

Devido ao fato da maior parte dos municípios brasileiros serem pequenos em densidade populacional e se concentram na zona rural³³, o número de candidatos nas eleições majoritárias municipais e de prefeitos com ensino fundamental e médio é grande. Apesar do percentual daqueles que não possuem dados em 1996 ser alto, percebe-se uma redução expressiva, na evolução do tempo, nos candidatos e nos prefeitos com ensino fundamental, entre os candidatos há uma diminuição de 44,9 p.p. no período de 2000 a 2016 (passando de 29,2% para 16,1%), já entre os prefeitos ocorre um redução ainda maior, de 46,5 p.p. no mesmo período (caindo de 30,3% para 16,2%). O percentual daqueles que possuem ensino médio, também, é alto, mas não há grandes variações no período.

Tabela 15. Evolução no nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais (em %)

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Até o ensino fundamental	26,6	29,2	25,3	22,3	17,5	16,1
Ensino médio	20,0	29,6	31,9	33,4	33,4	31,8
Ensino superior	27,2	40,2	42,4	44,3	49	52,2
Sem dados	26,2	1,0	0,4	0	0	0
N	100 (15275)	100 (15155)	100 (16127)	100 (16140)	100 (16202)	100 (16880)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 16. Evolução no nível de escolaridade dos prefeitos (em %)

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Até o ensino fundamental	27,8	30,3	25,2	21,8	17,1	16,2
Ensino médio	20,1	30,2	33,2	33,7	33,4	31,1
Ensino superior	28,7	38,6	41,3	44,5	49,4	52,7
Sem dados	23,4	0,9	0,3	0	0	0
N	100 (5408)	100 (5585)	100 (5521)	100 (5694)	100 (5674)	100 (5615)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

³³ Segundo o IBGE, em 1996 no Brasil, 89% dos municípios tinham população abaixo de 50 mil habitantes; 78% dos habitantes residiam na zona urbana e 22% moravam na zona rural. Hoje, cerca de, 90% dos municípios possuem população inferior a 50 mil habitantes, sendo 60% deles predominantemente rurais e 26% são considerados predominantemente urbanos. Na zona rural se concentram, cerca de, 17% da população, já na área urbana vivem, aproximadamente, 76% dos brasileiros.

Esses dados sobre o nível educacional da classe política e dos prefeitos brasileiros são bem superiores quando comparado com o nível educacional da população, refletindo a valorização social dada à alta escolaridade. Segundo o IBGE³⁴ em 2000 apenas 6,8% dos brasileiros possuíam o ensino superior, entre a população de 25 anos ou mais idade; já em 2010 esse percentual aumentou para 11,3%. Nesse mesmo período houve um aumento na população com ensino médio, saindo de 16,4% para 24,6%. Ao levar em conta o sexo da pessoa, o IBGE mostra que em ambos os censos demográficos há mais mulheres que homens com ensino superior e médio. Em 2000 havia 7% de mulheres graduadas contra 6,5% de homens e 17,1% de mulheres com ensino médio contra 15,6% de homens. No ano de 2010 o percentual de mulheres com ensino superior cresceu para 12,5% e dos homens para 9,9% e o percentual de mulheres com nível médio passou para 25% contra 24,1% de homens.

Essa tendência das mulheres com maior nível de escolaridade que os homens se reflete entre os candidatos e entre os prefeitos quando se é analisado o nível educacional por sexo (Tabelas 17, 18, 19 e 20). Os resultados mostram que há um crescimento considerável, na evolução do tempo, de mulheres e homens que se candidatam em eleições majoritárias municipais com ensino superior, mas esse crescimento é maior entre as mulheres. Enquanto entre os homens, no período de 2000 a 2016, há um crescimento de, aproximadamente, 25 p.p. de candidatos com ensino superior (saindo de 39,4% para 49,2%), entre as mulheres ocorre um aumento de 47 p.p. de candidatas com uma graduação (passando de 49,2% para 72,2%). No mesmo período, há um crescimento de 32,4 p.p. de prefeitos com ensino superior (aumentando de 38% para 50,3%) e entre as prefeitas o aumento é de 48,6 p.p. (de 48,1% passa para 71,5%).

Tabela 17. Evolução no nível de escolaridade das candidatas nas eleições majoritárias municipais (em %)

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Até o ensino fundamental	17,6	13,9	11,7	9,9	6,9	5,5
Ensino médio	26,2	36,4	33,3	31,9	28,1	22,3
Ensino superior	30,1	49,2	54,8	58,2	65,0	72,2
Sem dados	26,1	0,5	0,3	0	0	0
N	100 (1122)	100 (1152)	100 (1536)	100 (1789)	100 (2153)	100 (2195)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

³⁴ Com base no Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Tabela 18. Evolução no nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais (em %)

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Até o ensino fundamental	27,5	30,5	26,7	23,9	19,2	17,6
Ensino médio	19,6	29,0	31,7	33,5	34,3	33,2
Ensino superior	27,2	39,4	41,1	42,6	46,6	49,2
Sem dados	25,7	1,0	0,5	0	0	0
N	100 (14153)	100 (14003)	100 (14591)	100 (14350)	100 (14048)	100 (14684)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 19. Evolução no nível de escolaridade das prefeitas (em %)

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Até o ensino fundamental	16,5	16,5	10,5	10,1	7,9	4,2
Ensino médio	31,7	34,8	35,0	29,3	25,1	24,3
Ensino superior	30,9	48,1	54,2	60,6	67,0	71,5
Sem dados	20,9	0,6	0,3	0	0	0
N	100 (277)	100 (322)	100 (408)	100 (536)	100 (673)	100 (650)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 20. Evolução no nível de escolaridade dos prefeitos (em %)

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Até o ensino fundamental	28,5	31,2	26,3	23,1	18,4	17,7
Ensino médio	19,5	30,0	33,1	34,1	34,6	32,0
Ensino superior	28,7	38,0	40,2	42,8	47,1	50,3
Sem dados	23,3	0,9	0,3	0	0	0
N	100 (5116)	100 (5262)	100 (5113)	100 (5158)	100 (5000)	100 (4965)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Convém, ainda, observar que é grande a diferença entre homens e mulheres com ensino superior, as mulheres têm um maior percentual no nível de escolaridade que os homens e permanecendo essa diferença constante ao longo do tempo. A diferença que em 2000, entre os candidatos, era de 9,8 p. passou para 23 p. em 2016. Já entre as prefeitas e prefeitos, a diferença que era de 10,1 p. aumentou, na eleição de 2016, para 21,2 p., reforçando ainda mais a tese de que a alta escolaridade é um importante fator para o acesso das mulheres aos executivos municipais.

Outro atributo a ser analisado no perfil social dos candidatos das eleições majoritárias municipais e dos prefeitos é a profissão/ocupação que eles declararam ao TSE no ato de registro de suas candidaturas (Tabela 21). A primeira diferença marcante é a atividade empresarial (de todos os ramos e tamanho), profissão mais comum entre os candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos nos últimos 20 anos. Essa ocupação sempre consegue eleger muitos representantes, tanto em eleições proporcionais como em eleições majoritárias, primeiro por ser uma profissão que se consegue conciliar com as atividades políticas, depois, porque a maioria dos empresários são detentores de grande capital econômico que pode ser revertido nas campanhas eleitorais.

É expressivo o número daqueles que ocupam cargos eletivos (prefeitos tentando reeleição, vereadores e deputados) e que se candidatam para disputar uma cadeira de prefeito, aqui denominados de políticos. Também é grande a presença de servidores públicos disputando e ocupando o cargo de prefeito municipal. A presença dos servidores públicos, também, é constante e expressiva em outros cargos eletivos³⁵, pois a legislação brasileira protege esses funcionários que entram na política com licenças especiais. Então, segundo Alcántara (2013, p. 129), trabalhar no setor público implica para esses indivíduos ter garantida a sua volta à atividade não política com um custo mínimo, mas o partido que os recrutou, em determinado momento, é igualmente beneficiado, pois não tem que se preocupar por resolver o futuro deles após sua saída da vida pública ou derrota eleitoral.

Percebe-se, também, a presença de muitos médicos, professores, advogados e engenheiros. Geralmente, estes profissionais, antes de se lançarem em disputas eleitorais, ocuparam cargos de destaque no primeiro escalão da administração pública³⁶ em seus respectivos municípios, como os cargos de secretários de saúde (para o caso dos médicos), secretários de educação (para o caso dos professores) e secretários de obras (para o caso dos engenheiros), acumulando capital político para construir suas carreiras na política. Já os advogados figuram entre as principais profissões da classe política desde o século XIX, principalmente, nas casas legislativas (WEBER, 1982; PUTNAM, 1976) e sua presença nos diversos cargos públicos é justificada pela sua familiaridade com as leis e com as regras constitucionais, a sua experiência com o uso da palavra e da retórica e a facilidade de negociações e de conciliações (PATTERSON, 1968; URIARTE, 1997; WEBER, 1982; BEST & COTTA, 2000; CULIC, 2006; NEIVA & IZUMI, 2012).

³⁵ Ver Massia (2013) e Rodrigues (2014).

³⁶ Massia (2013).

Tabela 21. Profissões dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos entre 1996 – 2016 (em %)

	Candidatos	Prefeitos
Advogados	5,5	4,3
Engenheiros	2,2	2,4
Médicos	5,8	6,4
Administradores	2,2	2,3
Todos os empresários	21,6	22,8
Políticos	12,6	16,0
Professores	5,7	4,4
Servidores públicos	7,3	7,4
Militares	0,7	0,4
Profissões técnicas	1,7	1,6
Comunicadores	0,5	0,3
Trabalhadores manuais	4,3	3,5
Agricultores	5,9	6,3
Bancários	0,8	0,8
Outras profissões	17,8	16,2
Sem dados	5,4	5,0
N	100 (95779)	100 (33497)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Com 60% dos municípios brasileiros estando, predominantemente, nas zonas rurais, os agricultores, também, figuram entre as maiores profissões dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos. Outras ocupações que tiveram representação, mas em menor medida, foram os trabalhadores manuais, os profissionais com cursos técnicos, os bancários, os comunicadores e os militares.

Nota-se que, dentre a maioria das profissões destacadas saem, atualmente, quase a totalidade da classe política, não apenas no Brasil, mas na maioria das democracias ocidentais (RODRIGUES, 2002, p. 38). Essas profissões se destacam por serem aquelas que possuem maior facilidade para retornar ao exercício da antiga profissão, na eventual hipótese de perderem o cargo político.

Ao se analisar a evolução das profissões dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos (Tabelas 22 e 23), observamos que os “empresários” era a categoria profissional que predominava entre os candidatos e entre os prefeitos até a eleição de 2004 e, ao longo dos últimos 20 anos, houve um aumento de 54 p.p. desses profissionais

entre os candidatos (saindo de 11,5%, em 1996, para 17,7%, em 2016). Também, há um aumento constante desses profissionais que se tornaram prefeitos, apenas nas eleições de 2008 ocorre uma diminuição para 13,7%, muito devido ao grande aumento nas taxas de reeleição dos prefeitos, tornando a crescer nos pleitos seguintes. A partir de 2017 quase 20% dos administradores nos executivos municipais tem ligação com o ramo empresarial. O êxito desses profissionais nas eleições de 2016 aconteceu devido à forte crise política e econômica que o Brasil atravessou entre 2014/2016, a grande maioria dos empresários se apresentou ao eleitorado como “gestores” e não políticos.

É sempre expressivo o número de empresários ocupando outros cargos eletivos. Entre os governadores o segmento dos empresários, segundo Massia (2013, p. 111), teve mais sucesso nos anos de 1990, atingindo 18,5% nas eleições de 1994 e 22,2% nas eleições de 1998 e depois elegeu um número menor de representantes, caindo para 11,1% em 2002 e estabilizando em 7,4% em 2006 e 2010. No Congresso Nacional, nas legislaturas compreendidas entre 1986 a 2010 o percentual de empresários oscilou de 24% a 38% no Senado Federal (COSTA; COSTA; NUNES, 2014, p. 234) e, ainda, representaram 38,6% dos deputados federais na 54ª Legislatura (2011 – 2015).

O percentual de servidores públicos, na disputa para as eleições majoritárias municipais, oscilou entre os que se candidataram (variando de 6,6% a 8,6%) e entre os prefeitos (oscilando de 6,1% a 8,7%), nos últimos anos. Também houve uma ligeira oscilação nos percentuais dos candidatos da categoria dos professores. Os docentes que se elegeram aumentaram de 4,2%, em 2000, para 5,1%, em 2004, mas o número de professores eleitos vem caindo, chegando a 4,3% dos eleitos em 2016. Como a guia para o registro de candidaturas do TSE oferece uma única opção de escolha para o item profissão, os números dos servidores, dos professores e de outras profissões podem ser maiores, já que a grande maioria dos professores são, também, servidores públicos e os alguns servidores públicos podem ser professores, advogados, engenheiros e etc.

Apesar de serem altas as taxas de advogados que conseguem se eleger em outros cargos eletivos, principalmente, para as casas legislativas, é modesta a participação dessa categoria em candidaturas para o executivo municipal, sendo superado pelo percentual de médicos. Nas eleições de 2000 declararam-se advogados 5,8% dos candidatos, tendo um pequeno aumento para 5,9%, em 2004, já no ano de 2008 houve uma queda para 5,1%, crescendo para 5,3%, em 2012, e chegando a 6,0% nas eleições de 2016.

Tabela 22. Evolução nas profissões dos candidatos nas eleições majoritárias municipais (em %)

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Advogados	4,8	5,8	5,9	5,1	5,3	6,0
Engenheiros	2,4	2,6	2,6	2,0	1,9	1,7
Médicos	6,0	7,3	7,0	6,1	4,6	4,0
Administradores	1,0	1,1	1,9	2,6	3,3	3,3
Pequenos empresários	1,4	10,2	11,2	8,7	6,5	5,3
Empresários	11,5	12,4	12,8	14,3	16,5	17,7
Políticos	0,3	7,1	7,8	19,1	18,8	19,3
Professores	4,5	5,6	6,1	6,0	6,1	5,9
Servidores públicos	6,6	6,7	7,8	6,7	8,6	7,4
Militares	0,3	0,5	0,9	0,9	0,9	1,0
Profissões técnicas	1,7	1,9	2,3	2,0	1,4	1,1
Comunicadores	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,7
Trabalhadores manuais	11,2	4,1	2,6	2,8	2,6	2,9
Agricultores	0,6	7,3	8,4	7,7	6,2	5,6
Bancários	1,1	1,1	1,0	0,6	0,7	0,5
Donas de casa	0,5	0,5	0,4	0,6	0,7	0,3
Outras Profissões	18,9	20,9	18,7	14,2	15,7	17,3
Sem Dados	26,8	4,4	2,2	0,0	0,0	0,0
N	100 (15359)	100 (15155)	100 (16127)	100 (16139)	100 (16201)	100 (16879)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 23. Evolução nas profissões dos prefeitos (em %)

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Advogados	4,5	4,5	4,5	3,6	4,2	4,8
Engenheiros	2,5	2,6	3,2	2,2	2,0	1,9
Médicos	7,6	8,4	7,4	5,8	4,7	5,0
Administradores	1,1	1,2	1,9	2,6	3,1	3,7
Pequenos empresários	1,3	10,6	11,1	7,6	6,1	5,3
Empresários	14,5	14,3	14,5	13,7	17,2	19,8
Políticos	0,1	8,7	10,0	28,5	23,7	22,0
Professores	3,8	4,2	5,1	4,5	4,4	4,3
Servidores públicos	7,0	6,6	8,2	6,1	8,7	7,8
Militares	0,2	0,4	0,5	0,5	0,4	0,5
Profissões técnicas	1,6	1,9	2,2	1,8	1,2	0,7
Comunicadores	0,2	0,3	0,4	0,3	0,2	0,4
Trabalhadores manuais	10,8	3,4	1,6	2,2	1,6	1,8
Agricultores	0,9	7,4	9,5	7,4	6,3	6,4
Bancários	1,0	1,1	1,0	0,7	0,8	0,6
Donas de casa	0,4	0,3	0,3	0,6	0,5	0,4
Outras Profissões	18,3	19,8	16,8	12,1	15,0	14,7
(Sem Dados)	24,4	4,3	2,0	0,0	0,0	0,0
N	100 (5408)	100 (5584)	100 (5521)	100 (5694)	100 (5673)	100 (5615)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Conseqüentemente, os percentuais de advogados que se elegeram prefeitos são baixos, atingindo o maior percentual na eleição de 2016, com 4,8%. Esses percentuais estão muito aquém dos encontrados por Massia (2013, p. 111), que pontuou que os advogados foi o vínculo profissional que mais conseguiu eleger governadores entre 1994 e 2010, nas eleições de 1994 e 1998, um terço dos governadores eram advogados, nos pleitos de 2002 e 2010 o percentual se reduziu para 22,2%, o pior desempenho foi em 2006 quando a categoria representou 14,8% do universo. Mucinhato (2014, p. 76) observa que uma das profissões mais comum na Câmara dos Deputados é a de advogado, junto com a de empresários e professores, e, apesar de apresentar uma gradual queda, a média de deputados federais que seriam advogados, entre a 48ª a 54ª legislatura (1986-2012), ficou em 21,6%.

A quantidade de médicos, economistas e engenheiros que se candidatam vem declinando consideravelmente, reduzindo, conseqüentemente, o número desses profissionais que se elegem. Enquanto o Congresso Nacional passou por uma renovação parlamentar com a entrada de estratos sociais populares a partir de 2002 (COSTA, 2010, p. 48; RODRIGUES, 2006, p. 15), nos dados analisados observam uma queda nos candidatos e entre os prefeitos provenientes de atividades profissionais mais populares, como os bancários, os profissionais técnicos e os trabalhadores manuais. Já ao contrário dessas categorias, apesar dos percentuais baixos, vem aumentando progressivamente o número de candidatos nas eleições majoritárias municipais que são administradores, militares e comunicadores.

É expressivo o número de políticos com mandatos (prefeitos tentando reeleição, vereadores e deputados) que se candidatam para disputar uma cadeira de prefeito. Nas três últimas eleições quem mais foi recrutado para disputar o cargo de prefeito foram esses que estavam de posse em um cargo eletivo. Conseqüentemente, é grande o número de prefeitos que se elegeram e estavam em posse de outro mandato como legislador ou mesmo como prefeito tentando a reeleição, mas vem caindo progressivamente o percentual dos prefeitos nessa situação. Nas eleições de 2008 mais de 28% dos prefeitos que foram eleitos possuíam um mandato nas mãos, esse percentual caiu para 23,7% entre os eleitos em 2012, reduzindo para 22% nas eleições de 2016. O alto percentual de portadores de mandatos disputando outros cargos eletivos se reflete devido aos cargos nos poderes executivo e legislativo fornecerem capital político a seus ocupantes, colocando-os em posições que garantem acesso a recursos de poder, conferindo visibilidade social e permitindo-lhes, em maior ou menor medida, formar uma rede de apoios partidários e extra-partidários necessários à busca de um mandato eleitoral, ou seja, os ocupantes de certos cargos eletivos acabam investindo o capital

político de que dispõem na busca de um novo mandato (MIGUEL, 2003, p. 124). Ainda, existe a tendência de em eleições majoritárias o eleitor exigir uma maior experiência daqueles que se candidatam.

Ao desagregar os cargos dos ocupantes com mandatos eletivos (Tabelas 24 e 25), percebe-se que a maior parte dos candidatos são prefeitos tentando uma reeleição³⁷. Na eleição de 2000, primeira que permitiu a reeleição, cerca de 5,4% dos que disputaram o pleito estavam exercendo o mandato de prefeito, na eleição seguinte o percentual diminuiu para 4,4%, nas eleições de 2008 há um salto para 13,8% (um crescimento de 213,6 p.p. na comparação com 2004), caindo e se estabilizando em 12,5% nas eleições de 2012 e 2016.

Tabela 24. Evolução dos candidatos nas eleições majoritárias municipais que ocupavam cargos eletivos (em %)

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Vereador	0,1	1,1	2,5	4,1	4,8	5,7
Deputado Estadual	0,1	0,4	0,5	0,9	1,0	0,8
Deputado Federal	0,1	0,2	0,3	0,3	0,4	0,3
Prefeito	0,0	5,4	4,4	13,8	12,5	12,5
N	100 (15359)	100 (15155)	100 (16127)	100 (16139)	100 (16201)	100 (16879)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 25. Evolução dos prefeitos que ocupavam cargos eletivos (em %)

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Vereador	0,0	0,7	1,7	2,5	3,6	4,0
Deputado Estadual	0,0	0,2	0,5	0,5	0,9	0,8
Deputado Federal	0,0	0,1	0,2	0,2	0,4	0,2
Prefeito	0,0	7,7	7,5	25,2	18,7	17,0
N	100 (5408)	100 (5584)	100 (5521)	100 (5694)	100 (5673)	100 (5615)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Mendes e Rocha (2004, p. 11) acreditam que esse crescimento no percentual de prefeitos tentando uma reeleição pode ser uma característica institucional dos pleitos no

³⁷ O “N” está considerando o número total dos candidatos na eleição.

Brasil, já que as eleições municipais brasileiras ocorrem em momentos distintos de eleições a nível estadual e federal, cabendo a um prefeito, ao final do seu mandato, as seguintes opções: i) abandonar a carreira política, ii) candidatar-se a vereador (cargo municipal de menor importância), iii) candidatar-se a reeleição ou iv) ficar dois anos sem mandato à espera para candidatar-se nas eleições estadual ou federal, sendo a melhor opção candidatar-se a reeleição como prefeito, se este tem ambição em continuar na carreira política.

Devido ao alto número de prefeitos buscando renovar o seu mandato, é grande o número de prefeitos reeleitos, em 2000 cerca de 7,7% dos prefeitos que buscavam sua reeleição conseguiram renovar seu mandato, em 2004 caiu para 7,5%, na eleição de 2008 mais de ¼ dos prefeitos foram para o seu segundo mandato, ou seja, mais de 25% dos prefeitos foram reeleitos, mas nas duas últimas eleições o percentual de prefeitos que conseguiram se reeleger caíram para 18,7% em 2012 e 17% em 2016, mas esse percentual ainda é alto. Esses dados mostram que uma boa parcela dos prefeitos brasileiros possui algum tipo de experiência política prévia, ou no legislativo ou no próprio poder executivo, e essa tendência vem se aprofundando. Isso muito se deve ao investimento que esses detentores de mandatos fazem do capital político que possuem para conseguir novos mandatos.

O recrutamento das mulheres para disputar um cargo executivo municipal ocorreu, principalmente, entre as professoras, as políticas ocupantes de algum cargo eletivo ou entre as servidoras públicas (Tabela 26). O número de professoras se candidatando é alto, mas vem caindo constantemente; nas eleições de 2000 essa profissão representava 23% entre as candidaturas das mulheres, em 2016, esse percentual se reduziu para 15,8% (uma redução de 31,3 p.p.). Dessa forma, o número de prefeitas advindas de “uma sala de aula” é grande, nas eleições de 2000 e 2004, mais de 20% das prefeitas eleitas eram professoras; mas esse percentual vem se reduzindo progressivamente, chegando em 2016 a 13,1% (Tabela 27).

O percentual das candidatas recrutadas e que estavam de posse de um cargo eletivo vem crescendo exponencialmente. Nas últimas eleições este é o setor que mais tem lançado mulheres em candidaturas a prefeituras. Em 2008, cerca de, ¼ das mulheres eleitas ocupavam algum cargo eletivo, destas 88,8% já exerciam um mandato executivo municipal e conseguiram sua recondução ao cargo. Ainda vale destacar o aumento de mais de 104 p.p. no percentual de empresárias que foram selecionadas para a disputa do cargo de prefeito, aumentando, também, o número de prefeitas advindas do ramo empresarial.

Tabela 26. Evolução na profissão das candidatas nas eleições majoritárias municipais (em %)

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Advogados	3,7	3,5	4,1	3,8	3,9	4,8
Engenheiros	0,4	0,3	0,5	0,4	0,5	0,5
Médicos	3,2	4,3	4,2	3,1	2,7	2,3
Administradores	0,8	0,9	1,6	2,2	3,0	2,8
Pequenos empresários	0,9	5,3	5,6	5,2	3,5	2,7
Empresários	2,1	4,8	5,4	7,0	8,3	9,8
Políticos	0,3	7,3	8,7	17,9	18	19,5
Professores	19,1	23	22,2	19,5	17,3	15,8
Servidores públicos	9,5	11,6	10,2	9,4	11,4	10,7
Militares	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1	0,2
Profissões técnicas	0,6	1,0	1,0	1,5	1,1	1,0
Comunicadores	0,6	0,4	0,3	0,4	0,2	0,4
Trabalhadores manuais	4,8	1,5	1,0	0,9	1,0	0,7
Agricultores	0,0	1,8	2,5	2,3	1,6	1,1
Bancários	1,2	0,7	0,5	0,5	0,5	0,3
Donas de casa	6,6	6,5	3,9	5,8	5,0	2,7
Outras Profissões	19,7	23,5	25,1	20,0	22,0	24,7
Sem Dados	26,5	3,6	3,1	0,0	0,0	0,0
N	100 (1122)	100 (1152)	100 (1536)	100 (1789)	100 (2153)	100 (2195)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 27. Evolução na profissão das prefeitas (em %)

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Advogados	3,2	2,8	3,7	3,4	3,0	3,1
Engenheiros	0,0	0,3	0,7	0,2	0,4	0,5
Médicos	5,4	6,2	4,7	2,2	1,6	3,1
Administradores	0,4	0,6	1,5	2,1	3,4	3,1
Pequenos empresários	1,1	6,2	4,2	4,5	3,6	2,9
Empresários	3,2	5,9	6,9	5,2	9,1	12,3
Políticos	0,0	9,3	10,0	25,0	22	21,8
Professores	18,7	20,8	20,6	17,2	14,7	13,1
Servidores públicos	12,2	11,5	10,0	8,4	11,6	12,0
Militares	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,0
Profissões técnicas	1,4	0,9	1,5	1,3	1,0	0,3
Comunicadores	0,7	0,6	0,2	0,6	0,0	0,3
Trabalhadores manuais	4,7	0,6	0,0	1,1	0,3	0,2
Agricultores	0,0	1,6	2,0	1,9	1,2	0,8
Bancários	0,7	0,6	0,7	0,6	0,0	0,2
Donas de casa	6,5	4,7	4,0	6,0	4,5	3,5
Outras Profissões	19,1	24,0	26,2	20,1	23,6	22,8
Sem Dados	22,7	3,4	3,2	0,0	0,0	0,0
N	100 (277)	100 (322)	100 (408)	100 (536)	100 (673)	100 (650)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Já os candidatos selecionados vêm, em grande parte, do ramo empresarial (empresários e pequenos empresários); nas últimas quatro eleições, quase, $\frac{1}{4}$ pertenciam a esse setor, mas enquanto o percentual dos pequenos empresários que se candidataram caiu entre 2000 e 2016 (saindo de 10,6% para 5,7%), houve um crescimento no recrutamento de grandes empresários para a disputa eleitoral (Tabelas 28 e 29). Conseqüentemente, é considerável a quantidade de prefeitos do setor empresarial. Após a eleição de 2016, eles chegam a ser mais de 20%. Entre os homens, ainda, há um aumento considerável de candidatos que foram recrutados estando de posse de algum cargo eletivo, aumentando, também, o percentual dos prefeitos eleitos que ocupavam um mandato, mas esses números vêm caindo, em 2008 foram de 28,8%, na eleição de 2012 caiu para 23,9% e em 2016 reduziu para 22%.

Tabela 28. Evolução na profissão dos candidatos nas eleições majoritárias municipais (em %)

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Advogados	4,9	6,0	6,1	5,3	5,5	6,2
Engenheiros	2,6	2,8	2,9	2,2	2,1	1,9
Médicos	6,3	7,6	7,3	6,5	4,9	4,3
Administradores	1,1	1,1	1,9	2,7	3,4	3,3
Pequenos empresários	1,5	10,6	11,8	9,2	6,9	5,7
Empresários	12,3	13,1	13,5	15,2	17,7	19
Políticos	0,2	7,1	7,6	19,2	18,9	19,3
Professores	3,3	4,1	4,4	4,3	4,3	4,4
Servidores públicos	6,4	6,2	7,5	6,3	8,1	7,0
Militares	0,3	0,6	0,9	0,9	1,0	1,2
Profissões técnicas	1,8	1,9	2,4	2,0	1,5	1,1
Comunicadores	0,4	0,5	0,6	0,5	0,6	0,7
Trabalhadores manuais	11,8	4,3	2,7	3,1	2,8	3,2
Agricultores	0,6	7,7	9,1	8,3	6,9	6,3
Bancários	1,1	1,2	1,0	0,7	0,7	0,5
Outras Profissões	19,1	20,7	18,1	13,6	14,7	15,9
Sem Dados	26,4	4,5	2,2	0	0	0
N	100	100	100	100	100	100
	(14153)	(14003)	(14591)	(14350)	(14048)	(14684)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 29. Evolução na profissão dos prefeitos (em %)

	1996	2000	2004	2008	2012	2016
Advogados	4,6	4,6	4,5	3,6	4,4	5,1
Engenheiros	2,6	2,7	3,4	2,4	2,2	2,1
Médicos	7,8	8,5	7,6	6,2	5,1	5,2
Administradores	1,2	1,3	2,0	2,7	3,1	3,8
Pequenos empresários	1,3	10,8	11,7	7,9	6,5	5,6
Empresários	15,1	14,9	15,1	14,5	18,3	20,8
Políticos	0,2	8,6	10,0	28,8	23,9	22,0
Professores	3,0	3,2	3,8	3,2	3,0	3,1
Servidores públicos	6,8	6,3	8,0	5,9	8,3	7,2
Militares	0,3	0,4	0,6	0,5	0,4	0,6
Profissões técnicas	1,7	2,0	2,3	1,8	1,2	0,8
Comunicadores	0,2	0,3	0,4	0,3	0,3	0,4
Trabalhadores manuais	11,2	3,6	1,7	2,3	1,8	2,0
Agricultores	1,0	7,7	10,1	8,0	6,9	7,1
Bancários	1,0	1,1	1,0	0,7	0,9	0,6
Outras Profissões	17,9	19,7	15,9	11,2	13,7	13,6
Sem Dados	24,3	4,3	1,9	0,0	0,0	0,0
N	100	100	100	100	100	100
	(5116)	(5262)	(5113)	(5158)	(5000)	(4965)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

A última variável a ser analisada é o perfil ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos. Cabe destacar que os partidos de direita são os que mais possuem filiados no Brasil, em 2002 tinham 45,9% dos filiados (ÁLVARES, 2008, p. 907), em 2016, segundo o TSE, esses partidos passaram a ter 43% do total de filiados, os partidos do centro possuíam 25,3% e os de esquerda 31,7%. A direita, também, sempre controlou a Câmara dos Deputados nas legislaturas de 1998 a 2014, em média, um pouco mais de 40% dos deputados federais eram filiados a esses partidos, enquanto a esquerda foi sempre a terceira força política, com exceção de 2010, quando conquistou 166 cadeiras das 513, ultrapassando, pela primeira e única vez, o centro, que tinha 163 eleitos (CODATO; BERLATTO; BOLGNESI, 2018, p. 877).

Já os governos estaduais, que são grandes cabos eleitorais dos prefeitos, nos últimos anos foram administrados por governadores filiados a partidos mais ao centro, principalmente, pelo PMDB e PSDB, e desde a eleição de 2002, ano da vitória do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República, é grande o percentual dos estados brasileiros comandados

por governadores de partidos de esquerda, principalmente, por governadores filiados ao PT e ao PSB (Tabela 30).

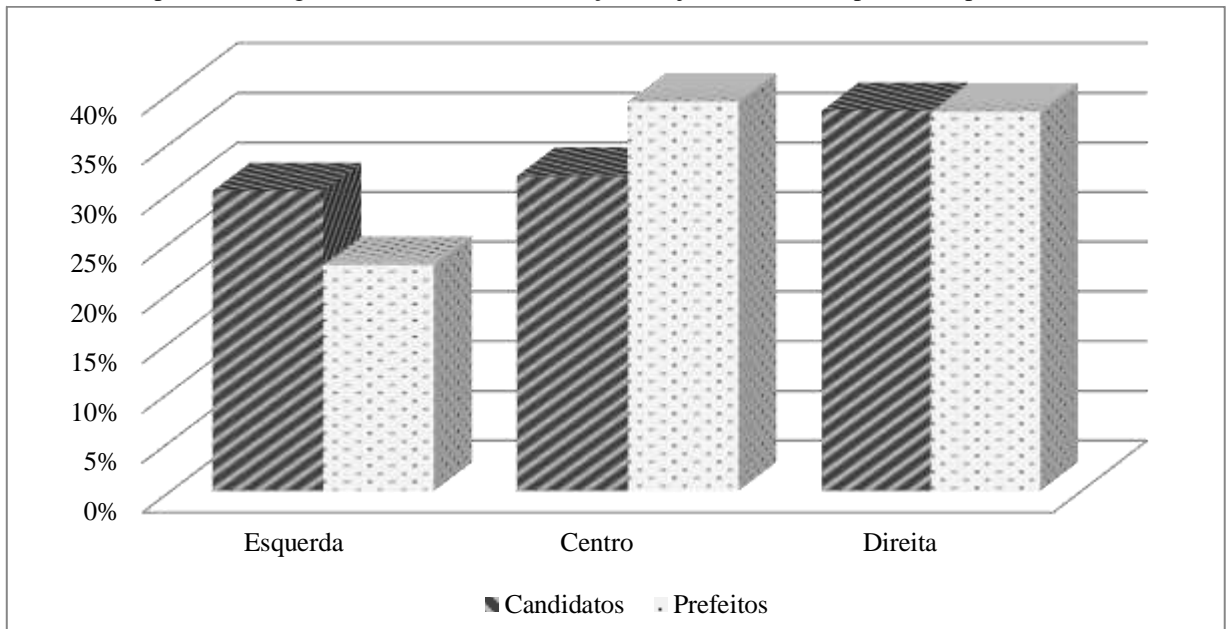
Tabela 30. Evolução no espectro ideológico dos governadores estaduais (em %)

	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Esquerda	22,2	22,2	37,0	44,4	44,4	44,4
Centro	55,6	48,1	44,4	48,1	48,1	51,9
Direita	22,2	29,6	18,5	7,4	7,4	3,7
N	100 (27)	100 (27)	100 (27)	100 (27)	100 (27)	100 (27)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Nas análises das eleições majoritárias municipais, os partidos de direita e de centro foram os que mais lançaram candidatos nas últimas seis eleições, pertencendo, também, a partidos desses dois espectros a grande maioria dos prefeitos que foram eleitos (Gráfico 7).

Gráfico 6. Espectro ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos (1996 – 2016)



Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

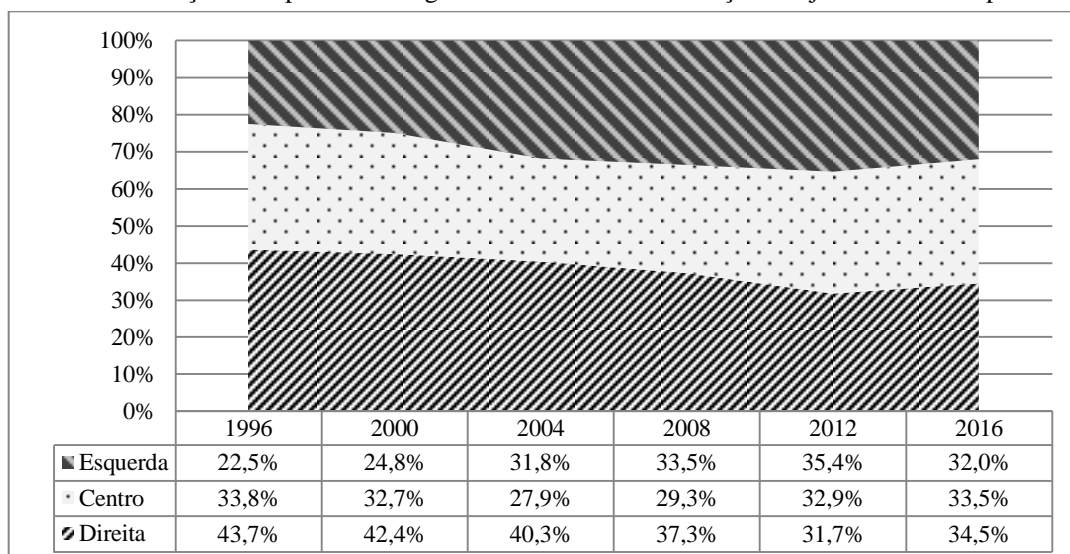
Na evolução do tempo, percebe-se que os partidos com ideologias mais à direita sempre lançaram a maior quantidade de candidatos nas disputas eleitorais majoritárias

municipais até a eleição de 2008, voltando apenas a ser o espectro político que mais lança candidatos em 2016, mas é expressivo a redução no número de candidatos lançados por esse eixo ideológico entre 1996 e 2016, saindo de 43,7% para 34,5%, uma diminuição de 21 p.p.

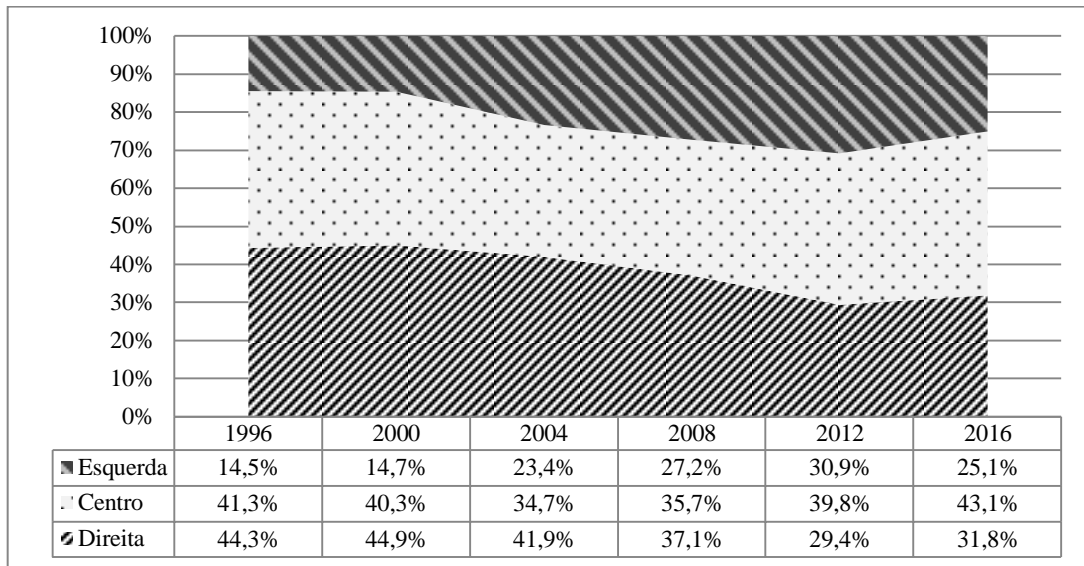
Até a eleição de 2008, conseqüentemente, a maioria dos prefeitos eram filiados a partidos mais a direita, devido à diminuição no número de candidatos, há uma queda no número de prefeitos vinculados a esses partidos entre 1996 a 2016 (Gráficos 8 e 9). Essa queda no número de candidatos e prefeitos nos partidos de direita se deu, em grande parte, em decorrência da diminuição do poder desses partidos, após 2003, no controle do governo federal e nos governos estaduais. Somente no PFL/DEM, um dos principais partidos de direita no Brasil, nos últimos 20 anos, teve uma redução em quase 70 p.p. no número de seus candidatos disputando as eleições majoritárias municipais e mais de 72 p.p. de prefeitos eleitos por sua legenda.

Também, há uma queda no número de candidatos e de prefeitos nos partidos mais ao centro do espectro político entre 1996 e 2004 e nas últimas três eleições (2008, 2012 e 2016) os partidos desse eixo conseguiram aumentar a quantidade de candidatos e, conseqüentemente, aumentaram o número de prefeitos filiados aos seus partidos. Nota-se, ainda, que apesar dos partidos do centro não serem os responsáveis por lançarem o maior número de candidatos nas últimas duas eleições, são os partidos desse eixo que mais elegeram prefeitos em 2012 e 2016.

Gráfico 7. Evolução no espectro ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais



Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Gráfico 8. Evolução no espectro ideológico dos prefeitos brasileiros

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

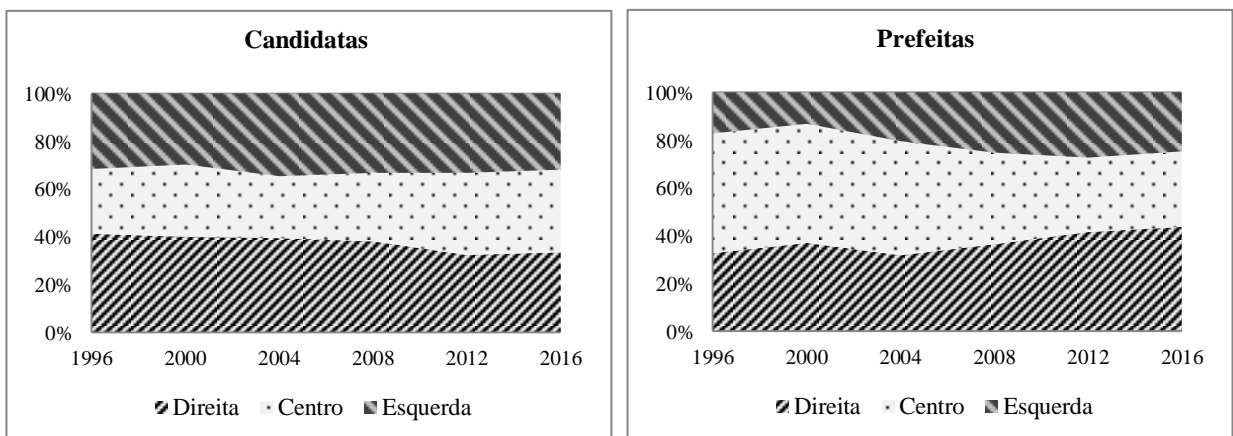
Já entre os partidos de esquerda há um grande crescimento, tanto no número de candidatos, quanto no número de prefeitos filiados a esses partidos. Entre 1996 e 2016 houve um crescimento de mais de 42 p.p. no número de candidatos e, nesse mesmo período, ocorreu um aumento de mais de 73 p.p. entre os prefeitos eleitos com filiação aos partidos de esquerda. Esses aumentos se explicam, sobretudo, com a chegada do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal, na eleição de 2002, e sua base de apoio com partidos de esquerda, comandando a esfera federal por quase 14 anos. Só no PT, entre 1996 e 2012, houve um crescimento de 65 p.p. no número de candidatos e um aumento de 447 p.p. no número de prefeitos eleitos. Mas percebe-se que na eleição de 2016 houve uma redução tanto no número de candidatos, quanto no número de prefeitos nos partidos do bloco de esquerda. Esse fato se deu, em parte, ao grande desgaste e rejeição que o Partido dos Trabalhadores enfrentou devido a forte crise política e econômica que o Brasil atravessou entre 2014/2016, ocasionando o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT), no dia 31 de agosto de 2016, véspera do primeiro turno da eleição municipal de 2016, que ocorreu em 02 de outubro de 2016. Ocorreu, ainda, em 2014 a morte de Eduardo Campos, ex-governador de Pernambuco e ex-presidente do PSB, possivelmente, ocasionando a diminuição de candidatos deste partido na última eleição em análise.

Infere-se a partir desses dados que, tanto o partido político que ocupou a esfera nacional de poder como as conjunturas partidárias nos governos estaduais, influenciaram nos

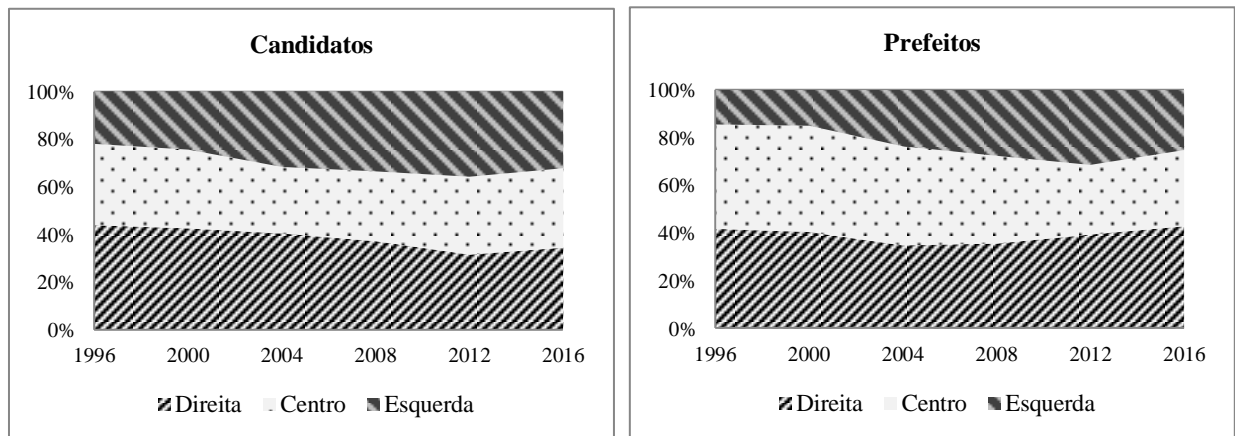
processos de maior ou menor número de candidatos nas disputas e nos resultados eleitorais nos municípios. Percebe-se que com a saída de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), da Presidência da República, no ano de 2002, e sua coalizão de direita (PSDB, PFL e PTB), no primeiro mandato, e de centro-direita (PSDB, PFL, PPB/PP, PTB e PSD), no segundo mandato e a diminuição de governadores estaduais desses partidos, sobretudo do PFL/DEM, diminuíram tanto o número de candidatos como o de prefeitos eleitos por partidos de direita. Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao governo federal em 2003, por meio de um partido de esquerda e o aumento no número de governadores desse espectro político nos estados, houve um aumento no número de candidatos nas eleições majoritárias municipais e de prefeitos por partidos mais de esquerda.

Por fim, ao analisar a evolução do sexo dos candidatos e dos prefeitos nos blocos ideológicos, nota-se a predileção das mulheres e dos homens por partidos mais conservadores para disputar pleitos majoritários municipais até 2008. Entre as mulheres, a maior parte das candidatas sempre foram de partidos de direita ou de centro. Já entre os homens, apenas na eleição de 2012 houve mais candidatos por partidos de esquerda que por partidos de centro ou de direita. Entre os eleitos, de 1996 a 2008 a maior parte das prefeitas e dos prefeitos pertenciam a partidos de centro, após a eleição de 2012 a maioria deles estavam filiados a partidos de direita (Gráficos 10 e 11).

Gráfico 9. Evolução no perfil ideológico das candidatas nas eleições majoritárias municipais e das prefeitas



Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Gráfico 10. Evolução no perfil ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

2.2. Síntese do capítulo

Neste capítulo foi exposto o perfil social e ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos brasileiros dos últimos 20 anos. Pode-se concluir das análises que existe uma grande diferença entre mulheres e homens participando das eleições e um número bem menor delas sendo eleitas para ocupar o cargo de prefeita, mas, nos últimos anos, houve uma elevação da participação política das mulheres nas disputas para o cargo de prefeita e, conseqüentemente, um aumento no número de prefeitas. Há uma tendência no aumento na média das idades dos candidatos e dos prefeitos, tanto das mulheres como dos homens, apontando para um “envelhecimento” dos administradores dos executivos municipais. Enquanto na eleição de 1996 foram eleitos candidatos com a menor média de idades, 2016 foi o pleito em que se elegeram prefeitas e prefeitos com uma maior média de idade no período.

O nível de escolaridade dos candidatos e dos prefeitos é alto, mais de 42% dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos possuíam o ensino superior como grau de instrução. Na evolução do tempo há, ainda, uma ampliação desse nível de escolaridade, chegando na eleição de 2016 a se ter mais da metade dos candidatos e dos prefeitos eleitos com uma graduação.

A atividade profissional mais comum entre os candidatos e prefeitos é a empresarial (de todos os ramos e tamanhos). Nas últimas três eleições é expressivo o número daqueles

que ocupavam cargos eletivos (prefeitos tentando reeleição, vereadores e deputados) e que vem sendo recrutados para disputar o cargo de prefeito. Logo, foi grande o número de prefeitos que se elegeram e estavam de posse de outro mandato como legislador ou mesmo como prefeito tentando a reeleição, mas vem caindo progressivamente o percentual dos prefeitos nessa situação. Vem caindo, também, a quantidade de médicos, economistas, engenheiros, bancários, profissionais técnicos e trabalhadores manuais que se candidatam, conseqüentemente, reduzindo o número desses profissionais que ocupam cargo de prefeito.

Enquanto o recrutamento das mulheres para disputar um cargo executivo municipal, nos últimos 20 anos, ocorreu, principalmente, entre as professoras, as ocupantes de algum cargo eletivo ou entre as servidoras públicas, os candidatos selecionados vêm, em grande parte, do ramo empresarial e da política. Conseqüentemente, é grande o número de prefeitas advindas de “uma sala de aula”, servidoras públicas e de mulheres que já possuíam um mandato eletivo e é considerável a quantidade de prefeitos vindos do setor empresarial e os já considerados políticos. Esses resultados mostram uma maior elitização e profissionalização da classe política nos executivos municipais, indicador que se baseia nos aumentos da proporção dos empresários e dos políticos com mandatos que vencem as disputas eleitorais e a diminuição na proporção de profissionais com atividades de níveis básicos de escolaridade, mostrando como a força do capital econômico e político tem influenciado as eleições majoritárias nos municípios.

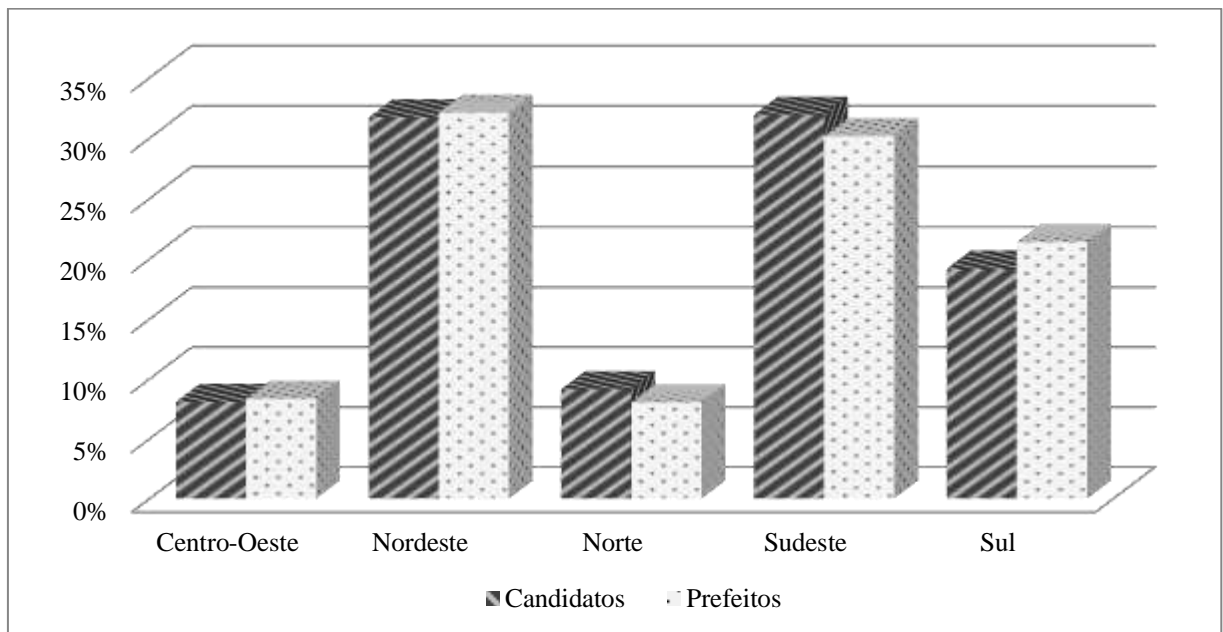
Por fim, os partidos de direita e de centro foram os que mais lançaram candidatos nas últimas seis eleições, pertencendo, também, a partidos desses dois espectros a grande maioria dos prefeitos que foram eleitos, mas, após a chegada do PT à Presidência da República, em 2003, houve uma redução no número de candidatos e de prefeitos filiados a partidos mais a direita do espectro político e um crescimento, tanto no número de candidatos, quanto no número de prefeitos filiados a partidos de esquerda.

CAPÍTULO 3: Um perfil regionalizado e por tamanho dos municípios dos candidatos e dos prefeitos brasileiros nos últimos 20 anos (1996 – 2016)

No capítulo anterior foi apresentado o perfil mais generalizado dos candidatos e dos prefeitos brasileiros nos últimos 20 anos, mas como cada região do Brasil possui suas especificidades políticas, econômicas e sociais, o presente capítulo propõe apresentar as principais particularidades do perfil social e ideológico dos candidatos e dos prefeitos das cinco regiões do país, desmembrando os grupos e verificando a existência ou não de perfis diferentes quando se desloca da região Sul para a região Norte do país. As variáveis analisadas serão as mesmas: sexo, idade, escolaridade, profissão/ocupação e suas ideologias.

Em termos de distribuição (Gráfico 12), como as regiões Nordeste e Sudeste possuem a maior quantidade de municípios entre as regiões brasileiras e tem as maiores populações, encontram-se nessas duas regiões a maior concentração no número de candidaturas e no número de prefeitos.

Gráfico 11. Distribuição de candidatos nas eleições majoritárias municipais e prefeitos por região (1996 – 2016)

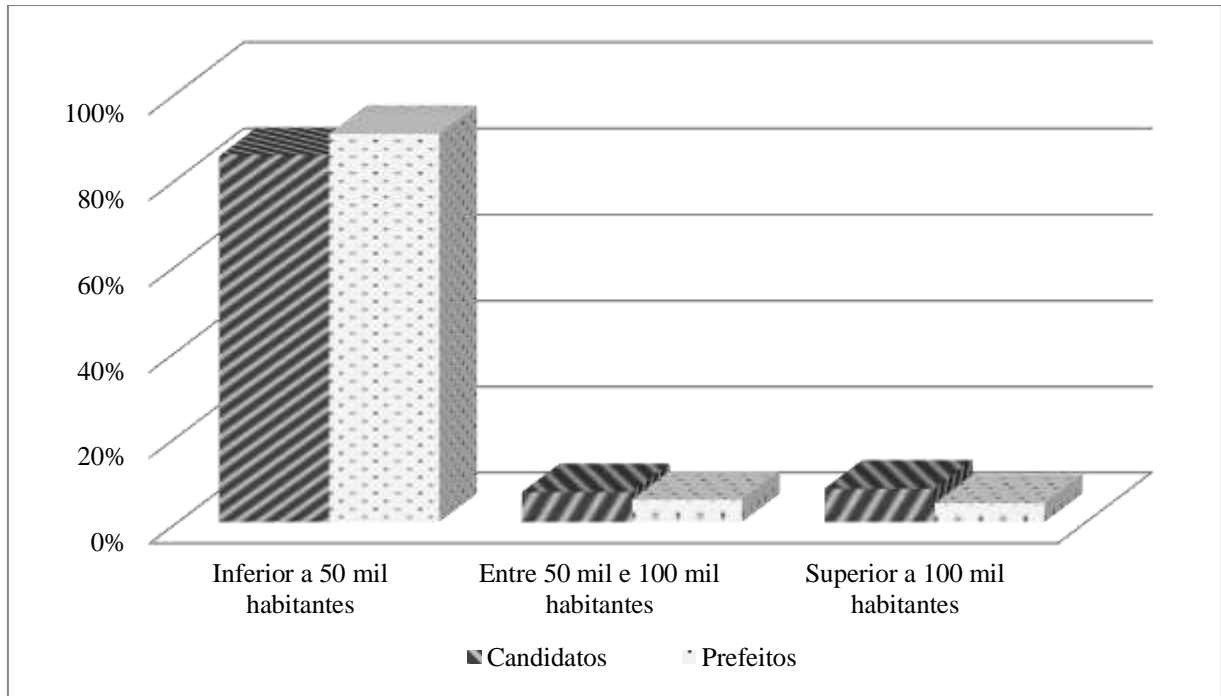


Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Ainda se analisará os perfis dos candidatos e dos prefeitos segundo o tamanho dos municípios, dividindo-os em três categorias por número de habitantes: i) população inferior a

50 mil habitantes, ii) população entre 50 mil e 100 mil habitantes e iii) municípios com população superior a 100 mil habitantes. Como a maior parte dos municípios brasileiros possuem menos de 50 mil habitantes, a maioria dos casos deste trabalho concentram-se nesses municípios (Gráfico 13).

Gráfico 12. Distribuição dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e prefeitos por tamanho dos municípios (1996 – 2016)



Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

3.1. Perfil regional dos candidatos e dos prefeitos: sexo, idade, escolaridade, profissão e suas ideologias

Alguns estudos³⁸ vêm mostrando que o desempenho eleitoral das mulheres vem sendo superior nas regiões mais atrasadas e mais agrárias do Brasil, ou seja, as regiões do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, que são menos industrializadas, menos escolarizadas e com piores indicadores sociais, elegem uma proporção maior de mulheres do que o Sudeste e o Sul, regiões com mais desenvolvimento econômico e social. Os resultados desta pesquisa, também, demonstram que são as regiões do Nordeste, Norte e Centro-Oeste que mais elegem mulheres para prefeituras (Tabela 32), mas cabe considerar que, proporcionalmente, são essas

³⁸ Miguel e Queiroz (2006); Pinto e Silveira (2018).

regiões onde mais se lançam mulheres à disputa pela administração do executivo municipal (Tabela 31).

Tabela 31. Sexo dos candidatos nas eleições majoritárias municipais por região entre 1996 – 2016 (em %)

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Mulheres	10,5	13,6	12,3	8,6	7
Homens	89,5	86,4	87,6	91,3	92,7
N	100 (7750)	100 (30390)	100 (8743)	100 (30595)	100 (18378)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 32. Sexo dos prefeitos por região entre 1996 – 2016 (em %)

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Mulheres	8,8	12,2	10,6	6,5	5,1
Homens	91,2	87,8	89,4	93,5	94,8
N	100 (2794)	100 (10749)	100 (2694)	100 (10092)	100 (7165)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

O desempenho superior das mulheres nessas regiões menos desenvolvidas, para alguns autores³⁹, encontra-se nos padrões da política tradicional baseada na formação do clientelismo. Esses padrões abririam certos espaços para as mulheres, que seriam então eleitas não por suas trajetórias pessoais ou vínculos com movimentos da sociedade civil, mas na qualidade de representantes de seus clãs familiares. Pinto e Silveira (2018, p. 187), também, argumentam que o maior sucesso das mulheres na região Norte pode está no fato de que alguns estados que compõem esse território são novos, como os estados do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia, com menor possibilidade de existência de oligarquias e currais eleitorais; com população rarefeita e uma classe média também pequena (de onde provém a

³⁹ Miguel e Queiroz (2006); Pinto e Silveira (2018).

quase totalidade das mulheres eleitas). E, ainda, em alguns estados das regiões do Nordeste e do Norte podem existir uma forte presença de partidos de esquerda e centro-esquerda, como PT, PCdoB e PSB, teoricamente mais abertos às mulheres como militantes capazes de fazerem carreiras políticas. Vale destacar, também, que no território do Nordeste foi onde mais se elegeu governadoras no Brasil entre 1994 e 2014.

Já as regiões Sudeste e Sul por concentrarem maiores proporções da população, tendem a ter uma maior fragmentação partidária nas disputas eleitorais, envolvendo um número muito maior de pretendentes aos cargos. Daí decorre o fato de ser muito mais acirrada a disputa para conquistar a posição de candidato dentro dos partidos, o que poderia tornar mais difícil a escolha de mulheres nas disputas eleitorais.

Na evolução do tempo, constata-se que em todas as regiões do Brasil a porcentagem de candidatas aumentou, mas apenas nas regiões Nordeste e Norte verificou-se um aumento progressivo no período, pois em 2016 houve uma diminuição no número de candidatas nas regiões do Centro-Oeste, Sudeste e Sul (Tabela 33). Apesar de se mostrar uma região mais restrita ao acesso de mulheres nas disputas, o maior aumento no número de candidaturas de mulheres está no Sul, que foi de 127,5 p.p., seguida das regiões Centro-Oeste que teve um aumento de 84,8 p.p., no Nordeste o crescimento foi de 73,3 p.p., já na região Norte elevou em 70,2 p.p. e no Sudeste o aumento foi de 68,8 p.p.. Portanto, houve um aumento no número de prefeitas em todas as regiões, na região Norte aconteceu um aumento progressivo; em três regiões (Nordeste, Sudeste e Sul) houve uma pequena redução no número de prefeitas em 2016, sendo maior essa diminuição nos territórios do Sudeste e no Sul do país (Tabela 34).

O Nordeste foi a ser a região que mais elegeu prefeitas nos últimos anos, seguida em números absolutos, pelas regiões Sudeste e o Sul. Proporcionalmente, as regiões Norte e Centro-Oeste elegeram mais prefeitas que o Sudeste e Sul, sendo grande a diferença, na proporção, das prefeitas nas regiões do Nordeste, Norte e Centro-Oeste (regiões com menos desenvolvimento econômico e social) em comparação com as regiões do Sudeste e Sul (mais desenvolvidas). Cabe, ainda, destacar que, no período, no Sul houve um crescimento de 192 p.p. no número de prefeitas, no Norte foi de 158,6 p.p., no Centro-Oeste o aumento foi de 135,2 p.p., no Sudeste de 132,4 p.p. e no Nordeste de 98,8 p.p.

Tabela 33. Evolução no sexo dos candidatos nas eleições majoritárias municipais por região (em %)

	Centro-Oeste			Nordeste			Norte			Sudeste			Sul		
	N	Mulheres	Homens	N	Mulheres	Homens	N	Mulheres	Homens	N	Mulheres	Homens	N	Mulheres	Homens
1996	(1200)	6,6	93,3	(4911)	10,1	89,7	(1409)	9,4	90,3	(5004)	6,1	93,3	(2835)	4,0	94,7
2000	(1251)	8,6	91,4	(4640)	10	90,0	(1356)	8,8	91,2	(4797)	6,4	93,6	(3111)	4,9	95,1
2004	(1326)	10,4	89,6	(5111)	12,5	87,5	(1356)	11,3	88,7	(5176)	8,1	91,9	(3158)	6,0	94
2008	(1304)	11,1	88,9	(5346)	14,3	85,7	(1494)	12,5	87,5	(4942)	8,9	91,1	(3053)	8,3	91,7
2012	(1330)	13,3	86,7	(5151)	16,6	83,4	(1508)	15,0	85,0	(5163)	11,6	88,4	(3049)	9,8	90,2
2016	(1339)	12,2	87,8	(5231)	17,5	82,5	(1620)	16,0	84,0	(5517)	10,3	89,7	(3172)	9,1	90,9

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 34. Evolução no sexo dos prefeitos por região (em %)

	Centro-Oeste			Nordeste			Norte			Sudeste			Sul		
	N	Mulheres	Homens	N	Mulheres	Homens	N	Mulheres	Homens	N	Mulheres	Homens	N	Mulheres	Homens
1996	(445)	5,4	94,4	(1711)	8,1	91,9	(428)	5,8	94,2	(1665)	3,7	95,9	(1159)	2,5	96,9
2000	(462)	7,1	92,9	(1797)	8,4	91,6	(452)	7,5	92,5	(1677)	4,2	95,8	(1196)	2,8	97,2
2004	(462)	8,2	91,8	(1778)	10,8	89,2	(446)	10,1	89,9	(1654)	5,1	94,9	(1181)	4,1	95,9
2008	(474)	7,8	92,2	(1850)	13,4	86,6	(457)	11,4	88,6	(1701)	7,5	92,5	(1212)	5,9	94,1
2012	(479)	11,3	88,7	(1817)	16,4	83,6	(457)	13,3	86,7	(1701)	9,6	90,4	(1219)	8,0	92,0
2016	(472)	12,7	87,3	(1796)	16,1	83,9	(454)	15,0	85,0	(1695)	8,6	91,4	(1198)	7,3	92,7

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

O percentual de mulheres candidatas é um pouco superior em municípios com mais de cem mil habitantes, mas nos municípios menores é que se pode encontrar a maior parte de mulheres que ocupam o cargo de prefeita (Tabelas 35 e 36). Na evolução do tempo (Tabela 37), percebe-se que até 2008 o percentual de mulheres na disputa por uma prefeitura era maior em municípios com mais de 50 mil habitantes, principalmente, em municípios com população superior a 100 mil pessoas. A partir de 2012, os municípios com população inferior a 50 mil habitantes passaram a ter um percentual superior de candidaturas femininas, em comparação com municípios de médio e grande densidade populacional.

Tabela 35. Sexo dos candidatos nas eleições majoritárias municipais por tamanho dos municípios entre 1996 – 2016 (em %)

	Inferior a 50 mil habitantes	Entre 50 mil e 100 mil habitantes	Superior a 100 mil habitantes
Mulheres	10,3	10,2	11,1
Homens	89,6	89,7	88,8
N	100 (81701)	100 (6664)	100 (7491)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 36. Sexo dos prefeitos por tamanho dos municípios entre 1996 – 2016 (em %)

	Inferior a 50 mil habitantes	Entre 50 mil e 100 mil habitantes	Superior a 100 mil habitantes
Mulheres	8,6	8,0	7,7
Homens	91,3	92,0	92,3
N	100 (30255)	100 (1766)	100 (1473)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Até 2004 estavam nos grandes municípios o maior percentual de mulheres prefeitas. Em 2004 passaram a estar nos municípios de porte médio e a partir de 2008 os pequenos municípios foram os responsáveis por elegerem um maior percentual de prefeitas (Tabela 38). Apesar de nas últimas duas eleições serem os pequenos municípios os responsáveis por lançarem o maior percentual de mulheres nas disputas majoritárias municipais, os dados

corroboram identificando que as mulheres vêm obtendo maiores chances eleitorais em pequenos municípios, confirmando que quanto menor a fragmentação partidária na disputa eleitoral, maiores são as chances de sucesso das mulheres.

Tabela 37. Evolução no sexo dos candidatos nas eleições majoritárias municipais por tamanho dos municípios (em %)

	Inferior a 50 mil habitantes			Entre 50 mil e 100 mil habitantes			Superior a 100 mil habitantes		
	N	Mulheres	Homens	N	Mulheres	Homens	N	Mulheres	Homens
1996	(13196)	7,0	92,5	(1147)	7,9	91,5	(1016)	10,2	89
2000	(13192)	7,4	92,6	(972)	7,6	92,4	(991)	10,4	89,6
2004	(13810)	9,4	90,6	(1085)	10,3	89,7	(1232)	10,2	89,8
2008	(13865)	11,0	89,0	(1076)	11,4	88,6	(1198)	11,7	88,3
2012	(13756)	13,5	86,5	(1094)	12,3	87,7	(1351)	11,8	88,2
2016	(13886)	13,3	86,7	(1290)	11,4	88,6	(1703)	11,5	88,5

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 38. Evolução no sexo dos prefeitos por tamanho dos municípios (em %)

	Inferior a 50 mil habitantes			Entre 50 mil e 100 mil habitantes			Superior a 100 mil habitantes		
	N	Mulheres	Homens	N	Mulheres	Homens	N	Mulheres	Homens
1996	(4942)	5,1	94,6	(281)	4,3	95,7	(185)	6,5	93,5
2000	(5095)	5,7	94,3	(274)	5,5	94,5	(215)	8,4	91,6
2004	(4992)	7,4	92,6	(288)	8	92	(241)	6,6	93,4
2008	(5140)	9,5	90,5	(297)	9,1	90,9	(257)	8,9	91,1
2012	(5092)	12,1	87,9	(303)	10,9	89,1	(278)	8,3	91,7
2016	(4995)	12	88	(323)	9,9	90,1	(297)	7,1	92,9

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

As maiores quedas no percentual de candidatas e de prefeitas eleitas na eleição de 2016 se encontram em municípios médios e grandes. Enquanto o percentual de candidatas nos municípios com mais de 100 mil habitantes reduziu em 2,5 p.p entre 2012 e 2016, ocorreu uma queda de 14,4 p.p. no percentual de prefeitas nesses municípios, no mesmo período. Já em municípios médios enquanto ocorreu uma diminuição de 7,3 p.p. no percentual de candidatas, houve uma redução de 9,2 p.p. no número de mulheres eleitas.

As maiores chances eleitorais para as mulheres variam muito em relação à região e ao tamanho dos municípios, sendo que vem diminuindo nas últimas eleições em todos os casos. Embora o índice de sucesso dos homens seja superior às mulheres em todas as regiões, comprova-se que a diferença é bem menor no Nordeste, Norte e Centro-Oeste (com menos desenvolvimento) e em municípios com população inferior a 50 mil habitantes, com tendência a se ampliar nas regiões Sudeste e Sul (mais desenvolvidas) e em municípios com mais de 50 mil habitantes (Tabelas 39 e 40), mas como a taxa de sucesso é proporcionalmente inverso à competitividade do processo eleitoral, tanto os homens como as mulheres encontram uma maior dificuldade em se eleger em regiões ou em municípios com grandes concentrações de habitantes, devido a uma maior organização dos partidos políticos e uma maior quantidade de candidatos disputando os cargos⁴⁰.

Tabela 39. Evolução na taxa de sucesso dos candidatos nas eleições majoritárias municipais por região (em %)

	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
1996	30,4	37,5	27,9	35,7	18,8	31,6	20,1	34,2	25,9	41,8
2000	30,6	37,5	32,6	39,4	28,3	33,8	22,6	35,8	22,4	39,3
2004	27,5	35,7	30,0	35,5	29,4	33,3	20,1	33,0	25,9	38,1
2008	25,5	37,7	32,5	35,0	27,8	31,0	28,9	35,0	28,4	40,7
2012	30,5	36,9	34,9	35,3	27,0	30,9	27,2	33,7	32,4	40,7
2016	36,6	35,1	31,6	34,9	26,1	28,4	25,8	31,3	30,0	38,5

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 40. Evolução na taxa de sucesso dos candidatos nas eleições majoritárias municipais por tamanho dos municípios (em %)

	Inferior a 50 mil habitantes		Entre 50 mil e 100 mil habitantes		Superior a 100 mil habitantes	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
1996	27,3	38,3	13,2	25,6	11,5	19,1
2000	29,6	39,3	20,3	28,4	17,5	22,2
2004	28,4	36,9	20,5	27,2	12,7	20,3
2008	31,8	37,7	21,9	28,3	16,4	22,1
2012	33,2	37,6	24,4	28,1	14,5	21,4
2016	32,2	36,5	21,8	25,4	10,7	18,3

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

⁴⁰ Araújo e Alves (2007), Miguel e Queiroz (2006).

Foram verificadas, também, diferenças nas idades dos candidatos em eleições majoritárias municipais e dos prefeitos entre as regiões, enquanto os candidatos e os prefeitos das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte (menos desenvolvidas) possuem as menores médias de idade, os candidatos e os prefeitos das regiões do Sul e Sudeste (mais desenvolvidas) possuem as maiores médias. Outra diferença é que em todas as regiões as médias nas idades dos prefeitos diminuem em relação à média de idade dos candidatos (Tabela 41).

Tabela 41. Média de idade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos por região (1996–2016)

		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Candidatos	Média	47,2	47,4	46,6	49,4	48,3
	S. D.	9,4	10,9	9,7	10,4	9,7
Prefeitos	Média	46,8	47,0	46,2	49,2	47,9
	S. D.	8,9	10,5	9,4	10,0	9,2

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Enquanto as candidatas da região Norte possuíam a menor média de idade (45,2) no período, concentram-se no Nordeste as prefeitas eleitas com uma menor média (45,7). As mulheres com uma maior média de idade foram recrutadas no território do Sudeste, também, estão nessa região às prefeitas com a maior média de idade. Já os entre os homens, estão no Norte os candidatos e prefeitos com a menor média de idade e no Sudeste os candidatos e prefeitos com a maior média (Tabela 42).

Tabela 42. Média de idade de mulheres e homens em eleições majoritárias municipais por região (1996–2016)

		Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Candidatos	Média	45,6	47,4	45,9	47,6	45,2	46,8	48,0	49,6	47,1	48,4
	S. D.	8,5	9,4	10,3	10,9	9,1	9,7	9,5	10,5	9,0	9,7
Prefeitos	Média	45,9	46,9	45,7	47,2	46,0	46,2	48,4	49,2	47,4	47,9
	S. D.	7,7	9,0	10,2	10,5	9,0	9,4	9,3	10,0	8,2	9,3

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Os municípios com população inferior a 50 mil habitantes possuem candidatos e prefeitos com as menores médias de idade (Tabela 43), já em municípios com população acima de 100 mil habitantes estão os candidatos e prefeitos com as maiores médias, ou seja, quanto maior é o número de habitantes no município, maior será a idade que possui o candidato e o prefeito, sendo que as mulheres recrutadas e as prefeitas possuem idades menores que os homens (Tabela 44).

Tabela 43. Média de idade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos por tamanho dos municípios (1996 – 2016)

		Inferior a 50 mil habitantes	Entre 50 mil e 100 mil habitantes	Superior a 100 mil habitantes
Candidatos	Média	47,9	49,1	49,3
	S. D.	10,3	10,6	10,6
Prefeitos	Média	47,5	50,0	50,7
	S. D.	9,9	10,0	10,1

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 44. Média de idade de mulheres e homens nas eleições majoritárias municipais por tamanho dos municípios (1996 – 2016)

		Inferior a 50 mil habitantes		Entre 50 mil e 100 mil habitantes		Superior a 100 mil habitantes	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Candidatos	Média	46,3	48,1	47,4	49,5	47,6	49,6
	S. D.	9,7	10,3	9,8	10,6	10,0	10,6
Prefeitos	Média	46,4	47,6	48,2	50,1	49,2	50,9
	S. D.	9,5	9,9	9,0	10,1	8,8	10,2

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

O que se percebe é que devido as grandes demandas encontradas nos municípios brasileiros mais populosos, o eleitorado desses grandes centros tem exigido certa experiência, maturidade e estabilidade dos candidatos, que lhes garanta tempo, disponibilidade e capacidade de decisão para o ingresso na disputa eleitoral⁴¹, essas qualidades junto com o

⁴¹ Marques (2007).

reconhecimento do eleitorado só se atinge com certa idade e, também, com a acumulação e passagem por diversos cargos públicos ou eletivos.

Apesar de haver, segundo os dados do IBGE, uma grande variação no nível de escolaridade entre as regiões do Brasil, não há grandes diferenças nos níveis de escolaridade entre os candidatos e os prefeitos na comparação entre os territórios. O Nordeste, apesar de possuir 74,2% de sua população⁴² sem instrução ou com ensino fundamental, é onde menos se recruta candidatos com ensino fundamental para a disputa em eleições majoritárias municipais. Por isso, é a região que menos elege prefeitos com baixa escolaridade (Tabelas 45 e 46). Já o Norte foi onde mais se lançou candidatos que possuíam até o ensino fundamental; conseqüentemente, também, foi a região que mais elegeu prefeitos com esse menor nível de escolaridade. Diferentemente dessas regiões, o Sudeste é onde se concentra a maior percentagem da população brasileira com ensino superior, mas apenas 13,7%⁴³, percentual bem abaixo dos 46% para os candidatos e 45,8% para os prefeitos dessa região, apresentando uma contradição entre o nível educacional da população com a classe política e reforçando ainda mais a tese de *hiperqualificação*⁴⁴ para os detentores de cargos eletivos, principalmente, entre as mulheres, já que, atualmente, no Sudeste o percentual de mulheres graduadas, entre a população, é de 14,6% e entre as prefeitas o percentual sobe para, quase, 80%, após as eleições de 2016 (Vide Tabela 50), confirmando a tese de Mills (1975) quando defende que os membros que pertencem à elite devem sempre apresentar uma parcela maior daquilo que é altamente valorizado pela população.

Tabela 45. Nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais, por região, entre 1996 – 2016 (em %)

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Até o ensino fundamental	25,0	21,1	28,3	22,6	21,8
Ensino médio	33,0	32,1	34,8	26,3	29,3
Ensino superior	40,4	42,2	34,4	46,0	42,8
Sem dados	1,7	4,6	2,6	5,1	6,0
N	100 (7750)	100 (30390)	100 (8743)	100 (30595)	100 (18378)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

⁴² Acima de 25 anos.

⁴³ Fonte IBGE: Censo Demográfico de 2010.

⁴⁴ Miguel e Queiroz (2006).

Tabela 46. Nível de escolaridade dos prefeitos, por região, entre 1996 – 2016 (em %)

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Até o ensino fundamental	24,6	21,4	29,9	23,4	21,5
Ensino médio	33,8	32,0	35,3	26,0	30,7
Ensino superior	39,9	43,0	33,5	45,8	41,6
Sem dados	1,8	3,7	1,3	4,7	6,2
N	100 (2794)	100 (10749)	100 (2694)	100 (10092)	100 (7165)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

A análise na evolução do tempo mostra que a propensão de um maior nível de escolaridade nas mulheres que nos homens segue em todas as regiões e as eleições (Tabelas 47, 48, 49, 50 e 51). Os maiores percentuais de candidatas, candidatos, prefeitas e prefeitos com alto nível de escolaridade estão no Sudeste e no Sul. Também estão nessas duas regiões as maiores diferenças entre mulheres e homens com graduação. Segundo Miguel e Queiroz (2006, p. 372) uma menor escolarização média nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte amplificaria o peso do nível de instrução nas disputas eleitorais, ou seja, uma maior raridade no nível de ensino valorizaria ainda mais cada diploma, já a diferença de mulheres com escolaridade superior ao dos homens serviria como um atestado, para as próprias mulheres, de sua competência para ingressar na arena política.

Tabela 47. Evolução no nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos do Centro-Oeste entre 1996 – 2016 (em %)

	Candidatos						Prefeitos					
	Até o ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior		Até o ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
1996	29,1	36,2	26,6	26,1	35,4	29,2	4,2	35,0	50,0	26,4	33,3	29,3
2000	20,4	34,6	33,3	30,4	44,4	33,7	24,2	34,3	27,3	32,9	45,5	31,9
2004	12,3	25,4	32,6	35,7	55,1	38,2	13,2	24,8	39,5	36,8	47,4	38,0
2008	9,7	23,6	35,2	37,7	55,2	38,7	13,5	24,0	24,3	37,1	62,2	38,9
2012	7,3	21,2	31,1	34,6	61,6	44,2	5,6	19,8	27,8	36,0	66,7	44,2
2016	4,3	18,8	25,6	34,6	70,1	46,6	5,0	18,0	28,3	34,7	66,7	47,3

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 48. Evolução no nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos do Nordeste entre 1996 – 2016 (em %)

	Candidatos						Prefeitos					
	Até o ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior		Até o ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
1996	17,4	26,5	27,7	19,6	27,5	26,9	18,1	28,6	34,1	19,8	29,7	29,8
2000	13,6	29,4	44,3	30,7	42,1	38,9	15,9	29,5	42,4	29,4	41,7	39,9
2004	13,1	25,1	37,9	33,3	48,5	41	13,5	25,8	38	33,3	48,4	40,5
2008	9,7	22,4	34,4	35,1	55,9	42,5	9,3	22	32,7	36,2	58,1	41,8
2012	6,7	17,4	32	37,1	61,3	45,6	9,1	16,2	27,2	38,2	63,8	45,6
2016	5,4	16,1	26,7	36,1	68	47,8	2,8	15,2	29,1	34,6	68,2	50,2

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 49. Evolução no nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos do Norte entre 1996 – 2016 (em %)

	Candidatos						Prefeitos					
	Até o ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior		Até o ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
1996	19,5	37,0	42,9	27,1	24,1	21,9	24,0	41,2	32,0	26,8	32,0	24,6
2000	17,5	37,5	46,7	34,9	35,0	26,1	23,5	38,3	38,2	33,7	38,2	24,4
2004	17,0	35,3	41,8	35,5	41,2	28,5	6,7	33,4	48,9	35,9	44,4	30,4
2008	13,4	30,4	38,0	36,8	48,7	32,8	19,2	30,1	34,6	41,0	46,2	28,9
2012	11,1	22,5	34,1	37,7	54,9	39,8	16,4	25,0	32,8	36,4	50,8	38,6
2016	7,7	20,6	23,5	35,8	68,8	43,6	2,9	22,0	27,9	35,0	69,1	43,0

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 50. Evolução no nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos do Sudeste entre 1996 – 2016 (em %)

	Candidatos						Prefeitos					
	Até o ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior		Até o ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
1996	15,5	26,5	19,5	15,9	29,4	28,2	19,7	27,2	24,6	15,4	29,5	29,9
2000	11,7	29,6	25,9	24,4	61,2	45,1	12,9	31,1	22,9	25,1	62,9	42,9
2004	8,6	26,7	27,1	27,5	63,8	45,4	8,3	26,0	23,8	28,7	66,7	45,0
2008	9,1	23,9	25,9	29,9	65,0	46,2	7,1	23,5	22,8	29,0	70,1	47,5
2012	6,5	19,3	20,9	31,6	72,6	49,1	4,9	18,8	19,0	31,6	76,1	49,6
2016	5,5	17,7	18,2	30,6	76,3	51,7	5,5	19,5	15,1	29,1	79,5	51,4

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 51. Evolução no nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos do Sul entre 1996 – 2016 (em %)

	Candidatos						Prefeitos					
	Até o ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior		Até o ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
1996	12,5	21,2	13,4	17,5	38,4	24,3	6,9	21,9	20,7	18,2	31,0	23,2
2000	11,8	29,0	27,6	30,7	60,5	39,4	11,8	29,9	29,4	33,8	58,8	35,5
2004	8,5	26,2	24,9	33,1	66,7	40,4	4,1	25,7	26,5	36,6	69,4	37,5
2008	9,5	23,3	28,1	33,5	62,5	43,2	9,7	21,1	27,8	34,7	62,5	44,1
2012	5,0	19,3	24,7	32,6	70,2	48,1	5,2	17,8	22,7	32,4	72,2	49,7
2016	4,8	17,9	13,4	31,4	81,7	50,6	6,9	17,2	18,4	30,4	74,7	52,4

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

De acordo com o tamanho dos municípios, depende-se que quanto maior é o município em número de habitantes, mais se exige um maior nível educacional, assim como nas idades já mencionadas, reduzindo o percentual de candidatos e de prefeitos com baixo nível de instrução conforme cresce o número de habitantes nos municípios (Tabelas 52 e 53). Enquanto em municípios com até 50 mil habitantes o percentual de prefeitos com instrução até o ensino fundamental é de 24,6%, nos municípios com mais de 100 mil habitantes esse percentual se reduz para 4,5%, assim como aqueles que possuem o ensino médio, que cai que 31,4% para 15,9%, já enquanto que 39,8% dos prefeitos que governam os pequenos municípios possuíam uma graduação, esse percentual sobe pra 61,4% em municípios de porte médio e cresceu para 75,2% em municípios com mais de 100 mil habitantes.

Tabela 52. Nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais por tamanho dos municípios entre 1996 – 2016 (em %)

	Inferior a 50 mil habitantes	Entre 50 mil e 100 mil habitantes	Superior a 100 mil habitantes
Até o ensino fundamental	25,0	11,2	7,0
Ensino médio	31,2	25,3	21,6
Ensino superior	39,2	57,7	66,7
Sem dados	4,5	5,7	4,6
N	100 (81701)	100 (6664)	100 (7491)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 53. Nível de escolaridade dos prefeitos por tamanho dos municípios entre 1996 – 2016 (em %)

	Inferior a 50 mil habitantes	Entre 50 mil e 100 mil habitantes	Superior a 100 mil habitantes
Até o ensino fundamental	24,6	9,9	4,5
Ensino médio	31,4	24,0	15,9
Ensino superior	39,8	61,4	75,2
Sem dados	4,1	4,7	4,4
N	100 (30255)	100 (1766)	100 (1473)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Apesar de nos últimos 20 anos o número de candidatos e de prefeitos com ensino fundamental ser alto, quase 25%, na evolução do tempo esses percentuais tem se reduzido, principalmente entre as mulheres, e já há algum tempo não se elegem mulheres prefeitas com esse baixo nível de ensino. O mais notável é o crescimento entre os candidatos e prefeitos com nível superior de ensino, principalmente entre as mulheres. Atualmente, mais de 70% das prefeitas e 47% dos prefeitos nos municípios com população até 50 mil habitantes possuem ensino superior, esses percentuais aumentam para 81,3% das prefeitas e 68,4% dos prefeitos em municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes e chegam a 85,7% entre as prefeitas e 81,5% entre os prefeitos em municípios com mais de 100 mil habitantes (Tabela 54, 55 e 56).

Tabela 54. Evolução no nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos de municípios com população inferior a 50 mil habitantes (em %)

	Candidatos						Prefeitos					
	Até o ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior		Até o ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
1996	19,4	29,8	27,9	19,6	26,0	24,4	17,8	30,1	32,8	19,5	29,2	26,2
2000	15,5	33,5	38,3	29,9	45,5	35,6	18,0	33,3	37,4	30,7	43,9	35,2
2004	12,9	29,2	35,1	32,8	51,6	37,5	11,1	27,9	36,6	34,4	52,0	37,4
2008	11,1	26,1	33,9	34,8	55,0	39,1	10,9	24,7	30,5	35,4	58,6	39,9
2012	7,4	21,3	29,4	35,9	63,2	42,9	8,6	19,8	25,9	36,1	65,5	44,1
2016	6,2	19,8	23,1	35,0	70,7	45,2	4,5	19,3	25,0	33,6	70,5	47,1

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 55. Evolução no nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos de municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes (em %)

	Candidatos						Prefeitos					
	Até o ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior		Até o ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
1996	13,2	13,3	15,4	17,0	39,6	37,8	8,3	11,2	25,0	16,4	25,0	45,0
2000	8,1	12,2	31,1	26,2	60,8	60,8	6,7	11,2	13,3	25,5	80,0	62,2
2004	3,6	14,2	26,8	27,9	69,6	57,6	4,3	14,7	26,1	26,4	69,6	58,5
2008	4,9	13,4	26,0	26,8	69,1	59,8	0,0	10,7	29,6	27,4	70,4	61,9
2012	4,4	9,3	25,9	27,7	69,6	63,0	0,0	7,4	18,2	26,3	81,8	66,3
2016	1,4	9,4	23,8	27,4	74,8	63,3	0,0	8,2	18,8	23,4	81,3	68,4

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 56. Evolução no nível de escolaridade dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos de municípios com população superior a 100 mil habitantes (em %)

	Candidatos						Prefeitos					
	Até o ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior		Até o ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
1996	3,8	8,6	16,3	16,6	49,0	42,7	0,0	4,0	16,7	15,0	58,3	47,4
2000	2,9	7,4	22,3	20,5	74,8	70,7	0,0	5,1	11,1	18,3	88,9	74,6
2004	5,6	9,7	20,6	23,4	73,8	66,4	6,3	8,0	12,5	15,6	81,3	76,4
2008	1,4	7,2	15,0	24,7	83,6	68,1	4,3	4,7	4,3	17,1	91,3	78,2
2012	3,1	6,3	14,5	23,6	82,4	70,1	0,0	4,3	13,0	16,1	87,0	79,6
2016	2,0	6,5	13,8	23,1	84,2	70,4	0,0	2,9	14,3	15,6	85,7	81,5

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

As principais diferenças nas profissões entre as regiões (Tabela 57), primeiramente, são encontradas na expressiva presença de grandes empresários que são recrutados e se elegem em todas as regiões, mas principalmente, no Centro-Oeste e no Norte. Somente no Centro-Oeste 21,3% dos candidatos são recrutados do mundo empresarial e 24% dos prefeitos possuem origem nesse ramo. O Centro-Oeste, ainda, é a região que mais lança e elege pequenos empresários. Já as regiões do Nordeste e do Sul parecem possuir algumas restrições no recrutamento de grandes empresários, pois são essas as regiões com os menores percentuais de candidatos e prefeitos advindos desse setor.

Tabela 57. Profissão dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos, por região, entre 1996 – 2016 (em %)

	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul	
	Candidatos	Prefeitos	Candidatos	Prefeitos	Candidatos	Prefeitos	Candidatos	Prefeitos	Candidatos	Prefeitos
Advogados	5,7	4,4	5,0	4,1	3,2	2,6	6,4	4,9	5,6	4,3
Engenheiros	1,9	2,1	2,2	2,8	1,7	1,5	2,6	2,7	1,8	1,8
Médicos	5,5	6,1	8,4	9,6	3,8	3,7	5,5	6,2	3,1	3,2
Administradores	2,6	3,0	2,2	2,3	1,9	1,6	1,9	1,9	2,8	2,9
Pequenos empresários	7,8	7,3	7,1	6,9	6,8	5,9	7,2	7,2	7,0	7,1
Empresários	21,3	24,0	11,8	13,5	16,2	18,4	15,3	16,5	12,7	13,2
Políticos	12,6	14,9	10,9	14,6	16,0	19,4	13,2	16,6	11,0	14,8
Professores	4,6	3,9	5,8	4,4	7,0	5,5	5,0	3,7	6,2	4,9
Servidores públicos	6,5	6,5	7,9	7,7	8,9	8,9	6,3	6,9	7,3	7,3
Militares	0,8	0,5	0,8	0,4	1,0	0,7	0,8	0,4	0,4	0,3
Profissões técnicas	1,6	1,4	1,6	1,4	1,9	2,0	1,6	1,3	1,9	2,1
Comunicadores	0,6	0,4	0,4	0,2	0,4	0,2	0,6	0,3	0,6	0,5
Trabalhadores manuais	4,3	3,6	3,8	2,9	4,6	3,9	4,5	3,5	4,6	4,3
Agricultores	4,9	4,4	5,7	5,5	4,9	4,7	4,5	5,5	9,8	10,1
Bancários	0,6	0,5	1,0	0,9	0,5	0,4	0,7	0,9	1,0	1,0
Outras Profissões	15,8	14,1	19,4	18,1	17,4	17,1	18,1	16,2	17,5	15,4
Sem Dados	2,7	2,8	5,8	4,9	3,9	3,3	5,8	5,4	6,8	6,9
N	100 (7750)	100 (2794)	100 (30390)	100 (10749)	100 (8743)	100 (2694)	100 (30595)	100 (10092)	100 (18378)	100 (7165)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Uma segunda observação está no Sul, que apesar de ser uma das regiões mais desenvolvidas e possuir um dos maiores níveis de escolaridade do país, é o território onde mais se lançam candidatos com o menor nível de instrução, como agricultores, trabalhadores manuais e profissionais técnicos, também, vem sendo a região que mais elege esses profissionais. Entre as regiões, encontra-se no Nordeste o maior percentual de médicos, tanto se candidatando como se elegendo prefeitos, sugerindo que nessa área carente, os médicos, que têm contato direto com os eleitores, têm uma maior facilidade na obtenção de votos (NEIVA; IZUMI, 2012, p. 182). Os professores e os servidores públicos possuem uma maior abertura nas regiões Norte, Nordeste e Sul.

As diferenças são maiores na distribuição das profissões dos candidatos e dos prefeitos por tamanho dos municípios, pois algumas profissões se destacam ou se retraem conforme o crescimento no número de habitantes dos municípios (Tabela 58).

Tabela 58. Profissões dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos, por tamanho dos municípios, entre 1996 – 2016 (em %)

	Inferior a 50 mil habitantes		Entre 50 mil e 100 mil habitantes		Superior a 100 mil habitantes	
	Candidatos	Prefeitos	Candidatos	Prefeitos	Candidatos	Prefeitos
Advogados	4,7	3,9	9,2	7,8	9,9	8,2
Engenheiros	1,9	2,1	3,4	5,1	4,4	5,4
Médicos	5,4	6,0	9,1	11,3	7,2	9,6
Administradores	2,2	2,2	2,3	3,4	2,7	2,5
Pequenos empresários	7,7	7,4	5,2	3,6	3,0	2,6
Empresários	14,6	15,9	13,8	15,1	10,6	10,7
Políticos	11,6	14,7	12,6	18,6	18,9	31,9
Professores	5,4	4,4	5,7	3,2	8,9	3,8
Servidores públicos	7,5	7,7	6,3	4,9	5,7	4,3
Militares	0,7	0,4	0,8	0,3	0,9	0,3
Profissões técnicas	1,8	1,7	1,3	1,0	0,9	0,5
Comunicadores	0,4	0,2	1,1	1,0	2,1	1,3
Trabalhadores manuais	4,6	3,8	2,5	1,2	2,5	0,8
Agricultores	6,9	6,9	1,5	1,6	0,3	0,3
Bancários	0,8	0,9	1,1	1,3	0,7	0,2
Outras Profissões	18,4	16,7	17,4	15,3	15,9	12,2
Sem Dados	5,5	5,2	6,6	5,4	5,6	5,2
N	100 (81701)	100 (30255)	100 (6664)	100 (1766)	100 (7491)	100 (1473)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Os percentuais de advogados, engenheiros e políticos tornam-se maiores, entre os candidatos, à medida que aumenta o número da população em um município, tendo essas profissões melhores desempenhos em municípios com mais de 100 mil habitantes. Nessa perspectiva, quanto maior é a população de um município, maior é o percentual de prefeitos que tem origens nessas profissões. Cabe, ainda, destacar, que nas grandes cidades, quase, 32% dos prefeitos foram eleitos já possuindo outro mandato eletivo.

Já os percentuais de empresários, servidores públicos, profissionais técnicos, trabalhadores manuais e agricultores diminuem conforme aumentam o número de habitantes nos municípios, sendo essas profissões mais receptivas em municípios menores e tendo piores desempenhos em municípios com maior número de habitantes. Desses dados pode-se inferir que enquanto em municípios menores o capital econômico é essencial para a vitória de um candidato para o cargo de prefeito, nos municípios mais populosos o capital político é uma das variáveis de grande importância para a conquista de uma cadeira no executivo municipal.

Ao analisar as ideologias dos candidatos e dos prefeitos nas eleições majoritárias municipais, infere-se que os partidos mais ao centro do espectro político e de direita foram aqueles que mais lançaram candidatos em todas as cinco regiões do país (Tabelas 59), tendo como principais puxadores o PMDB e PSDB, pelo centro, o PFL/DEM, PPB/PP, PL/PR e PTB, pela direita. Os partidos de centro lançaram mais candidatos em municípios das regiões Centro-Oeste e Sul, os partidos de direita foram os responsáveis por lançarem mais candidatos nos territórios do Nordeste, Norte e Sudeste. Em contrapartida, foram os partidos do centro que mais elegeram prefeitos no Centro-Oeste, no Norte, no Sudeste e no Sul (Tabelas 60). Apenas o PMDB e o PSDB, nesse período, conseguiram juntos eleger 44% dos prefeitos do Centro-Oeste, quase 37% dos prefeitos do Norte, quase, 40% dos prefeitos do Sudeste e 38,4% dos prefeitos do Sul.

O Nordeste teve mais candidatos e prefeitos filiados a partidos mais à direita, principalmente, do PFL/DEM, PPB/PP e PTB. Ainda, nessa região se encontra o maior percentual de prefeitos de partidos de esquerda (24,5%), vindos, sobretudo, do PSB e do PT, respectivamente, mas também foi uma das regiões que mais lançou candidatos de partidos de esquerda, aproximadamente, 31%. Vale destacar que no Nordeste, desde a eleição de 2006, a

grande maioria dos governadores eram filiados a partidos políticos de esquerda, sobretudo, ao PT e ao PSB⁴⁵.

Tabela 59. Espectro ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais, por região entre 1996 – 2016 (em %)

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Esquerda	23,3	31,1	29,3	30,5	31,1
Centro	39,0	27,0	32,7	32,2	34,8
Direita	37,7	41,8	37,9	37,3	34,1
N	100 (7750)	100 (30390)	100 (8743)	100 (30595)	100 (18378)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 60. Espectro ideológico dos prefeitos, por região entre 1996 – 2016 (em %)

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Esquerda	17,0	24,5	21,6	22,0	23,6
Centro	47,7	32,9	40,9	41,7	41,0
Direita	35,3	42,6	37,6	36,3	35,4
N	100 (2794)	100 (10749)	100 (2694)	100 (10092)	100 (7165)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Os maiores percentuais de mulheres se candidatando e ocupando o cargo de prefeita estão nas regiões do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, pertencendo a partidos de centro (Tabelas 61 e 62), sobretudo no PMDB e PSDB, mostrando que a força das mulheres em eleições majoritárias municipais se encontra nos maiores partidos do centro democrático brasileiro.

⁴⁵ Entre as eleições de 2006 e 2014, o PT elegeu 8 governadores no Nordeste e o PSB elegeu 9 governadores.

Tabela 61. Espectro ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais, por região entre 1996 – 2016 (em %)

	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Esquerda	11,0	89,0	13,4	86,6	12,3	87,7	10,8	89,1	7,7	92,2
Centro	10,6	89,4	14,4	85,5	13,4	86,6	7,4	92,5	7,0	92,7
Direita	10,0	89,9	13,2	86,8	11,5	88,4	7,8	92,1	6,6	93,3

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 62. Espectro ideológico dos prefeitos, por região, entre 1996 – 2016 (em %)

	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Esquerda	9,9	90,1	12,4	87,6	7,4	92,6	6,9	93,1	4,6	95,4
Centro	8,2	91,8	12,8	87,2	11,8	88,2	5,8	94,2	5,6	94,2
Direita	9,1	90,8	11,7	88,3	11,1	88,9	6,9	92,9	4,9	95,0

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Quanto à análise do espectro ideológico dos candidatos e dos prefeitos por tamanho dos municípios, infere-se que à medida que aumentam o número de habitantes nos municípios, maior é o percentual de candidatos dos partidos de esquerda, pois enquanto em municípios de até 50 mil habitantes o percentual de candidatos filiados a partidos de esquerda foi de, quase 30%, esse percentual aumentou para 35,5% em municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes e saltou para 48,1% dos candidatos em municípios com mais de 100 mil habitantes (Tabela 63). Sendo assim, o percentual de prefeitos filiados a partidos de esquerda, também, aumenta conforme o maior for o número de habitantes dos municípios (Tabela 64); sendo alto o percentual de prefeitos filiados a partidos de esquerda em municípios com mais de 100 mil habitantes (37,1%), puxados, sobretudo, pelo PT, PSB e PDT. Já o percentual de candidatos e de prefeitos de partidos do centro e de direita diminui, conforme, vai se aumentando o número de habitantes nos municípios.

Tabela 63. Espectro ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais, por tamanho dos municípios, entre 1996 – 2016 (em %)

	Inferior a 50 mil habitantes	Entre 50 mil e 100 mil habitantes	Superior a 100 mil habitantes
Esquerda	27,9	37,5	48,1
Centro	33,0	26,9	21,9
Direita	39,2	35,6	30,1
N	100 (81701)	100 (6664)	100 (7491)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 64. Espectro ideológico dos prefeitos, por tamanho dos municípios, entre 1996 – 2016 (em %)

	Inferior a 50 mil habitantes	Entre 50 mil e 100 mil habitantes	Superior a 100 mil habitantes
Esquerda	21,8	26,5	37,1
Centro	39,3	38,6	37,3
Direita	38,9	34,9	25,5
N	100 (30255)	100 (1766)	100 (1473)

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Por fim, na comparação do sexo dos candidatos e dos prefeitos com relação ao tamanho dos municípios, percebe-se que quase não há diferenças nos percentuais de mulheres que são lançadas pelos diferentes espectros ideológicos em municípios com até 50 mil habitantes, também, não tendo grandes diferenças nos percentuais entre as prefeitas nos espectros ideológicos em municípios desse porte. Em municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes, são partidos de direita (10,5%) e de centro (10,3%) que mais lançaram candidatas, mas foram os partidos mais ao centro (9,1%) e de esquerda (7,6%) que mais elegeram prefeitas nesses municípios (Tabelas 65 e 66). As maiores diferenças se encontram em municípios com mais de 100 mil habitantes, onde os partidos de direita (13,4%) e de esquerda (9,6%) lançaram a maior parte das mulheres, mas foram os partidos de centro (8,2%)

que mais elegeram mulheres nessas grandes cidades, principalmente, o PSDB e PMDB, respectivamente.

Tabela 65. Espectro ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais, por tamanho de municípios, entre 1996 – 2016 (em %)

	Inferior a 50 mil habitantes		Entre 50 mil e 100 mil habitantes		Superior a 100 mil habitantes	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Esquerda	10,1	89,7	9,8	90,0	9,6	90,2
Centro	10,1	89,9	10,3	89,6	8,3	91,6
Direita	10,9	89,0	10,5	89,4	13,4	86,5

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

Tabela 66. Espectro ideológico dos prefeitos, por tamanho de municípios, entre 1996 – 2016 (em %)

	Inferior a 50 mil habitantes		Entre 50 mil e 100 mil habitantes		Superior a 100 mil habitantes	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Esquerda	8,5	91,5	7,6	92,4	7,5	92,5
Centro	8,8	91,2	9,1	90,9	8,2	91,8
Direita	8,7	91,3	7,3	92,7	7,5	92,5

Fonte: Elaboração do autor com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

3.2. Síntese do capítulo

O presente capítulo apresentou as principais características do perfil social e ideológico dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos nas cinco regiões do país e, ainda, os analisou segundo o tamanho dos municípios. Os resultados demonstram que são as regiões do Nordeste, Norte e Centro-Oeste onde mais se elegem mulheres para prefeituras, mas, proporcionalmente, foram, também, onde mais se lançaram

mulheres à disputa pela administração do executivo municipal. Já o percentual de mulheres candidatas é um pouco superior em municípios com mais de cem mil habitantes, mas encontram-se em municípios menores a maior parte de mulheres que ocupam o cargo de prefeita.

As maiores chances eleitorais para as mulheres variam muito em relação à região e ao tamanho dos municípios. Embora o índice de sucesso dos homens seja superior ao das mulheres em todas as regiões, comprova-se que a diferença é bem menor no Nordeste, Norte e Centro-Oeste (com menos desenvolvimento) e em municípios com população inferior a 50 mil habitantes, com tendência a se ampliar nas regiões Sudeste e Sul (mais desenvolvidas) e em municípios com mais de 50 mil habitantes, mas como a taxa de sucesso é proporcionalmente inverso à competitividade do processo eleitoral, tanto os homens como as mulheres, encontram uma maior dificuldade em se eleger em municípios maiores, devido a uma maior organização dos partidos políticos e uma maior quantidade de candidatos disputando os cargos.

Foram detectadas diferenças nas idades dos candidatos e dos prefeitos entre as regiões, enquanto os candidatos e os prefeitos das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte (menos desenvolvidas) possuem as menores médias de idade, os candidatos e os prefeitos das regiões do Sul e Sudeste (mais desenvolvidas) possuem as maiores médias. Outra diferença é que em todas as regiões a média nas idades dos prefeitos diminuem em relação a média de idade dos candidatos. Os municípios com população inferior a 50 mil habitantes possuem candidatos e prefeitos com as menores médias de idade, já em municípios com população acima de 100 mil habitantes estão os candidatos e prefeitos com as maiores médias, ou seja, quanto maior é o número de habitantes no município, maior será a idade que possui o candidato e o prefeito, sendo que as mulheres recrutadas e as prefeitas possuem idades menores que os homens.

Não há grandes diferenças nos níveis de escolaridade entre os candidatos e os prefeitos na comparação entre os territórios. O Nordeste é onde menos se recruta candidatos com ensino fundamental; conseqüentemente, é a região que menos elege prefeitos com baixa escolaridade. Já o Norte foi onde mais se lançou candidatos que possuíam até o ensino fundamental; conseqüentemente, também, foi a região que mais elegeu prefeitos com esse menor nível de escolaridade. Os maiores percentuais de candidatas, candidatos, prefeitas e prefeitos com alto nível de escolaridade estão no Sudeste e no Sul, também estão nessas duas regiões as maiores distinções entre mulheres e homens com uma graduação.

Das análises, também, pode-se depreender que quanto maior é o município em número de habitantes, mais se exige um maior nível educacional, reduzindo o percentual de candidatos e de prefeitos com baixo nível de instrução conforme cresce o número de habitantes nos municípios. Enquanto em municípios com até 50 mil habitantes o percentual de prefeitos com instrução até o ensino fundamental é de 25%, nos municípios com mais de 100 mil habitantes esse percentual se reduz para 4,5%, assim como aqueles que possuem o ensino médio, que cai que 31,4% para 15,9%, já enquanto que 39,8% dos prefeitos que governam os pequenos municípios possuíam uma graduação, esse percentual sobe pra 61,4% em municípios de porte médio e cresce para 75,2% em municípios com mais de 100 mil habitantes.

Já as principais diferenças nas profissões entre as regiões, primeiro, estão na expressiva presença de grandes empresários que são recrutados e se elegem no Centro-Oeste e no Norte, estes profissionais vêm, em maior proporção, do ramo rural, sendo comum nessas regiões a presença de grandes agropecuaristas. O Centro-Oeste, ainda, é a região que mais lança e elege pequenos empresários. Uma segunda observação está no Sul, que apesar de ser uma das regiões mais desenvolvidas e que possui um dos maiores níveis de escolaridade do país, é o local onde mais se tem lançado candidatos de menor nível de instrução, como agricultores, trabalhadores manuais e profissionais técnicos, também, é a região que mais elege esses profissionais.

Na distribuição das profissões dos candidatos e dos prefeitos por tamanho dos municípios, as diferenças são maiores, pois algumas profissões se destacam ou se retraem conforme o crescimento no número de habitantes dos municípios. Os percentuais de advogados, engenheiros e políticos tornam-se maiores, entre os candidatos, à medida que aumentam o número da população em um município, tendo essas profissões melhores desempenhos em municípios com mais de 100 mil habitantes. Conseqüentemente, quanto maior o município, maior o percentual de prefeitos que tem origens nessas profissões. Já os percentuais de empresários, servidores públicos, os profissionais técnicos, os trabalhadores manuais e os agricultores diminuem conforme aumenta o número de habitantes nos municípios, sendo essas profissões mais receptivas em municípios menores e tendo piores desempenhos em municípios com maior número de habitantes.

Ao analisar as ideologias, os partidos mais ao centro do espectro político e de direita foram aqueles que mais lançaram candidatos em todas as cinco regiões do país, tendo como

puxadores o PMDB e PSDB, pelo centro, o PFL/DEM, PPB/PP, PL/PR e PTB, pela direita. Os partidos de centro lançaram mais candidatos nas regiões Centro-Oeste e Sul, os partidos de direita foram os responsáveis por lançarem mais candidatos nos territórios do Nordeste, Norte e Sudeste. Em contrapartida, foram os partidos do centro que mais elegeram prefeitos no Centro-Oeste, no Norte, no Sudeste e no Sul.

Os maiores percentuais de mulheres se candidatando e ocupando o cargo de prefeita estão nas regiões do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, pertencendo a partidos de centro, sobretudo no PMDB e PSDB, mostrando que a força das mulheres em eleições majoritárias municipais nessas regiões não se encontra em partidos de esquerda, mas nos maiores partidos do centro democrático brasileiro.

À proporção que aumenta o número de habitantes nos municípios, maior é o percentual de candidatos dos partidos de esquerda. Consequentemente, o percentual de prefeitos filiados a partidos de esquerda, também, aumenta conforme o maior número de habitantes dos municípios, sendo alto o percentual de prefeitos filiados a partidos de esquerda em municípios com mais de 100 mil habitantes, puxados, sobretudo, pelo PT, PSB e PDT. Já o percentual de candidatos e de prefeitos de partidos do centro e de direita diminui, conforme, vai se aumentando o número de habitantes nos municípios.

Por fim, na comparação do sexo dos candidatos e dos prefeitos em relação ao tamanho dos municípios, percebe-se que quase não há diferenças nos percentuais de mulheres que são lançadas pelos diferentes espectros ideológicos em municípios com até 50 mil habitantes. Também, não há grandes diferenças nos percentuais entre as prefeitas nos espectros ideológicos em municípios desse porte. Em municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes, são partidos de direita e de centro que mais lançaram candidatas, mas foram os partidos mais ao centro e de esquerda que mais elegeram prefeitas nesses municípios. As maiores diferenças se encontram em municípios com mais de 100 mil habitantes, onde os partidos de direita e de esquerda lançaram a maior parte das mulheres, mas foram os partidos de centro que mais elegeram mulheres nessas grandes cidades, principalmente, o PSDB e PMDB, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se extrair das análises feitas que, nos últimos 20 anos, houve mudanças no perfil dos candidatos nas eleições majoritárias municipais e dos prefeitos brasileiros. Estes são muito mais masculinos que o conjunto da população, mas apesar do aumento no número de mulheres à frente de uma prefeitura vir crescendo desde 1996, existe uma grande diferença entre mulheres e homens participando das eleições majoritárias municipais e um número bem menor delas sendo eleitas para ocupar o cargo de prefeita. Os resultados demonstram que são as regiões com menos desenvolvimento, como o Nordeste, Norte e Centro-Oeste, onde mais se elegem mulheres para prefeituras, mas, proporcionalmente, são, também, onde mais se lançam mulheres à disputa pela administração do executivo municipal. Já o percentual de mulheres candidatas é um pouco superior em municípios com mais de cem mil habitantes. Encontram-se em municípios menores a maior parte de mulheres que ocupam o cargo de prefeita. Mesmo com a política de cotas para as mulheres e as várias campanhas para a inserção delas nas disputas eleitorais, deve-se, ainda, ampliá-las e/ou melhorá-las, pois o aumento da participação das mulheres em outros cargos eletivos, irá, conseqüentemente, aumentar o número de mulheres se candidatando em eleições majoritárias municipais.

Há um aumento na média das idades dos candidatos e dos prefeitos, tanto das mulheres como dos homens, apontando para um “envelhecimento” dos administradores dos executivos municipais, concorde com outros estudos e para outros cargos eletivos. Enquanto os candidatos e os prefeitos de regiões menos desenvolvidas (Centro-Oeste, Nordeste e Norte) possuem as menores médias de idade, os candidatos e os prefeitos das regiões mais desenvolvidas do país (Sul e Sudeste) possuem as maiores médias. Também quanto maior é o número de habitantes no município, maior será a idade que possui o candidato e o prefeito, sendo que as mulheres recrutadas e as prefeitas possuem idades menores que os homens.

O nível de escolaridade dos candidatos e dos prefeitos é alto, divergindo do conjunto da população brasileira. Na evolução do tempo há uma ampliação de candidatos e de prefeitos com ensino superior de escolaridade, chegando à eleição de 2016 a se ter mais da metade dos candidatos e dos prefeitos eleitos com uma graduação. Os maiores percentuais de candidatas, candidatos, prefeitas e prefeitos com alto nível de escolaridade estão no Sudeste e no Sul. Também, pode-se depreender das análises que quanto maior é o município em número de habitantes, mais se exige um maior nível educacional, reduzindo o percentual de candidatos e

de prefeitos com baixo nível de instrução conforme cresce o número de habitantes nos municípios.

Os resultados mostram uma maior elitização e profissionalização da classe política nos executivos municipais, indicador que se baseia nos aumentos da proporção dos empresários e dos políticos com mandatos que vencem as disputas eleitorais e a diminuição na proporção de profissionais com atividades de níveis básicos de escolaridade, mostrando como a força do capital econômico e político tem influenciado as eleições majoritárias nos municípios.

Os partidos mais ao centro do espectro político e de direita foram aqueles que mais lançaram candidatos no país, tendo como principais puxadores o PMDB e PSDB, pelo centro, o PFL/DEM, PPB/PP, PL/PR e PTB, pela direita, mas após a chegada do PT à Presidência da República, em 2003, há uma redução no número de candidatos e de prefeitos filiados a partidos mais a direita do espectro político e um crescimento, tanto no número de candidatos, quanto no número de prefeitos filiados a partidos de esquerda. A medida que aumentam o número de habitantes nos municípios, maior é o percentual de candidatos dos partidos de esquerda. Consequentemente, o percentual de prefeitos filiados a partidos de esquerda, também, aumentam conforme o maior número de habitantes dos municípios, sendo alto o percentual de prefeitos filiados a esses partidos em municípios com mais de 100 mil habitantes, puxados, sobretudo, pelo PT, PSB e PDT. Já o percentual de candidatos e de prefeitos de partidos do centro e de direita diminui, conforme, vai se aumentando o número de habitantes nos municípios.

Por fim, os resultados mostram disparidades no perfil dos candidatos e dos prefeitos municipais na comparação com o perfil da população brasileira, mostrando-se diferenciada, “superior” e “elitizada” como toda classe política. Dessa forma aqueles que possuem melhores condições econômicas tem mais chance de ingresso e sucesso para conquistar um mandato e seguir ocupando outros cargos eletivos. Cabe destacar, que ainda no capital econômico dos candidatos e dos prefeitos, faltou analisar a declaração de bens que estes informam à Justiça Eleitoral no ato do registro das candidaturas; também, para uma melhor investigação dos perfis não houve tempo para se analisar a presença de outros capitais dos pesquisados, como o capital familiar, religioso e cultural (midiático), sendo esses capitais muito presentes na classe política brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO REIS, Daniel. “O Partido dos Trabalhadores – trajetória, metamorfoses, perspectivas”, 08 de mar. 2007.

ALCÁNTARA, M. A profissionalização da política / Manuel Alcántara; Tradução de Renata Oliveira Rufino – Curitiba: CPOP-PPGCP/UFPR, 2016.

ALMEIDA, R. M. de. Curso de Direito Eleitoral / Roberto Moreira de Almeida – 13ª ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2019.

ÁLVARES, M. L. M. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 4, pp. 895 a 939, 2008.

ALVES, J. E. D. As mulheres no poder. Estado de Minas, Belo Horizonte, p. 7, 29 jul. 1998.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M.; ALCÂNTARA, A. P. de. Participação das mulheres nas eleições de 2004: avaliação da política de cotas no Brasil. *Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, p. 195-215, 1. sem. 2007.

ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política* (24), p.193–215, 2005.

ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. “Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas”. *Dados*, vol. 50, nº 3, p. 535-577, 2007.

ARAÚJO, P. M. Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006. *Política Hoje* 20(2):550–580, 2011.

ARAÚJO, S. C. Os poderes Executivo e Legislativo na definição das carreiras políticas no Brasil. São Paulo: 36º Encontro Anual das Anpocs, 2012.

BEST, H.; COTTA, M. *Democratic Representation in Europe: Diversity, Change, and Convergence*. Oxford: Oxford University, 2007.

_____. *Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000: Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*. New York: Oxford University, 2000.

BLACK, G. S. A theory of political ambition: career choices and the role of structural incentives. *American Political Science Review*, v. 66, n. 1, p. 144-159, 1972.

BOHN, S. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. *Perspectivas*, São Paulo, v. 35, p. 63-89, jan./jun. 2009.

_____. Mulheres e qualidade das candidaturas nas eleições para o Senado. In: LEMOS, Leany Barreiro (Org.). *O Senado Federal brasileiro no pós-Constituinte*. Brasília: Unilegis, 2008.

BRAGA, M. do S. S. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 4. Brasília, pp. 43 – 73, julho-dezembro de 2010.

BRAGA, M. do S. S.; BOLOGNESI, B. Dossiê recrutamento político e seleção de candidatos nas democracias contemporâneas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 07-11, mar. 2013.

BRAGA, M. do S. S.; VEIGA, L. F.; MIRÍADE, A. Recrutamento e Perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos deputados nas eleições de 2006. *RBCS Vol. 24 nº 70*, p. 123-142, junho/2009.

CARROLL, S. J.; JENKINS, K. Increasing diversity or more of the same? Term limits and the representation of women, minorities, and minority women in the state legislatures. Apresentado à reunião anual da American Political Science Association, São Francisco, 2001.

CLARK, J. “Getting there: women in political office”. In: GITHENS, M.; NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. (orgs.). *Different roles, different voices*. New York: Harper-Collins, 1994.

CODATO, A. Metodologias para identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. *Como estudar elites / Renato Perissinotto, Adriano Codato (orgs.) – Curitiba : Ed. UFPR, 2015.*

CODATO, A.; BERLATTO, F.; BOLOGNESI, B. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. *Análise Social*, liii (4.º), n.º 229, pp. 870-897, 2018.

CODATO, A.; CERVI, E.; PERISSINOTTO; R. Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. *Cadernos Adenauer XIV*, Rio de Janeiro, 14(2), 61-84, 2013.

CONWAY, M. M.; STEUERNAGEL, G. A.; AHERN, D. W. *Women and political participation*. Washington: Congressional Quarterly Press, 1997.

CORADINI, O. L. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. *Revista de Sociologia e Política* (28), p.181–203, 2007.

COSTA, L. D. Os representantes dos estados no Congresso: composição social e carreira política dos Senadores brasileiros. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, SP, 2010.

COSTA, L. D.; CODATO, A. N. Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos senadores da república. In: SANTOS, Andre Marengo dos (Org.). *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2013.

COSTA, P. R. N.; COSTA, L. D.; NUNES, W. Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010). *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 14, p. 227-253, ago. 2014.

CULIC, I. From Amateur Revolutionaries to Professional Politicians: The Transformation of the Romanian Political Elite, 1990-2004. *International Journal of Sociology*, Armonk, v. 36, n. 1, p. 69-92, Spring, 2006.

CZUDNOWSKI, M. M. Political Recruitment, In GREENSTEIN F. I. & POLSBY N. W. (eds.). *Handbook of Political Science: Micropolitical Theory*. vol. 2 Reading, MA: Addison-Wesley, 1975.

DAHL, Robert A. Uma crítica do modelo de elite dirigente. In: AMORIN, Maria Stella. *Sociologia Política II*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 90-100, 1970.

DARCY, R.; WELCH, S.; CLARK, J. *Women, elections, and representation*, 2a ed. Lincoln: University of Nebraska Press, 1994.

DÁVILA, M. Tecnocracia y política en el Chile posautoritario (1990-2010). In: JOIGNANT, A.; GÜELL, P. *Notables, tecnocratas y mandarines. Elementos de sociología de las elites em Chile (1990-2010)*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, p. 23-47, 2011.

DELGADO, T. *A história de um rebelde: 40 anos, 1966-2006* /Tarcísio Delgado. --[Brasília]: Fundação Ulysses Guimarães, 2006.

DUERST-LAHTI, G. “The bottleneck, women as candidates”. In: THOMAS, Sue & WILCOX, Clyde. (orgs.). *Women and elective office*. New York: Oxford University Press, 1998.

FERNANDES, L. “Muito barulho por nada? O realinhamento político-ideológico nas eleições de 1994”. Dados, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 107-144, 1995.

FILHO, M. C. F. Elites políticas regionais: Contornos teórico-metodológicos para identificação de grupos políticos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 26, nº 77, p. 175 – 249, outubro de 2011.

FLEISCHER, D. Os partidos políticos no Brasil. Brasília: UNB, 1981.

_____. A Bancada federal mineira: trinta anos de recrutamento político 1945-1975. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n.45, p.7-58, 1976.

FOX, R. L. “Gender and congressional elections”. In: TOLLESON-RINEHART, Sue & JOSEPHSON, Jyl (orgs.). Gender and American politics. Armonk: M. E. Sharpe, 2000.

FOX, R. L.; LAWLESS, J. L. Entrando na arena? Gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. Revista Brasileira de Ciência Política, nº8. Brasília, pp. 129-163, maio - agosto de 2012.

_____. To Run or Not to Run for Office: Explaining Nascent Political Ambition. American Journal of Political Science, 49(3), p. 642-659, 2005.

FRASER, N.; HONNETH, A. Redistribution or recognition? A political–philosophical exchange. London: Verso, 2003.

FREIRE, A. Lógicas de recrutamento parlamentar: os deputados portugueses, 1975-1999. Sociologia – Problemas e Práticas, nº 28, pp. 115-147, 1998.

FUNK, C. L. Implications of Political Expertise in Candidate Trait Evaluations. In Political Research Quarterly. Vol. 50. 3, p. 675-698, 1997.

GAXIE, D. As lógicas do recrutamento político. Tradução de Patrícia C. Ramos Reuillard. Revisão da tradução por Luis Felipe Miguel. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 8. Brasília, pp. 165-208, maio – agosto de 2012.

HILL, D. “Political culture and female political representation”. Journal of Politics, v. 43, n. 1, p. 15-168, 1981.

INGLEHART, R.; NORRIS, P. "Women as Political Leaders", in *Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change around the World*. Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

JACOBSON, G. C. *The politics of congressional elections*, 5a ed. Boston: Allyn and Bacon, 2000.

KAZEE, T. A. "The emergence of congressional candidates". In: KAZEE, T. (org.). *Who runs for congress? ambition, context, and candidate emergence*. Washington: Congressional Quarterly Press, 1994.

KELLER, S. *Celebrities as a National Elite*. In: Mosshe M. Czudnowski (ed.) *Political Elites and Social Change. Studies of Elite Roles and Attides*. DeKalb: Northern Illinois University Press, p. 3-14, 1983.

KENWORTHY, L.; MALAMI, M. *Gender Inequality in Political Representation: A World-Wide Comparative Analysis*. *Social Forces*, Oxford, v.78, n. 1, p. 235-269, Sept/1999.

LEMOS, L. B. de S.; RANINCHESKI, S. *Carreras políticas en el Senado brasileño: Un estudio de las composiciones del Pleno y de la Comisión de Constitución, Justicia y Ciudadanía en la década de 90*. *Lateinamerika Analysen*. Hamburg, 2003.

LIJPHART, A. *Electoral Systems and Party Systems: A Study of Twenty-Seven Democracies, 1945-1990*. Oxford: Oxford University, 1994.

LODOLA, G. "Reclutamiento político subnacional. Composición social y carreras políticas de los gobernadores en Argentina". *Colombia Internacional* (91): 85-116, 2017.

MAI HOLD, G. *La transnacionalización de las elites en las Américas. El ascenso de los tecnócratas em Chile y México*. Peter Birle, Wilherlm Hofmeister, Günther Maihold e Barbara Potthast (eds.) *Elites em América Latina*. Madrid: Iberoamericana – Vervuert, pp. 169-196, 2007.

MARENCO DOS SANTOS, A. *Comparing houses of representatives: parliamentary recruitment in Argentina, Brazil, Chile and Mexico*. *Teoria & Sociedade* 2 (Selected Edition):0-0, 2006.

MARENCO, A.; SERNA, M. *Por que as carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, 2007.

_____. Legislativos Federais em perspectivas comparada: recrutamento parlamentar na Argentina, Chile, Brasil e México. Caxambu: 26º Encontro Anual da Anpocs, 2002.

MARQUES, J. E. D. C. Na busca dos novos líderes: o processo de construção de candidaturas ao legislativo municipal – aspectos teóricos e um estudo de caso / José Elias Domingos Costa Marques – São Carlos, SP, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, 2007.

MARQUES, J. R.; FLEISCHER, D. PSDB de facção a Partido. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) seu desenvolvimento histórico, sua estrutura, programa e capacidades e suas perspectivas dentro do sistema partidário brasileiro (1987/1995). Brasília: Gráfica e editora Positiva, 1999.

MARTÍNEZ ROSÓN, M. de M. La ambición política em situaciones adversas: contextos institucionales y personales. *Revistas de Estudios Políticos*, 146. pp. 113-148, 2009.

MASSIA, L. P. A Profissionalização política do poder executivo estadual: uma análise do perfil social e da carreira dos governadores brasileiros (1994-2010) / Leandro Pribernow Massia - Pelotas, RS, 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, 2013.

MATLAND, R. E. “Enhancing Women’s Political: Legislative Recruitment and Electoral Systems”, in J. Ballington; A. Karam (eds.), *Women in Parliament: Beyond Numbers* (ed. revista). Stockholm, IDEA, 2005.

_____. Women’s Representation in National Legislatures: Developed and Developing Countries. *Legislative Studies Quarterly*, Iowa City, v. 23, n. 1, p. 109-125, Feb/ 1998.

MENDES, M.; ROCHA, C. A. A. O que elege um prefeito? Consultoria Legislativa do Senado Federal. *TEXTOS PARA DISCUSSÃO 7*. Brasília, abril / 2004.

MENEGUELLO, Raquel. PT: A formação de um Partido – 1979/1982. São Paulo, Paz e Terra, 1989.

MICHELS, R. Para Uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna. *Investigação sobre as Tendências Oligárquicas na Vida dos Agrupamentos Políticos*, trad. José M. Justo, Lisboa, Edições Antígona, 2001.

_____. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Trad. de Arthur Chaudon. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

MIGUEL, L. F. “Participação eleitoral e gênero no Brasil: as cotas para mulheres e seu impacto”. Paper apresentado no II Congresso da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP). Cidade do México, 29 de setembro a 2 de outubro, 2004.

_____. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 20, p. 115-134, jun. 2003.

_____. A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 3, pp. 483 a 511, 2002.

MIGUEL, L. F.; MARQUES, D.; MACHADO, C. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 58, núm. 3, p. 721-747, 2015.

MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M.. Diferenças Regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, p. 363-385, 2006.

MILLS, C. W. *A Elite do Poder*. Tradução de Waltensir Dutra; revisão técnica de Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro. Zahar, 3ª Ed.; 1975.

MOSCA, G. *La Clase Política*. Fondo de Cultura Económica, México, 1984 (1ª ed. Italiana: 1896).

MUCINHATO, R. M. D. Quem são os deputados brasileiros? Um balanço do perfil biográfico de 1986 a 2012. In: *O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade : representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo / José Álvaro Moisés (org.)*. – Rio de Janeiro : Konrad Adenauer Stiftung, 2014.

NEIVA, P.; IZUMI, M. Os “Doutores” da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. *Revista Sociologia e Política*, vol.20, n.41, p.171-192, 2012.

NORRIS, P. Recrutamento político. *Revista de Sociologia e Política*, V. 21, Nº 46: 11-32 JUN. 2013.

_____. *Electoral Engineering: Voting Rules and Political Behavior*. Cambridge: Cambridge University Press 2004.

_____. Legislative Recruitment. In Lawrence LeDuc, Richard G. Niemi e Pippa Norris (eds.) Passages to Power. Legislative recruitment em advanced democracies. Cambridge: Cambridge University Press, p. 209-231, 1996.

_____. Women in European Legislative Elites. West European Politics, London, v. 8, n. 4, p. 90-110, 1985.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. Political recruitment: gender: race and class in the British Parliament. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

PARETO, V. Sociologia Política. Trad. Ruy R. Cunha. In. RODRIGUES, José Albertino (org.). São Paulo, Ática, 1984.

_____. The Mind and Society. 4 vols. New York, Harcourt, Brace and Company, 1935.

PATTERSON, S. Comparative Legislative Behavior: A Review Essay. Midwest Journal of Political Science, Bloomington, v. 12, n. 4, p. 599-616, Nov/1968.

PEGURIER, F. J. H. Carreiras políticas e a Câmara de Deputados Brasileira / Fabiano José Horcades Pegurier – Rio de Janeiro, RJ, 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2009.

PEIXOTO, V. de M.; SILVA, G. T. Mulheres nas Eleições Proporcionais Municipais de 2016. TEORIA & PESQUISA, v. 26, p. 39-59, 2017.

PÉREZ, V. Entre lo público y lo privado. Género y ambición política en el Cono Sur. Tesis de Maestría em Ciencia Política. Montevideo: Universidad de la República, 2011.

PERISSINOTTO, R. M. As elites políticas: questões de teoria e método. Curitiba: IBPEX, 2009.

PERISSINOTTO, R. M.; BOLOGNESI, B. O recrutamento político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa. Mediações • v. 14, n.1, p. 143-169, Jan/Jun. 2009.

PERISSINOTTO, R. M.; BOLOGNESI, B. Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). Brazilian Political Science Review 4 (1), p. 10–32, 2010.

PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. Apresentação (2008). Dossiê "Elites Políticas". Revista de Sociologia e Política. V.16, Nº 30, p.7-15.

PERISSINOTTO, R. M.; MIRÍADE, A. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. Dados 52 (2), p. 301–333, 2009.

PINTO, C. R. J.; SILVEIRA, A. Mulheres com carreira política longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). Opinião Pública, Campinas, vol. 24, n. 1, p. 178-208, jan.-abr., 2018.

PRATTI, L. P.; PESSINE, K. M.; MACEDO, M. Perfil socioeconômico dos legisladores subnacionais: o que a reeleição trouxe de mudanças nas últimas legislaturas da Assembleia Legislativa do estado do Espírito Santo. Revista Agenda Política, v.4, n. 3, p. 66-89, 2016.

PRATTI, L. P. Perfil social, recrutamento e trajetórias políticas: uma análise dos representantes do Legislativo Estadual capixaba, 1986-2010 / Luana Puppini Pratti – Vitória, ES, 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2013.

PUTNAM, R. D. The Comparative Study of Political Elites. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1976.

RANNEY, A. Pathways to Parliament: candidate selection in Britain. Madison, University of Wisconsin Press, 1965.

REYNOLDS, A. Women in Legislatures and Executives on the World: Knocking at the Highest Glass Ceiling. World Politics, Cambridge (UK), v. 51, n. 4, p. 547-572, July/1999.

RODRIGUES, L. M. Pobres e ricos pelo poder: novas elites na política / Leôncio Martins Rodrigues. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Topbooks, 2014.

_____. Mudanças na classe política brasileira. São Paulo: Publifolha, 2006.

_____. M. Partidos políticos, ideologia e composição social. RBCS Vol. 17, nº 48, fevereiro/2002.

RULE, W. "Why more women are state legislators: a research note". Western Political Quarterly, v. 43, n. 2, p. 437-448; 1990.

RULE, W.; ZIMMERMAN, J. Electoral Systems in Comparative Perspective: Their Impact on Women and Minorities. Westport: Greenwood, 1992.

SAMUELS, D. Political Ambition, Candidate Recruitment and Legislative Politics in Brazil. In: SIAVELIS, P.; MORGENSTERN, S. Pathways to Power. Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 2008.

SANTANA, L. Perfil, Trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Teoria e Sociedade, n. 16, vol. 2, p.130-155, jun.- dez., 2008.

SANTOS, A. M. dos. Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998) / André Marengo dos Santos – Porto Alegre, RS, 2000. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

SANTOS, F. Câmara dos Deputados e a estrutura de oportunidades políticas no Brasil: alguns apontamentos acerca das eleições de 2010. Cadernos Aslegis (40), p. 109–126, 2010.

SARTORI, G. Parlamento. In Giovanni Sartori. Elementos de teoria política. Madrid: Alianza Universidad, pp. 177-204, 1992.

SCHLESINGER, J. A. Ambition and politics: political careers in the United States. Chicago: Rand McNally, 1966.

SHUMPETER, J. Capitalismo, Socialismo e Democracia, Zahar, Rio de Janeiro, 1961 (1ª ed. Americana: 1943).

SIAROFF, A. Women's Representation in Legislatures and Cabinets in Industrial Democracies. International Political Science Review, London, v. 21, n. 2, p. 197-215, Apr/2000.

SIAVELIS, P. M.; MORGENSTERN, S. "Introduction: Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America: A Framework for Analysis, In SIAVELIS, P. M.; MORGENSTERN, S. Pathways to Power: Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America. University Park: Penn State Press, 2008.

SIGAL, S. Intelectuales y poder en Argentina. La década del sesenta. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

SILVA JÚNIOR, J. A. da; FIGUEIREDO FILHO, D. B. Marolas ou tsunamis? O impacto das ondas de renovação sobre a profissionalização dos deputados federais (1999-2003). Revista de Sociologia e Política 20 (42), p. 199–212, 2012.

SILVA, B. F.; SILVA, B. T. Perfil social e ideologia partidária: uma análise do recrutamento dos candidatos a vereador em Curitiba (2012). *MEDIAÇÕES*, LONDRINA, V. 20 N. 2, P.340-365, JUL./DEZ. 2015.

SILVA, R. S. da. Senado: casa de senhores? Os perfis de carreira dos senadores eleitos entre 1990-2006. Porto Alegre - RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

SILVA, V.G. Mudanças no perfil dos deputados federais nos três principais partidos políticos do Brasil (PT, PMDB E PSDB) em 24 anos de democracia / Vinicius Gomes da Silva – Campos dos Goytacazes, RJ, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Laboratório de Gestão e Políticas Públicas, 2016.

SOULE, J. W. Future Political Ambitions and the Behaviour of Incumbent State Legislators. *Legislative, Midwest Journal of Political Science*, 13. 3, pp. 439-454, 1969.

STONE, W. J.; MAISEL, L. S. “The not-so-simple calculus of winning: potential U.S. house candidates’ nominations and general election prospects”. *Journal of Politics*, v. 65, n. 4, p. 951-977, 2003.

THOMAS, S. “Introduction: women and elective office: past, present, and future”. In: THOMAS, Sue & WILCOX, Clyde (orgs.). *Women and elective office*. New York: Oxford University Press, 1998.

Trajetória da presença do PT nas cidades brasileiras. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

URIARTE, E. El análisis de las elites políticas en las democracias. *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n. 97, p. 249-275, 1997.

VIEIRA, S. M. O Partido da Social Democracia Brasileira: trajetória e ideologia / Soraia Marcelino Vieira – Rio de Janeiro, RJ, 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2012.

WEBER, M. “A política como vocação”. In. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

ANEXO A: Ilustrações de campanhas para incentivar a participação de mulheres nos processos eleitorais

Figura 4. Campanha “Mais Mulher na Política”: ação conjunta do Congresso Nacional e do TSE, lançada em 2014



Fonte: Congresso Nacional e Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

Figura 5. Campanha “Nenhuma mudança vem do silêncio” do TSE, de junho de 2014



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

Figura 6. Campanha “Mais mulheres na política, a reforma que o Brasil precisa”, formulada pela bancada feminina de senadoras e deputadas federais, lançada em maio de 2015.



Fonte: Congresso Nacional, 2015.

Figura 7. “Igualdade na Política”, Campanha do TSE, abril de 2016



**IGUALDADE
NA POLÍTICA**

ESTÁ NA HORA DE DERRUBARMOS MAIS ESTE RÓTULO.
Faça parte das decisões do seu bairro, da sua comunidade e do seu município. Quanto mais participação feminina, mais democracia.

#MaisMulheresNaPolitica
www.justicaeleitoral.jus.br

**ELEIÇÕES
2016**
#SEUVOTOÉSUAVOZ

**Justiça
Eleitoral**
A justiça da democracia

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2016.